



**UNIVERSIDADE  
CATÓLICA  
PORTUGUESA**

**A AÇÃO DISCURSIVA DE WINSTON CHURCHILL  
COMO REFORÇO DA SUA COMUNICAÇÃO DE  
LIDERANÇA**

**Dissertação apresentada à Universidade Católica  
Portuguesa para obtenção do grau de mestre em  
Ciências da Comunicação – Comunicação,  
Organização e Liderança**

**Por**

**Susana Amaral da Silva**

**Faculdade de Ciências Humanas**

**Novembro 2021**



UNIVERSIDADE  
CATÓLICA  
PORTUGUESA

**A AÇÃO DISCURSIVA DE WINSTON CHURCHILL COMO  
REFORÇO DA SUA COMUNICAÇÃO DE LIDERANÇA**

**Dissertação apresentada à Universidade Católica  
Portuguesa para obtenção do grau de mestre em  
Ciências da Comunicação – Comunicação,  
Organização e Liderança**

**Por**

**Susana Amaral da Silva**

**Sob orientação do Professor Doutor Nuno Goulart  
Brandão**

**Faculdade de Ciências Humanas**

**Novembro 2021**

## Resumo

Num período caracterizado pela constante alteração de mercados, sociedades e tecnologia, os valores de liderança e respetivos processos psicológicos assumem um papel decisivo na resolução de conflitos e mobilização de pessoas.

Em 1940, quando a supremacia alemã era visível e a invasão à Grã-Bretanha parecia iminente, Churchill conseguiu rescrever a atmosfera política prevalente ao inspirar a nação e evitar o colapso moral. Impulsionando a nação para a vitória final sobre a Alemanha Nazi, Winston Churchill registou o seu estilo de liderança estratégico de sucesso, estimulado pelo seu poder de oratória, determinação e incansável fome pela vitória.

O presente trabalho de investigação, cujo processo pretende demonstrar a importância do discurso como elemento de motivação, é conduzido com o objetivo de enriquecer o conhecimento já existente, cruzando a compreensão de fenómenos do mundo contemporâneo e ajudando na resolução de crises e conflitos.

Sob a teoria da análise do discurso e da retórica, esta dissertação procura, assim, estudar as qualidades de um líder que permanecem válidas até à atualidade – nomeadamente na resolução de conflitos em períodos de crise internacional –, relacionando-as com as causas e os efeitos de sentido, ao longo da realidade histórica da Segunda Guerra Mundial.

A problemática em análise motivou uma investigação qualitativa, compreendendo o estudo das teorias definidas na Retórica de Aristóteles (2010) e da teoria da análise do discurso de Patrick Charaudeau (2006), na avaliação dos efeitos consequentes da atividade discursiva de Winston Churchill.

Os principais resultados indicam a forma como a força dos argumentos discursivos do antigo político britânico mobilizaram a opinião pública e a união em torno de determinados valores e/ou objetivos comuns, servindo como arma de propaganda, difusão, persuasão e mobilização. Sendo os seus discursos um reflexo direto do poder da palavra, estes funcionam como elemento motivador dos recetores (*phatos*), promovendo a união em torno do líder (*ethos*), bem como o efeito argumentativo e mobilizador (*logos*).

**Palavras-chave:** Análise de discurso; Liderança; Winston Churchill; Segunda Guerra Mundial; Retórica.

## **Abstract**

In a period characterized by constant shifts in markets, societies and technology, leadership values and their psychological processes play a decisive role in resolving conflicts and mobilizing people.

In 1940, when German supremacy was notable and Britain's invasion seemed imminent, Churchill managed to rewrite the prevailing political atmosphere by inspiring the nation and preventing moral collapse. Propelling the nation to ultimate victory over Nazi Germany, Winston Churchill formed his successful strategic leadership style, fueled by his oratory power, determination and relentless hunger for victory.

This research work, whose process intends to demonstrate the importance of discourse as a motivating element, is conducted with the objective of enriching the existing knowledge, crossing the understanding of phenomena in the contemporary world and helping in the resolution of crises and conflicts.

Under the theory of discourse analysis and rhetoric, this dissertation aims to study the qualities of a leader that remain valid until today – namely in conflict resolution and periods of international crisis –, relating them to the causes and meaning effects, throughout the historical reality of World War II.

The subject under analysis motivated a qualitative investigation, applying the study of Aristotle's Rhetoric (2010) and Patrick Charaudeau's (2006) discourse analysis theory, in the evaluation of the consequent effects of Winston Churchill's discursive activity.

The main results indicate how the strength of the former British politician's discursive arguments mobilized the public opinion and unity around certain common values and/or objectives, serving as a weapon of propaganda, diffusion, persuasion and mobilization. As his speeches are a direct reflection of the power of speech, they work as a motivating element for the receivers (phatos), promoting unity around the leader (ethos), as well as the argumentative and mobilizing effect (logos).

**Keywords:** Discourse Analysis; Leadership; Winston Churchill; World War II; Rhetoric.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, um profundo agradecimento ao Professor Doutor Nuno Goulart Brandão, pela sua sempre presente disponibilidade e atenção face aos alunos, tendo sido um orgulho para mim trabalhar e ser orientada por alguém cujos valores admiro.

A todos os que, de alguma forma, tiraram parte do seu tempo para me ajudar, quer na dissertação, quer na vida pessoal.

Aos meus amigos, à Alexandra, à Madalena, à Carolina, ao Gonçalo, por me terem ajudado a levantar depois de cair tantas vezes durante este ano.

Aos meus pais e irmão, por respeitarem o meu luto e a pessoa que sou, oferecendo-me sempre o que nunca tiveram para vocês.

E por último, um eterno agradecimento a Deus, que me acompanha sempre em cada desilusão, cada aprendizagem e cada dor, mostrando-me sempre a luz ao fundo do túnel.

# Índice

.....	1
Introdução.....	1
Parte I – Enquadramento Teórico.....	4
Capítulo 1 – O papel da liderança nas organizações.....	4
1.1 Liderança, líder, gestor e eficácia organizacional.....	4
1.2 Indicadores de eficácia organizacional.....	10
1.3 Estilos de Liderança.....	15
1.3.1 Liderança transformacional.....	17
1.3.2 Liderança Transacional.....	19
1.3.3 Liderança carismática.....	20
1.4 Táticas de poder, influência e resistência.....	21
1.5 Flexibilidade e adaptabilidade em contextos de liderança.....	24
Capítulo 2 - Liderança e Comunicação Política.....	27
2.1. Dinâmica situacional, poder e autoridade.....	28
2.2. Comunicação mediática, campanhas eleitorais e conceitos teóricos políticos.....	31
2.3. Liderança Política: processo político democrático, carisma e eficácia.....	36
2.4. Profissionalização das campanhas eleitorais, <i>political branding</i> , personalização e celebrização.....	39
2.4.1. Profissionalização das campanhas eleitorais.....	39
2.4.2. Political Branding.....	41
2.4.3. Personalização e Celebrização.....	43
2.5. Personalidades Políticas.....	44
2.5.1 Atitude e Comportamento Humano.....	44
2.5.2 Atitude e Comportamento na Liderança Política.....	45
2.5.3 Modelo dos Cinco Fatores de Personalidade: <i>The Big Five</i> .....	46
Parte II – Metodologia e Estudo.....	50
Capítulo 3 – Desenho Metodológico.....	50
3.1. - Objetivos e horizonte temporal de análise em investigação.....	50
3.2. - Método Qualitativo.....	51
3.3- Retórica.....	56
3.4. – Análise do Discurso – Patrick Charaudeau.....	58
3.5. – Questão de Investigação.....	60
Capítulo 4 – Análise Discursiva.....	62
4.1. Perfil de Winston Churchill.....	62
4.1.1. Winston Churchill - Biografia.....	62

4.1.2. Carreira Política e Militar .....	63
4.1.3. Início da Segunda Guerra Mundial .....	66
4.1.4. Dunquerque .....	67
4.1.5. <i>The Blitz</i> : A Batalha Aérea de 1940 .....	68
4.1.6. Morte de Churchill.....	69
4.1.7. Representação Cinematográfica .....	70
4.2. Análise Discursiva .....	73
1. - 1º Discurso: «Sangue, suor e lágrimas» (1940a).....	74
2. - 2º Discurso: «Devemos lutar nas praias» (1940b).....	78
3. - 3º Discurso: «O Melhor Momento» (1940c) .....	84
4. - 4º Discurso: «Os poucos» (1940d).....	89
5. – Reflexões e resposta à questão de investigação.....	96
Conclusão.....	105
Referências Bibliográficas .....	107
Anexos .....	116
Anexo 1 - ‘‘Sangue, Trabalho, Lágrimas e Suor’’ (1940a).....	1
Anexo 2 - ‘‘Devemos lutar nas praias’’ (1940b) .....	5
Anexo 3 - ‘‘O Melhor Momento’’ (1940c).....	21
Anexo 4 - ‘‘Os Poucos’’ (1940d).....	40

Anexo 3 - ‘‘O Melhor Momento’’ (1940c) – 18 de junho de 1940, Câmara dos Comuns, Londres;

Anexo 4 - ‘‘Os Poucos’’ (1940d) – 20 de agosto de 1940, Câmara dos Comuns.

## Índice de Figuras

Figura 1. Razão Argumentativa.....	60
------------------------------------	----

## Introdução

O constante aumento da concorrência, pressões de mercado e tecnologias emergentes representam desafios organizacionais que exigem aos colaboradores esclarecimento de valores, desenvolvimento de novas estratégias e novas formas de operar (Heifetz & Laurie, 1997). Grandes mudanças tornam-se cada vez mais cruciais para sobreviver e competir neste novo ambiente de mercado em constante mudança (Kotter, 2001).

Institucionalizar uma cultura de liderança apresenta, de forma crescente e imperativa, relevo nas organizações complexas e atuais (Larsson & Vinberg, 2010), no entanto, a real influência dos líderes nos resultados inerentes a cada organização é alvo de constante discussão e controvérsia no campo literário (Caixeiro, 2014). A ambiguidade inerente à definição universal do conceito de liderança (Yukl., 1981) tornou o respectivo conceito um tópico popular e altamente debatido no campo organizacional (Appelbaum, Degbe, MacDonald, & Nguyen-Quang, 2015). Assim como a maior parte das construções teóricas nas ciências sociais, a definição de liderança é arbitrária e subjetiva (Yukl, 1981, p.5).

De forma a compreender e prever respectivos padrões de liderança política é também necessário analisar personagens, crenças e valores, relações de poder, ações dos líderes e respectivos seguidores (Masciulli, Molchanov, & Knight, 2009). Assim, a subjetividade inerente à definição de liderança política é dificultada pela sua dependência de contextos e situações institucionais, culturais e históricos, sendo que no decorrer do processo, os próprios líderes e seguidores afetam e são afetados, por aquilo que ajudam a criar (Masciulli, Molchanov, & Knight, 2009).

No verão de 1940, a queda da França e a rendição dos exércitos aliados representa o início da janela temporal mais sombria para a Grã-Bretanha que, sozinha na luta contra a Alemanha Nazi, elegeu Churchill como o único homem capaz de governar a nação durante esse período (Hoogenboezem, 2015; Haffnew, 1967).

Perante um momento de invasão e ameaça mortal (Heffer, 2015), Churchill – cuja carreira até ao momento se encontrava marcada por erros militares e equívocos irreversíveis – tinha então 65 anos. Durante o período de maior horror e desespero para o

povo britânico, Churchill usou a retórica para criar uma liturgia de esperança e fé, na luta pelo triunfo da civilização democrática e pela liberdade (Hassan, 2018, p. 19).

Partindo destas concepções, a presente dissertação apresenta como principal objetivo demonstrar a importância do discurso como elemento de motivação, persuasão e mobilização, ao estudar as qualidades de um líder cujas diretrizes permanecem válidas até à atualidade, nomeadamente na resolução de conflitos em períodos de crise internacional.

O primeiro capítulo problematiza sobre o comportamento bidimensional da liderança, as diferentes abordagens aos determinantes situacionais e vários outros temas a que estas dizem respeito, como a gestão de pessoas, a identidade organizacional e questões éticas, procurando identificar comportamentos de liderança comuns em organizações de sucesso. As reflexões de autores como Robert House (1977), Gary Yukl (1981, 1989), Bernard Bass (1985, 1990), John Kotter (2001), Mustafa Macit (2003), Ian Mittrof (2005), Caroline Longstaffe (2005), Lynn Fountain (2007), entre outros, são o combustível na exploração e aprofundamento das temáticas anteriormente referidas.

O segundo capítulo, por sua vez, problematiza sobre a análise da liderança política na interconexão entre diversos atores, coletivos ou individuais, estudando a estrutura de comunicação na dinâmica com o líder, os media e a opinião pública. Robert Tucker (1977), Bernard Manin (1977), Pierre Bourdieu (1998), Ana Langer (2009), Raquel Brum Fernandes (2010), Marília Gomes (2010), Mauro Barisione (2015), Mustafa Fazli (2019), José Santana Pereira (2019) são alguns dos autores de referência deste capítulo, cada um deles contribuindo para que a reflexão sobre estas temáticas seja o mais clara e pormenorizada possível.

O terceiro capítulo desta investigação, dividido em duas temáticas, debruça-se sobre o perfil de Winston Churchill, procurando perceber a forma como determinadas características, traços e comportamentos permitem identificar o antigo primeiro-ministro como um líder de guerra, bem como explicar o sucesso alcançado na sua trajetória de liderança no verão de 1940. Por outro lado, é traçado o desenho metodológico do trabalho de investigação. Uma vez que este é de base qualitativa, os métodos utilizados foram ajustados a essa tipologia: análise documental, pesquisa bibliográfica e análise discursiva com base na Retórica de Aristóteles (2010) e na teoria da análise do discurso de Patrick Charaudeau (2006). Para atingir este fim, foram

utilizadas as reflexões de autores como, Gordon Lewis (1957), Lane Cooper (1960), Keith Robbins (1962), Sebastian Haffnew (1967), Celia Sandys (2006), Patrick Charaudeau (2006, 2008), Claire Floyd-Lapp (2014), Gerry Hassan (2018), entre outros.

Paralelamente, neste capítulo estão, também, referenciados os objetivos de investigação e a respetiva questão de investigação. Deste modo, destaca-se a questão que está na base da investigação teórica e que norteou o presente estudo: “de que forma Winston Churchill tirou partido da sua ação discursiva em 1940 como reforço de persuasão e mobilização da sua comunicação de liderança?”.

O quarto e último capítulo teórico desta dissertação é referente à análise discursiva dos quatro discursos de Winston Churchill elegidos para análise e interpretação teórica. O trabalho de investigação – que se transcreve pelo conjunto de elementos característicos do objeto de estudo – insere-se na coletânea dos 9 discursos proferidos por Winston Churchill em 1940.

A amostra face ao total de discursos produzidos por Churchill foi selecionada de acordo com um conjunto de regras, a partir do qual foi possível estabelecer as suas características. No caso do presente caso de estudo, a amostra de discursos é constituída pelo conjunto de 4 discursos – *Blood, Toil Tears and Sweat* (13 de maio); *We Shall Fight on the Beaches* (4 de junho); *Their Finest Hour* (18 de junho) e *The Few* (20 de agosto) –, cuja singularidade inerente a cada um dos discursos é representativa de um marco histórico durante o período de 1940.

Através do cruzamento dos dados retirados da pesquisa documental e bibliográfica e da análise qualitativa dos respetivos discursos, encontram-se sistematizados os resultados, sendo levada a cabo a triangulação dos mesmos, de modo a dar resposta à já definida questão de investigação.

Com o desenvolvimento deste trabalho de investigação, ambiciona-se que este seja um elemento relevante para futuras investigações e reflexões, tanto no campo da liderança, como no campo da comunicação, mas, principalmente, num campo onde ambas coexistam e se relacionem.

## **Parte I – Enquadramento Teórico**

### **Capítulo 1 – O papel da liderança nas organizações**

#### **1.1 Liderança, líder, gestor e eficácia organizacional**

Num mundo em constante mudança, caracterizado por uma época em que sociedades, mercados, concorrência e tecnologia mudaram de forma tão fundamental ao longo das últimas décadas (Longstaffe, 2005; Heifetz & Laurie, 1997), a intensa pressão de novos desafios exige às organizações reavaliação dos valores corporativos, dissolver negócios e gerenciar conflitos (Heifetz & Laurie, 1997). A tarefa do líder na efetivação de qualquer mudança é mobilizar as pessoas no processo adaptativo, fornecendo orientação e estruturando novas funções e responsabilidades (Heifetz & Laurie, 1997). Segundo Carter & Greer (2013), os valores de liderança e respetivos processos psicológicos assumem um papel de relevo nos resultados grupais e organizacionais e consequente desempenho organizacional. Não obstante, a real influência dos líderes nos resultados organizacionais é alvo de constante discussão na revisão de literatura (Caixeiro, 2014). No passado, pesquisadores argumentaram o superestimado e tendencioso conceito de líder (Meindl & Ehrlich, 1987) favorecendo a ideia de liderança como um processo de influência compartilhado em detrimento do papel especializado do líder (Yukl, 1981). Ainda assim, institucionalizar uma cultura de liderança apresenta um crescente relevo nas complexas organizações atuais (Larsson & Vinberg, 2010), num momento em que a mudança é essencial a fim de sobreviver diante do aumento da competição económica (Macit, 2003).

O constante desafio à sustentabilidade e competitividade das empresas incentivam as organizações na busca de novas oportunidades, desafiando o *status quo* e iniciando o processo de mudança transformacional (Appelbaum, Degbe, MacDonald, & Nguyen-Quang, 2015). Um recurso fundamental das organizações modernas é a interdependência, que se traduz por um ambiente vazio de autonomia individual, onde a maior parte dos funcionários estão conectados através de diversos fatores como o trabalho, a tecnologia, sistemas de gerenciamento e hierarquia. Esses mesmos vínculos representam um desafio para a mudança transformacional, visto que gestão da mudança significa adaptação a um contexto específico (Kotter, 2001). Ao líder compete alinhar as pessoas na mesma visão de um futuro alternativo, definindo um objetivo e conhecendo as limitações da própria

equipa, ao mesmo tempo que demonstram e compartilham a sua paixão pela causa (Kotter, 2001; Fountain, 2017).

A mudança adaptativa e a necessidade de assumir novos papéis e novas abordagens exige ao líder um profundo entendimento da dor da mudança (Heifetz & Laurie, 1997), nomeadamente no que respeita a novos medos, sacrifícios e reajustes. Através da exposição do conflito, observando-o como um mecanismo de aprendizagem, um líder ajuda a organização ao desafiar as normas que precisam de mudar, ao mesmo tempo que lhe é exigida a capacidade de se manter firme, num estado de presença e equilíbrio (Heifetz & Laurie, 1997). Não obstante, entender a eficácia de um líder é entender um contexto específico, sendo necessário examinar efeitos e padrões conjuntos de comportamento interno e externo (Yukl G. , 2012). Diferentes valores e normas culturais exigem diferentes estilos de liderança (Caixeiro, 2014). Assim como cientistas sociais interpretam diferentes eventos para os respetivos profissionais, os líderes interpretam eventos para os seus seguidores, sendo a interpretação um reflexo da cultura e valores predominantes (Calas & Smircich, 1987).

A dúvida e discussão inerentes à definição universal do conceito de liderança tornou o respetivo conceito um assunto controverso e altamente debatido no campo organizacional (Appelbaum, Degbe, MacDonald, & Nguyen-Quang, 2015). As diferentes definições usualmente divergem de acordo com o ângulo adotado por cada autor (Appelbaum, Degbe, MacDonald, & Nguyen-Quang, 2015), sendo que, na pesquisa, a definição depende, em grande parte, do objetivo e preferências metodológicas do pesquisador (Campbell, 1977; Yukl, 1989).

O confuso estado do campo literário é atribuído, maioritariamente, à disparidade de abordagens, restrito foco dos pesquisadores e ausência de teorias universalmente aceites (Yukl G. , 1989). Apesar da contradição que envolve a questão da liderança como um fenómeno complexo e multifacetado (Yukl G. , 1989), a maior parte das definições refletem um processo de influência intencional por parte do líder, que é exercido sobre um conjunto de pessoas orientadas por este, de forma a estruturar, orientar e facilitar atividades e relacionamentos num grupo ou organização (Yukl G. , 1981).

A grande controvérsia envolve não apenas quem exerce a influência, mas também o objetivo pretendido da influência e respetivo resultado. Tais diferenças refletem o profundo desacordo sobre a identificação de líderes e processos de liderança no campo

acadêmico (Yukl G. , 1981), no entanto, embora a literatura contemporânea careça de consenso no definir do processo de liderança, ao longo das últimas três décadas o conceito foi sendo definido de acordo com as perspectivas e traços individuais de cada autor (Macit, 2003).

Como esta é definida não deve predeterminar a eficácia de um líder, uma vez que o mesmo resultado empresarial pode ser alcançado a partir de diferentes métodos de influência, assim como o mesmo tipo de influência pode advir em resultados diferentes, dependendo da natureza situacional (Yukl G. , 1981). Não obstante, as diferentes abordagens à definição do processo de liderança tendem a convergir (Appelbaum, Degbe, MacDonald, & Nguyen-Quang, 2015) para a interpretação de Yukl (1981) que define liderança como “o processo de influenciar outras pessoas a entender e concordar sobre o que é necessário ser feito e a forma como fazê-lo, facilitando os esforços individuais e coletivos para alcançar objetivos compartilhados” (Yukl G. , 1981, p. 4).

Maner (2016, p.XX) observa que “líderes de prestígio fornecem contribuições essenciais para os processos de geração de ideias e tomada de decisão, ao mesmo tempo que ouvem e incorporam informações de outras pessoas”. Macit (2003, p. XX) definiu liderança como “um processo de influência social no qual um líder com poder exerce esse mesmo poder sobre um determinado grupo de pessoas de forma a influenciar o seu comportamento”. O padrão emergente é aceitar a liderança como parte integrante do ambiente organizacional (Macit, 2003), assumindo o papel crítico que o líder desempenha na criação de organizações bem-sucedidas (Larsson & Vinberg, 2010).

Até à década de 1980, a maioria das definições enfatizam os processos racionais e cognitivos inerentes ao processo de influência (Yukl, 1981). Em contraste, definições mais recentes vieram realçar os aspectos emocionais dessa mesma influência (Yukl, 1981).

Neste contexto, quanto às diferenças entre líder e gestor existem na literatura inúmeros pontos de vista diferenciados. Certos autores argumentam que liderança e administração são processos mutuamente diferentes e exclusivos (Yukl, 1981; Bennis & Nanus, 1985; Zaleznik, 1977). De acordo com esta definição, gerenciamento e liderança não são possíveis de suceder na mesma pessoa, uma vez que diferem ao nível de valores e personalidades. Segundo Kotter (1990), o processo de gerir procura produzir previsibilidade e ordem, em contrapartida, o líder procura a mudança organizacional.

Ambas as funções são necessárias para o sucesso organizacional, ainda que dependentes dos fatores situacionais (Kotter, 1990; Yukl, 1981).

Atuais ambientes externos, caracterizados como incertos e dinâmicos, exigem um eficaz processo de liderança, todavia, à medida que as organizações se tornam cada vez maiores e complexas, é a gestão que assume o papel primordial (Yukl, 1981). Ambas as funções são importantes em contextos e situações distintas, complementando-se entre si. Numa analogia militar apresentada por Kotter (2001), em tempos de paz, um exército geralmente sobrevive através de uma boa administração e boa liderança hierárquica. No entanto, em tempos de guerra, a liderança assume um cargo decisivo e fundamental a todos os níveis.

A distinção mais extrema entre os dois termos assume que gerir e liderar não pode ocorrer na mesma pessoa (Yukl, 1981). Gestores valorizam a ordem, eficiência e estabilidade, sendo caracterizados como impessoais, hostis ao risco e focados nos resultados de curto prazo. Por outro lado, os líderes valorizam a inovação e a flexibilidade, assumindo uma perspectiva de longo prazo no que respeita a objetivos e estratégias (Yukl, 1981; Kotter, 1990; Bass, 1990).

Segundo Kotter (1990), o papel do gestor envolve controlar atividades e resolver problemas, à medida que se esforça para garantir que os planos são implementados com precisão e eficiência. No entanto, como a alta energia é essencial para superar as barreiras associadas à mudança, os líderes sensibilizam as pessoas a um nível mais profundo: despertando nestas um sentimento de pertença, idealismo e autoestima.

Liderança envolve a busca de padrões, relacionamentos e resolução de conflitos, resultando numa visão estratégica de futuro. Segundo Kotter (2001), a função da liderança é produzir mudança, sendo um trabalho mais indutivo, quando comparado ao plano orçamental. Assim, liderança envolve alinhar pessoas, fornecer motivação e definir uma direção, enquanto que gerir envolve planejar e definir planos orçamentais, controlar e resolver problemas – monitorizando os resultados por meio de reuniões, relatórios e outras ferramentas (Kotter, 1990; Yukl, 1981). Sem uma boa administração, a falta de ordem e consistência torna-se uma ameaça à sobrevivência da organização, nomeadamente no que respeita à falta de qualidade e lucratividade dos produtos.

Liderança, por outro lado, é crucial num mundo de negócios cada vez mais competitivo, no qual é essencial aprender a lidar com a constante mudança, devido às

rápidas alterações tecnológicas, maior concorrência internacional, mercados desregulados, mudança demográfica e excesso de capacidade nas indústrias intensivas – alguns dos fatores que diariamente contribuem para essas mudanças (Kotter J. P., 2001). Além disso, para o líder, alcançar uma visão requer inspiração e motivação, ao mesmo tempo que deve manter as pessoas alinhadas numa visão de futuro independentemente dos obstáculos à mudança, apelando às necessidades, emoções e valores básicos humanos.

Não obstante, liderança não é necessariamente melhor que administração, e nenhum dos dois funciona como substituto do outro. Em vez disso, liderança e gerência são dois sistemas distintos, mas complementares (Kotter J. P., 2001). Cada processo tem a sua própria função e atividades inerentes sendo ambos considerados necessários ao bem-estar organizacional, num ambiente de negócios cada vez mais complexo e inconstante (Kotter J. P., 2001).

A identificação de comportamentos de liderança comuns em organizações de sucesso tem permitido uma ampla atitude reflexiva sobre as implicações que respeitam aos aspetos situacionais do sucesso de liderança organizacional (Larsson & Vinberg, 2010).

Segundo Andersen (1995), a pesquisa sobre o comportamento bidimensional da liderança tem sido o caminho mais favorecido no que respeita à compreensão das relações entre eficácia e liderança.

Apesar das diferentes abordagens aos determinantes situacionais, Yukl (1989) argumenta que é evidente que o comportamento de cada líder é fortemente influenciado pela situação em que está inserido. Já Maner (2016) argumenta que evoluir como líder significa conseguir diagnosticar qual o tipo de liderança necessária e, posteriormente, implantar a estratégia que melhor se adapte ao contexto situacional.

Líderes de prestígio incentivam os outros ao exibirem o seu próprio conhecimento e experiência. Em contrapartida, liderar através do domínio significa influenciar através do poder e autoridade formal. Nenhuma das estratégias é necessariamente melhor que a outra (Maner, 2016) uma vez que diferentes situações pedem diferentes estilos de liderança. Ser eficaz enquanto líder significa conseguir diagnosticar o contexto situacional e alternar entre as duas abordagens, dependendo sempre da tarefa e cultura organizacional em que se está inserido (Maner, 2016).

No interior de uma mesma organização, diferentes pessoas aportam diferentes experiências, valores, crenças e hábitos culturais (Heifetz & Laurie, 1997). Essa diversidade, em conjunto com um ambiente de respeito e valorização individual tornam-se valores importantes que permitem criar segurança e livre inovação quando implantada uma liderança situacional eficaz (Maner, 2016).

Sempre que eventos incomuns e mudanças externas criam uma crise interna ou ameaça para o sucesso organizacional, é exigido um estilo de liderança que Yukl (2008) descreveu como liderança flexível e adaptativa. Mudanças repentinas fornecem fontes de incerteza, ao mesmo tempo que requerem ações e comportamentos incomuns dos líderes, podendo ser necessárias grandes mudanças para responder a novas crises (Yukl, 2008). A liderança flexível assume a necessidade de equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo, pois mudanças nas condições alteram as prioridades para diferentes objetivos, exigindo assim ajustes nas ações e decisões do líder (Yukl, 2008). A consciência situacional e inteligência social são habilidades que, segundo o autor, envolvem a capacidade de ser flexível na adaptação às condições de crise, bem como a capacidade em entender os requisitos situacionais para uma liderança eficaz. Consciência social significa identificar e interpretar a situação de liderança, definir processos e relacionais sociais e políticos, assim como compreender as mudanças no ambiente externo e interno. Inteligência social inclui a capacidade de selecionar uma resposta apropriada ao contexto e ser flexível no comportamento. Finalmente, a autoconsciência compreende entender os valores e motivos inerentes à organização, conseguindo assim dar início e/ou continuidade ao processo de influência (Yukl, 2008).

A maior parte das teorias situacionais defendem o pressuposto de que diferentes padrões de características e/ou comportamentos são eficazes apenas em determinadas situações, não sendo possível definir um padrão de comportamento ideal devido à ambiguidade situacional (Yukl, 1989).

Fountain (2017) argumenta que o conceito de liderança se expande desde as paredes corporativas à vida pessoal, sendo o verdadeiro teste à eficácia de qualquer líder a sua capacidade individual para reconhecer as suas habilidades, características, paixões e desejos, podendo direcioná-los no atingir de objetivos.

## 1.2 Indicadores de eficácia organizacional

Uma das primeiras abordagens ao estudo sobre a liderança foi a abordagem das características individuais. Na base desta perspectiva está a crença de que certas características predominantes, como personalidade, motivos, valores e habilidades, têm correlação direta com o sucesso do líder (Yukl, 1981).

No entanto, apesar da abordagem inicial estar relacionada com a suposição de que alguns líderes são naturalmente dotados (Yukl G., 1981), as diferentes histórias de sucesso e fracasso registadas ao longo do tempo na liderança permitem que se possa argumentar que é possível formar um líder, melhorando as habilidades de liderança através das lições aprendidas pela experiência (Fountain, 2017).

Goleman (1998) distingue grandes líderes dos restantes através de um grupo de cinco habilidades que permitem maximizar o desempenho próprio e, consequentemente, da organização. Esse conjunto de características é traduzido pelo termo inteligência emocional, cujos componentes – i) autoconsciência; ii) autorregulação; iii) motivação; iv) empatia; e v) habilidade social – são o vínculo entre o líder e o sucesso de uma empresa (Goleman, 1998). Altos níveis de inteligência emocional criam ambientes que possibilitam o crescimento e aprendizagem, partilha de informações e aumento de confiança. Contrariamente, baixos níveis de inteligência emocional criam climas repletos de medo e ansiedade (Goleman, Boyatzis, & McKee, 2013). Segundo Goleman (1998), os cinco componentes da inteligência emocional no trabalho são assim desenvolvidos:

i) “Autoconsciência” significa conhecer de forma profunda as emoções, fraquezas, forças, necessidades, impulsos e o impacto que estes têm sobre os outros. Talvez a mais forte das cinco competências, a autoconsciência é a capacidade de ler as suas próprias emoções. Líderes com forte autoconsciência não são excessivamente críticos nem irrealisticamente expectantes. Pelo contrário, são honestos, consigo mesmos e com os outros. No fundo, autoconsciência traduz-se pelo claro entendimento dos próprios valores e objetivos. Conhecimento sobre os pontos fortes e limitações permite ao líder que se sinta mais confiante em relação à sua autoestima (Goleman, 1998; Goleman, Boyatzis, & McKee, 2013).

ii) "Autorregulação" significa controlo sobre os seus próprios sentimentos e emoções. Por outras palavras, é o componente da inteligência emocional que nos liberta da prisão dos nossos próprios sentimentos. Líderes com autorregulação são capazes de controlar os seus impulsos emocionais e canalizá-los de forma útil. Controlo emocional é considerado uma vantagem por razões competitivas. Num mundo de negócios e conseqüente ritmo vertiginoso, domínio das emoções permite acompanhar as diferentes mudanças (Goleman, 1998).

iii) "Motivação" é uma das características comuns a quase todos os líderes. Fatores externos – desde opções salariais a componentes de prestígio social, como títulos ou pertença a empresas de prestígio – são considerados comuns motivadores, no entanto, aqueles com verdadeiro potencial de liderança são principalmente motivados por um profundo desejo de alcançar em prol da conquista (Goleman, Boyatzis, & McKee, 2013). Busca pelo desafio, gosto em aprender e orgulho nos resultados obtidos são os primeiros sinais de paixão pelo próprio trabalho (Goleman, 1998).

iv) "Empatia" é a dimensão da inteligência emocional mais fácil de reconhecer. Significa considerar de forma cuidada os sentimentos e emoções dos colaboradores/seguidores no processo de tomada de decisões (Goleman, 1998). Chegar a um consenso dentro de uma equipa é um desafio para a maior parte das organizações, razão pela qual o líder tem o papel fundamental de sentir e entender os pontos de vista de todos. A globalização e o diálogo transcultural contribuem para a crescente importância da empatia nos líderes, uma vez que significa profunda compreensão das diferenças culturais e étnicas (Goleman, 1998).

v) "Habilidade social" traduz-se pelo conceito de simpatia com um determinado objetivo: orientar pessoas numa determinada direção. É o culminar de todas as dimensões da inteligência emocional. Assim, líderes que assumem controlo sobre os próprios sentimentos e emoções tendem a ser eficazes a gerir relacionamentos. Além disso, são também pessoas com grandes capacidades persuasivas – uma manifestação das

qualidades anteriormente referidas, autoconsciência, autorregulação e empatia (Goleman, 1998). A consciência social inclui, deste modo, os principais recursos de empatia e ressonância organizacional. Executivos socialmente conscientes apresentam capacidades de comunicar de maneira clara e convincente, resolvendo conflitos e criando fortes laços pessoais (Goleman, Boyatzis, & McKee, 2013).

Goleman (1998) conclui que o estado emocional de um líder impulsiona o seu desempenho e, conseqüente, o sucesso organizacional. Esta cadeia de variáveis permite a autodescoberta e a reinvenção pessoal, consentindo aos executivos melhorar as suas capacidades de inteligência emocional inteiramente ligadas à liderança eficaz (Goleman, Boyatzis, & McKee, 2013). Argumenta-se ainda que, de forma a desenvolver e entender o progresso efetuado, é crucial criar-se uma comunidade de seguidores, marcada por forte confiança mútua e honesto feedback, uma vez que são os nossos próprios relacionamentos que nos oferecem um ambiente seguro para experimentar e um contexto a partir do qual é possível progredir e entender a utilidade da nossa aprendizagem (Goleman, Boyatzis, & McKee, 2013).

A abordagem de características enfatiza assim os atributos pessoais de cada líder, ao mesmo tempo que inclui determinados traços que se relacionam de forma consistente com a eficácia e o progresso empresarial (Yukl, 1989). No entanto, no que respeita a um mesmo tipo de organização, o padrão ideal de características e habilidades do líder podem variar, dependendo da estratégia comercial e organizacional predominante (Gupta & Govindarajan, 1984).

Yukl (1989) afirma que um dos princípios-chave resultantes desta abordagem é a ideia de equilíbrio. Equilíbrio significa quantidade moderada de todas as características anteriormente analisadas, não sendo apenas uma questão de líderes individuais, mas sim de equilíbrio entre toda a equipa de gerência e liderança, onde os atributos de uns complementam e/ou compensam as fraquezas de outro, ao mesmo tempo que aumentam os pontos mais fortes de cada um (Bradford & Cohen, 1997) (Yukl G. , 1989).

De acordo com a abordagem de características defendida por Macit (2003), apesar de algumas pessoas possuírem naturalmente alguns atributos pessoais que as podem tornar bem-sucedidas no processo de liderança – abordagem dominante durante o

segundo quarto do século XX –, pesquisas recentes demonstram como cada líder pode desenvolver esses mesmos atributos e singrar no seu desempenho.

Ainda que líderes com diferentes padrões de características possam ser bem-sucedidos na mesma situação, algumas das características referentes a atributos individuais de liderança eficaz são provavelmente mais influenciadas pela aprendizagem que outras (Yukl G. , 1981). Num ambiente de turbulência, no qual as organizações são obrigadas a adaptar, inovar a reinventar, os líderes devem ser flexíveis, conseguindo facilmente mudar suposições e crenças, alternando os modelos mentais. Segundo Yukl (1981), uma das competências de maior relevo para uma liderança eficaz é a capacidade de aprender com a experiência e adaptar à mudança. O autor corrobora ainda a importância da inteligência emocional e inteligência social como competências inerentes a qualquer líder competente e eficaz. No entanto, argumenta também que a singularidade e relevância dessas competências é ainda um assunto controverso ou que implica que se gere uma atitude reflexiva sobre ele. Sendo que, muitas vezes, o padrão ideal de liderança envolve um equilíbrio entre as três características relacionadas (Yukl G. , 1981).

Numa outra abordagem, Yukl & Van Fleet (1982), analisaram antigos acontecimentos críticos que descrevem o comportamento de líderes oficiais militares, de forma a identificar exemplos característicos de comportamento inspirador. Estudos consideram de forma consistente que é necessário o líder conseguir articular uma visão atraente e clara, relevante para os valores dos seguidores, com uma comunicação fácil dessa mesma visão, através de ações e apelos emocionais (Yukl, 1989). Uma causa relacionada é a fé generalizada nas organizações humanas, que atendem às necessidades dos membros e contribuem para o bem-estar social (Yukl, 1989).

Segundo Meindl, Ehrlich & Dukerich (1985), as pessoas que ocupam posições de liderança nas organizações simbolizam, geralmente, a promessa organizacional na civilização e sociedade modernas.

O desempenho de uma organização é determinado por uma diversidade de fatores internos e externos cuja influência pode ser traduzida por uma linha de pesquisa que aborda o comportamento do líder como uma variável dependente dos fatores contextuais. Pesquisadores pretendem compreender assim, através de uma abordagem situacional,

como a natureza do ambiente externo influencia o comportamento do líder e em que situações essa influência ocorre (Yukl G. , 1989).

A cultura implica um mesmo nível de significado compartilhado, razão através da qual diferentes normas culturais exigem diferenças no gerenciamento e processo de liderança organizacional (Fu, et al., 2004). Qualquer conjunto de comportamentos reflete não só a influência de fatores individuais subjacentes, por outras palavras, traços individuais e/ou personalidade, mas também a evidente influência de fatores externos, exclusivos à situação em questão (Fu, et al., 2004).

Um fator situacional relevante são os valores culturais (Caixeiro, 2014). Numa sociedade altamente coletiva, onde o vínculo social emerge como valor primordial, como é o caso do Japão, Filipinas, entre outros, é espectável emergir um líder patriarca (Caixeiro, 2014). Em contraste, numa sociedade individualista como é o caso dos Estados Unidos da América (Hofstede, 1980), admira-se o sucesso e a conquista, o que conduz ao surgimento de uma figura heroica e competitiva como líder (Caixeiro, 2014).

O constante aumento da diversidade populacional permite uma clara diminuição das diferenças étnicas em determinados países (Caixeiro, 2014), tornando o fator socioeconómico a nova divisão geracional. Aos novos líderes é exigido a expansão de uma liderança baseada em fatores multiculturais, que permitam acesso de grupos desfavorecidos a uma ampla gama de experiências, de forma a denegrir a divisão existente entre fator público e privado. Essa mesma expansão dá lugar a um bem-estar social, económico e ecológico para toda a comunidade global (Caixeiro, 2014).

Desta forma, a definição consistente de liderança envolve a descrição de um conjunto de fatores que, interagindo entre si, determinam a eficácia do líder (Appelbaum, Degbe, MacDonald, & Nguyen-Quang, 2015). O sucesso dos resultados são moderados pela combinação de fatores situacionais e características individuais (Yukl G. , 1989), o que traduz o conceito de eficácia pela determinação de objetivos de um grupo ou organização e posterior incentivo à realização desses objetivos, influenciando a manutenção e cultura do grupo (Yukl G. , 1989).

Assim, diferentes perceções sobre a eficácia das estratégias de influência são afetadas quer pela estrutura de crenças sociais, quer pelo meio cultural em que cada um está inserido (Fu, et al., 2004).

Após uma primeira abordagem ao estudo da liderança proposta por Yukl (1981), a procura pela correlação entre os atributos individuais do líder e um critério de sucesso organizacional foi sendo periodicamente substituída por outros métodos relativos à eficácia da liderança. Surgindo assim, para além das características e comportamento do líder, outros padrões de interação e percepções relacionados à eficácia organizacional. São assim, os casos da “abordagem de influência de poder” e da “abordagem interativa”.

Assim, quanto à “abordagem de influência de poder”, como a maior parte das pesquisas relacionadas com as características e comportamento do líder, as pesquisas sobre influência de poder adotam uma perspectiva unilateral, centrada nas ações do líder e respetivas consequências (processo de causalidade unidirecional). Não obstante, o poder é descrito como importante no processo de influenciar subordinados, colegas, superiores e pessoas fora da organização, tal como fornecedores ou clientes (Yukl G., 1981).

Quanto à “abordagem interativa” é descrita pelo uso, simultâneo, de mais do que um estilo de liderança. Por outras palavras, trata-se de uma questão de adequação a um contexto específico (abordagem situacional), no qual a convergência de diferentes estilos de liderança permite concluir maior ou menor eficácia organizacional (Yukl, 1981)

### **1.3 Estilos de Liderança**

Seja no domínio público ou privado, liderança, empreendedorismo e colaboração combinam entre si para ampliar o serviço da liderança, podendo efetuar mudanças sociais aos níveis micro e macro (Lewin, Lippitt, & White, 1939). As diferentes abordagens de liderança apresentam limitações e problemas que geram estímulo nos pesquisadores na criação de novas teorias e abordagens ao estudo da liderança (Macit, 2003).

Um estudo sobre a influência dos estilos de liderança, realizado em 1939 por Kurt Lewin, levou um grupo de pesquisadores a identificar três estilos principais de liderança (Caixeiro, 2014) (Lewin, Lippitt, & White, 1939): i) autoritário ou autocrático; ii) participativo ou democrático; e iii) delegado ou livre [*laissez-faire*]. Embora o autor distinga cada um deles como necessários, mas independentes entre si, o estudo argumenta que bons líderes usam ambos os três estilos, com um deles normalmente dominante,

enquanto que má liderança tende a seguir apenas um dos estilos (Lewin, Lippitt, & White, 1939).

i) "Autoritário ou autocrático" – O clima autoritário é caracterizado por líderes que exigem estrito cumprimento das decisões que tomam sozinhos. Não sendo necessariamente hostis, um estilo autoritário é sinónimo de profissional e não de abusivo. Abuso de poder e humilhação é um veículo autoritário que não tem lugar neste repertório de líder (Lewin, Lippitt, & White, 1939). Não obstante, este é um estilo de liderança distante da participação coletiva, cujo líder oferece elogios e críticas pessoais pelo trabalho desenvolvido. O estilo de liderança autoritária é nomeadamente aprovado durante graves períodos de crise, mas sofre quando no dia-a-dia não conquista os seguidores a um nível emocional (Lewin, Lippitt, & White, 1939).

ii) "Participativo ou democrático" – Climas democráticos são essencialmente caracterizados por processos de decisão coletiva. No entanto, o líder mantém a autoridade final na tomada de decisão. É normalmente um estilo de liderança que fomenta o respeito e tolerância entre todos uma vez que não se verena o líder como uma figura heroica (Lewin, Lippitt, & White, 1939). Os autores do estudo consideram a utilização deste estilo a mais favorável, uma vez que existe benefício mútuo para líder e colaboradores, que se tornam parte integrante de uma mesma equipa no processo de tomada de decisão. O estilo de liderança democrático é também considerado o mais adequado em situações de construção de consenso diário (Lewin, Lippitt, & White, 1939).

iii) "*Laissez-faire*" – O clima proporcionado por este estilo de liderança oferece liberdade ao grupo para a tomada de decisões sem a participação do líder. A menos que seja solicitado, o líder permanece distante das decisões no trabalho. Apesar de ser apreciado o grau de liberdade que este estilo proporciona, o líder é muitas vezes considerado como uma «falha» em problemas organizacionais (Lewin, Lippitt, & White, 1939).

Assim como as definições de liderança, também as diferentes conceções sobre a eficácia de liderança divergem entre si (Yukl, 1981). Os critérios selecionados para avaliação da eficácia de cada líder variam conforme o pesquisador, ainda assim, entre os

indicadores comuns encontram-se medidas subjetivas como as atitudes e percepções dos seguidores face ao líder: respeito, autoconfiança, integridade, habilidade e expectativas (Yukl, 1981). Medidas objetivas entram também no quadro de avaliação: produtividade, lucro líquido, participação no mercado, retorno sobre ativos e investimento e despesas. Estas variáveis de medição então dependentes de um atraso considerável até que os efeitos das ações do líder possam ser evidentes (Yukl G., 1981).

### **1.3.1 Liderança transformacional**

Após o início de estudos sobre liderança focados essencialmente na avaliação de características inerentes ao ser humano, resultados desapontantes face a essa abordagem (Macit, 2003) levou teóricos e pesquisadores à criação de novas abordagens e teorias. Yukl (1994) argumenta que “(...) cada teoria tem fraquezas conceituais que limitam a sua própria utilidade” (p. 312), sendo que diferentes situações tendem a requerer diferentes estilos de liderança, não sendo o mesmo comportamento ideal em todas as situações (Maner, 2016).

Burns (1978) introduz o conceito de liderança transformacional, desenvolvida sobretudo a partir de pesquisas descritivas sobre líderes políticos. O autor descreve a liderança como um processo de inter-relacionamento, através do qual cada líder influencia os seus seguidores que, por sua vez, são influenciados a mudar o próprio comportamento (Burns, 1978; Yukl, 1989). (Burns, 1978) (Yukl G. , 1989).

De acordo com Bass e Avolio (1994), a liderança transformacional é vista quando os líderes estimulam o interesse entre colegas e seguidores para níveis mais altos de capacidade e potencial, geram consciência da visão da equipa e organização e motivam colegas a olhar além dos seus próprios interesses, em direção àqueles que beneficiam o grupo.

Já Yukl (1989) define liderança transformacional como “um processo de influenciar mudanças nas atitudes e suposições dos membros da organização, de forma a construir um compromisso para a missão, objetivos e estratégias da organização” (p. 269).

A liderança transformacional é necessária assim, a todos os níveis organizacionais, nomeadamente quando confrontadas com crises e ambientes instáveis e imprevisíveis (Bass, 1985, p. 154). Os líderes descritos como transformacionais concentram os esforços em objetivos de longo prazo, valorizando o desenvolvimento de uma visão coletiva, de forma a alterar ou alinhar os sistemas para acomodar essa mesma visão (Howell & Avolio, 1993).

A liderança transformacional mobiliza mudanças substanciais a nível de atitudes, crenças, valores e necessidades. Líderes transformacionais tendem a inovar, estimulando intelectualmente os subordinados ao desafiar-los para que reconsiderem antigas suposições e desenvolvam novas perspectivas, questionando as regras e procedimentos atuais da organização (Macit, 2003).

Segundo Macit (2003) os principais fatores de liderança transformacional são:

i) "Carisma" - o conceito mais importante da liderança transformacional (Bass, 1985). O comportamento do líder serve de modelo para todos os seguidores, enquanto estes depositam total confiança nas suas capacidades para superar qualquer obstáculo (Macit, 2003). Líderes transformacionais possuem a capacidade de influenciar os outros a transcender os interesses próprios, em benefício da organização (Bass, 1985). Surgem principalmente em tempos de crise, conduzindo a organização a transformações radicais (Macit, 2003).

ii) "Motivação" - O líder transformacional tem uma clara visão da missão e/ou estado futuro da organização, comunicando nitidamente uma perspectiva positiva e de esperança. O líder, envolve ainda, os seguidores na partilha da futura visão organizacional, o que oferece um senso de motivo e inspiração, influenciando-os a agir além das expectativas (Macit, 2003).

iii) "Estimulação intelectual" - O líder transformacional incentiva à inovação e à criatividade dos colaboradores, ao mesmo tempo que enfatiza a necessidade de repensar

antigas crenças e suposições (Bass & Avolio, 1993, p. 52). Assim, ao estimular o interesse entre colegas a usar a lógica e a razão para resolver problemas organizacionais, os líderes transformacionais agem como professores para moldar crenças e valores dos subordinados (Macit, 2003).

iv) "Consideração individual" - Esta variável apresenta duas dimensões: em primeiro lugar, prestar igual atenção a cada colaborador, sem negligenciar algum; em segundo lugar, conseguir identificar ambos os pontos fortes e fracos de cada um, facilitando o desenvolvimento e crescimento organizacional e pessoal (Bass, 1985, p.82; Macit, 2003). (Bass, 1985, p. 82) (Macit, 2003).

Segundo Bass e Avolio (1993), características comuns da liderança transformacional podem ser encontradas em diferentes países com diferentes valores culturais, assim como em diferentes níveis de gestão. Não obstante, a cultura pode servir como variável de influência, nomeadamente no que respeita a técnicas de gerenciamento dentro das organizações (Macit, 2003).

### **1.3.2 Liderança Transacional**

No seguimento da liderança transformacional, Burns (1978) introduz também a liderança transacional, que contrariamente à primeira, ocorre quando um líder se relaciona num processo de reciprocidade com os colaboradores. O relacionamento transacional pode ser descrito da seguinte forma: um líder que reconhece a visão e/ou objetivos organizacionais, estabelece metas e recompensas, respondendo aos interesses pessoais dos colaboradores (Bass, 1985, p. 123).

Burns (1978) argumenta que "liderança transacional é o processo recíproco de mobilizar, através de pessoas com certos motivos e valores, vários recursos económicos, políticos e outros, num contexto de competição e conflito, a fim de alcançar objetivos de forma independente" (p. 425).

Segundo Macit (2003), num contexto organizacional, o líder transacional define e estabelece objetivos para atender às expectativas dos seguidores, através de formas remuneradas, reconhecimento ou promoções.

No entanto, a liderança transacional conhece algumas limitações (Macit, 2003): o comportamento não-contingente de recompensa, que está diretamente dependente do desempenho subordinado, foi considerado pela literatura como inadequado no desempenho e satisfação dos subordinados. Por outras palavras, o líder transacional que administra o comportamento de punição/recompensa influencia de forma negativa o desempenho organizacional (Macit, 2003). Influenciar a capacidade e eficácia dos colaboradores não está relacionado com o método de recompensa contingente e comportamento de liderança por exceção (Macit, 2003).

Os resultados negativos da liderança transacional e o aumento da competitividade num ambiente complexo e em constante mudança (Macit, 2003), conduziu à criação da teoria da liderança carismática, em 1977, por Robert House.

### **1.3.3 Liderança carismática**

Assim, a liderança carismática é definida pelo processo de admiração e respeito face ao líder, como um herói ou figura espiritual (Bass, 1985; Yukl G., 1989). Segundo House (1977), a teoria especifica indicadores de liderança inerentes aos traços do líder, que aumentam a probabilidade de este ser percebido como carismático, confiante e convicto.

Os comportamentos de líderes carismáticos incluem: gerenciamento de impressões, articulação de uma visão atraente, envolvimento e compromisso dos seguidores, comunicação de grandes expectativas e expressão de confiança na capacidade dos colaboradores (Yukl, 1989; House, 1977).

No que respeita às variáveis situacionais, líderes carismáticos tendem a surgir em momentos de crise e exigência de enormes mudanças. Assim, tal como a liderança carismática, o foco está no líder enquanto ser individual, e não no processo de liderança (Yukl G. , 1989).

Críticas a ambas as teorias, carismática e transacional, sancionam a falta de processos de mediação nos estudos realizados, que permitam explicar a correlação direta ou indireta entre características individuais e habilidades de liderança. Fragilidades encontradas ao nível das variáveis situacionais, processos de mediação e interações entre características impedem prever e/ou explicar a forma como as características estão relacionadas à eficácia e ao progresso de liderança (Yukl, 1981).

#### **1.4 Táticas de poder, influência e resistência**

A Influência é a essência da liderança (Yukl, 1981). Já a eficácia é um termo descrito por Yukl (1981) como sinónimo do processo de influência organizacional, que envolve a capacidade de uma parte – o agente – influenciar outra parte – o alvo. No entanto, esse processo tem sido descrito e mensurado de maneiras distintas, conforme a metodologia de pesquisa utilizada. Limitações ao nível da pesquisa qualitativa e descritiva são muitas vezes suscetíveis a estereótipos e distorções (Yukl, 1981; 1989).

Influência e poder são variáveis dinâmicas que mudam e variam conforme as condições. Descrever a forma como o poder é usado e avaliar os resultados de tentativas de influências obrigada a uma definição exata destes termos, muitas vezes descritos em termos relativos e não absolutos, tornando-se difícil descrever o poder de um agente sem especificar o(s) alvo(s), objetivos de influência, variáveis situacionais e período de tempo (Yukl, 1981).

i) "Autoridade" - A autoridade de um líder envolve os direitos, deveres, obrigações e prerrogativas que estão associados à sua posição no interior de uma organização ou sistema social. Essa mesma autoridade inclui o direito de tomar decisões sobre o processo organizacional ou diretamente relacionado com os colaboradores (Yukl, 1981).

ii) "Processos de influência" - Apesar de poderem ocorrer diferentes processos ao mesmo tempo, sendo quantitativamente diferentes uns dos outros, a influência interpessoal baseia-se nos motivos e percepções da "pessoa-alvo", em relação às ações e valores do

agente, variando ainda conforme o contexto situacional em que a interação ocorre (Yukl, 1981).

iii) “Táticas de influência” - Este termo é definido pelo tipo de comportamento utilizado pelo agente, para, de forma intencional, conseguir influenciar as atitudes e o comportamento de outros. Existem três tipos de táticas de influência que podem ser utilizadas de acordo com o objetivo inerente, ainda que não sejam igualmente eficazes em diferentes contextos ou para diferentes propósitos (Yukl, 1981):

“Táticas políticas”: São táticas geralmente utilizadas para influenciar decisões organizacionais ou obter algum tipo de benefício para uma determinada organização ou grupo. São exemplo: decepção, manipulação, abuso de poder, assim como aspectos éticos de poder e influência.

“Táticas proativas”: Este tipo de comportamento envolve a realização de um objetivo imediato, nomeadamente alteração de procedimentos, apoiar mudanças, executar tarefas ou prestar assistência quando necessário.

“Táticas de gerência de impressões”: Estas táticas ocorrem em dois processos de influência: do agente ao alvo, de forma a influenciar as pessoas a gostar do líder e/ou do alvo ao agente, de forma a conseguir obter uma avaliação favorável (por exemplo, autopromoção) (Yukl, 1981).

Determinadas situações de liderança exigem mais utilidade de poder que outras, dependendo sempre das tarefas/metast a serem realizadas, assim como da habilidade do líder no uso desse mesmo poder. Organizações onde são necessárias grandes mudanças exigem maior influência e maior uso de poder. Essa autoridade no processo de tomada de decisões permite que o líder apresente conhecimento e soluções, facilitando o desenvolvimento de relacionamentos com os colaboradores. Ao longo da História são

conhecidos inúmeros líderes políticos com forte poder de posição, que usaram e prevaricaram do poder para dominar e explorar subordinados (Yukl, 1981).

O uso ético da influência e do poder tem sido discutido de forma controversa ao longo do tempo (Yukl, 1981). O interesse em aspectos relacionados à ética de liderança tem vindo a aumentar, à medida que escândalos repetitivos no campo político têm sido desvendados pelos media, através de livros e/ou filmes (Kouzes & Posner, 1993).

À avaliação ética do líder está inerente a subjetividade da determinação dos critérios utilizados, podendo ser influenciada tanto pelas qualidades do próprio líder, quanto pelas qualidades do teórico. Os julgamentos sobre a ética de uma decisão ou ação estão geralmente condicionados pelo(s) objetivo(s) dessa mesma ação, leis sociais, valores culturais, consistência entre comportamento e padrões morais e consequências para o líder e outros (Yukl, 1981).

Discussões sobre liderança ética envolvem, nomeadamente, o conceito de integridade pessoal, variando conforme as culturas, ainda que pesquisadores argumentem como determinados comportamentos são impróprios, independentemente da cultura nacional. As condutas consideradas, de forma geral, moralmente justificáveis, incluem honestidade e consistência entre valores e comportamento, cumprimento de promessas e reconhecimento de responsabilidade, respeitando sempre os direitos de todas as partes afetadas (Yukl, 1981).

No contexto organizacional, parte integrante do papel do líder no processo de mudança é, deste modo, identificar o nível de resistência, quais as causas e minimizar indesejáveis consequências que possam surgir (Appelbaum, Degbe, MacDonald, & Nguyen-Quang, 2015).

A resistência pode ser assim definida como o ato de recusar cumprir ou participar numa iniciativa de mudança; o nível de resistência pode ser alto ou baixo, variando conforme o grau de impacto nos hábitos culturais (Brown, 2011).

Líderes que possuem grande compreensão das questões psicológicas dos colaboradores e são sensíveis às necessidades não atendidas conseguem tomar medidas que permitem reduzir a resistência. Embora deva ser sempre esperado um certo nível de resistência em qualquer processo de mudança, este tipo de líderes afetam, de forma

positiva, a abertura e/ou disposição dos membros da organização em aceitar a mudança (Appelbaum, Degbe, MacDonald, & Nguyen-Quang, 2015).

No entanto, ainda que o termo resistência seja predominantemente percebido como negativo, este também pode ter influência positiva no resultado organizacional. Por outras palavras, é igualmente importante ver a resistência como uma oportunidade de melhoria e parte do ciclo de *feedback*, que estão inerentes a cada etapa da mudança (Brown, 2011; Appelbaum, Degde, MacDonald & Nguyen-Quang, 2015). Além disso, resistência pode ajudar organizações a revelar aspetos negativos da iniciativa, assim como pode conduzir os reformadores a repensar e/ou reavaliar a mudança prevista.

A resistência que resulta de uma preocupação genuína pode ser interpretada como um parâmetro de controlo benéfico para o processo de mudança, ao fornecer o *feedback* anteriormente referido (Appelbaum, Degbe, MacDonald, & Nguyen-Quang, 2015).

## **1.5 Flexibilidade e adaptabilidade em contextos de liderança**

Diversas terminologias têm sido utilizadas para descrever líderes capazes de diagnosticar com precisão uma determinada situação e alterar o seu comportamento de acordo com o que lhe é exigido. Um dos maiores exemplos é a flexibilidade, necessária em diversas posições de liderança com diferentes responsabilidades e desafios (Yukl & Mahsud, 2010). À medida que aumenta o ritmo das mudanças nas organizações, aumenta também a necessidade de flexibilidade, adaptação e inovação por parte dos líderes (Yukl & Mahsud, 2010).

Flexibilidade e adaptabilidade são dois conceitos que podem ser medidos por vários indicadores, nomeadamente o comportamento selecionado para um determinado contexto. Para ser adaptativo, cada comportamento deve ser relevante para a situação em questão, na extensão de que o comportamento do líder varia sempre de forma apropriada às diferentes tarefas e mudanças (Mintzberg, 1973).

Diferentes tarefas requerem, deste modo, diferentes padrões de comportamento de liderança. Além das tarefas e mudanças já mencionadas, os colaboradores e/ou subordinados desempenham também um papel fundamental na variação do

comportamento do líder, uma vez que diferentes subordinados diferem em relação à sua experiência, habilidades e valores. Por exemplo, à medida que um colaborador adquire mais experiência e confiança, um maior nível de delegação será apropriado (Yukl & Mahsud, 2010).

Outro indicador de liderança flexível e adaptável é a facilidade que o líder apresenta na resposta a crises imediatas. Por outras palavras, perceber até que ponto o líder efetua mudanças apropriadas nas táticas e estratégias organizacionais. Segundo Yukl & Mahsud (2010), o padrão de comportamento exigido para uma liderança eficaz varia de acordo com a cultura e objetivos de cada organização. O sucesso concluído nessas transições de cargos é também um dos indicadores relevantes para uma liderança flexível e adaptável.

Neste contexto, teorias universais anteriormente mencionadas, como a liderança transformacional apresentada por Burns (1978), têm ganho dimensão nos últimos anos, ainda que não consigam captar a complexidade situacional dos processos de liderança organizacionais (Yukl & Mahsud, 2010).

Um estilo de liderança flexível e adaptável exige teorias de contingência que possibilitem diagnosticar a situação e definir normas de comportamento que podem ser eficazes no sucesso organizacional. Um líder flexível e adaptável geralmente encontra soluções inovadoras para problemas e crises, no entanto, as expectativas do papel do líder variam conforme as crenças tradicionais inerentes a cada organização, como, por exemplo, estereótipos de papéis de género, sistema de promoções, (in)tolerância face a erros e autoridade centralizada. Desta forma, as decisões e ações consideradas necessárias para uma liderança eficaz num determinado contexto pode não ser consistente em todas as situações organizacionais (Yukl & Mahsud, 2010).

Neste sentido, mudanças rápidas ou graduais no contexto externo/interno podem criar ameaças emergentes, nomeadamente através de novos concorrentes, tecnologias em ascensão, mudanças culturais e sociais, mudanças ecológicas, económicas, novos requisitos legais, novas regulamentações governamentais ou ainda mudanças nas preferências e/ou necessidades dos consumidores.

Como referido antes, para responder às crises resultantes dos ambientes complexos das organizações é necessário adaptar novas estratégias e traçar planos

inovadores, suspendendo o tradicional plano existente ou estratégia de contingência anteriormente determinada (Yukl & Mahsud, 2010).

Inúmeros pesquisadores [nomeadamente, Augustine (1995); Mitroff (2005)], tentaram identificar habilidades e comportamentos relevantes que resultem num processo de liderança eficaz. Entre esses encontram-se: a capacidade de antecipar com precisão os problemas organizacionais; a capacidade de identificar rapidamente as razões desse mesmo problema; determinação na resposta a crises imediatas; proatividade na criação de planos de contingência e capacidade em minimizar os efeitos de uma crise, liderando com confiança numa resposta coletiva a um processo de crise (Yukl & Mahsud, 2010; Augustine (1995); Mitroff (2005)).

O processo de adaptação às ameaças envolve assim, uma sequência de decisões e ações por parte do líder que se traduza por uma resposta flexível e adaptável caso uma nova estratégia ou plano implementados não estejam a produzir resultados. O sucesso na adaptação às mudanças externas solicita colaboração e aprendizagem coletiva por parte dos membros da organização, sendo que os líderes podem e devem encorajar esse mesmo processo (Yukl & Mahsud, 2010; Yukl G., 2008).

O líder deve também conseguir explicar o porquê da mudança, construindo, assim, um ambiente de confiança e compromisso à volta da nova estratégia ou iniciativa (Yukl & Mahsud, 2010).

Para garantir o sucesso num processo de liderança de mudança é necessário então contruir apoio e avaliar continuamente o progresso efetuado, fazer constantes revisões e adaptações ao plano estratégico e aprender com a experiência. Pesquisa sobre adaptação a crises e ameaças emergentes fornece algumas diretrizes naquela que é a identificação de um ambiente de crise: monitorizar e identificar mudanças e ameaças externas; identificar estratégias e ações de resposta à mudança; articular uma visão dos possíveis benefícios da mudança; identificar a resistência; incentivar ao otimismo; monitorizar o progresso e garantir um bom processo de comunicação ao longo de todo o processo de mudança (Yukl & Mahsud, 2010).

## Capítulo 2 - Liderança e Comunicação Política

Como processo inerente à comunicação política, a análise da liderança política deve ser efetuada na interconexão entre diversos atores, coletivos ou individuais, como são exemplo: dirigentes partidários e candidatos, elites e organizações partidárias, consultores e profissionais de marketing político, pesquisas de opinião e redes sociais, eleitores e media (Barisione, 2015). Este processo, dependente do seu contexto político e ambiente institucional, bem como mediático, é limitado pelas inúmeras expectativas culturais e sociais sobre o significado de líder (Barisione, 2015). Para além da situação histórica e contexto cultural-institucional acabados de referir, para compreender e prever padrões de liderança política é também necessário analisar personagens, crenças e valores, relações de poder, ações dos líderes e respetivos seguidores (Masciulli, Molchanov, & Knight, 2009). Desta forma, a subjetividade inerente à definição de liderança política é dificultada pela sua dependência de contextos e situações institucionais, culturais e históricos, sendo que no decorrer do processo, os próprios líderes e seguidores afetam e são afetados, por aquilo que ajudam a criar (Masciulli, Molchanov, & Knight, 2009).

Liderança política torna-se assim um conceito complexo sem definição universal (Teles, 2012). Não obstante, cientistas políticos usualmente definem o conceito de liderança política como um conjunto de relações de poder e influência sobre um amplo grupo de áreas nacionais e globalmente relevantes (Masciulli, Molchanov, & Knight, 2009). Segundo Teles (2012), a própria definição está subjacente às perceções e valores individuais de cada autor, dependendo dos aspetos nos quais cada um está mais ou menos interessado. Em contraste, Barisione (2015) define liderança política como um processo que envolve uma figura que aspira a governar um país, partido ou organização política, ao mesmo tempo que inspira e mobiliza um grupo de seguidores que o definem e aceitam como líder.

A liderança política apresenta como sua função central a definição de situações para um determinado grupo específico, bem como a formulação de respostas políticas públicas destinadas à resolução de problemas e/ou conflitos, de acordo com os interesses do grupo (Tucker, 1997, p.383). Muitas das respostas encontradas a nível político são alvo de debate, como é exemplo a situação criada em 1938, conhecida na História como

“a Crise dos Sudetos” – região geográfica cuja anexação à Alemanha Nazi era exigida por parte do ditador alemão, Adolf Hitler. A aceitação da demanda foi cedida por Neville Chamberlain, primeiro-ministro britânico da época, numa tentativa de evitar o esforço de guerra e garantir a paz. Aqueles que, como Winston Churchill, precederam a situação de modo diferente, isto é, interpretaram a resposta de Chamberlain como um ato perigoso de apaziguamento face a uma demanda agressiva, prova que a situação depende, em grande parte, de uma avaliação psicológica do líder que a criou (Tucker, 1997, p.384).

Deste modo, uma vez que os contextos situacionais não podem ser considerados realidades objetivas evidentes, mas sim realidades sujeitas a definição, é possível deduzir que a capacidade de julgar cada situação com precisão, em conjunto com uma visão sofisticada e treinada, são características presentes num líder eficaz e um recurso vital no exercício da sua liderança (Tucker, 1997, p.384).

## **2.1. Dinâmica situacional, poder e autoridade**

No que respeita ao contexto cultural subjacente à definição de liderança política, certos elementos devem ser levados em consideração, nomeadamente: a personalidade e traços inerentes ao líder – incluindo o carácter ético e cultural –; os traços e carácter dos seguidores com os quais o líder interage, pois ambos relacionam-se de forma cooperativa e interveniente; o contexto social em que ocorre essa interação – cultura política, social, normas e instituições – e a agenda de problemas e/ou tarefas que os respetivos líderes enfrentam num determinado período histórico particular (Masciulli, Molchanov, & Knight, 2009).

Como os ambientes contextuais e situacionais não são de natureza «pré-programada», é necessário exigir aos líderes um esforço interpretativo a nível político e ideológico, ainda que determinados contextos sejam mais suscetíveis de interpretação relativamente a outros: desastres naturais, pandemias de doenças, guerra e graves recessões ou depressões económicas, como são exemplos a profunda recessão global de 2008 ou a pandemia COVID-19 de 2020. Como resultado, a complexidade da definição é agravada pelo contexto de múltiplas áreas em que os líderes se movem (Teles, 2012), pois o significado da definição é sempre uma variável dependente do contexto em que essa liderança é exercida.

Não obstante às variações contextuais, a liderança é sempre um processo social de inovação e adaptação a um diferente contexto ou ambiente, o que desafia os valores e modo de vida do grupo em particular (Masciulli, Molchanov, & Knight, 2009). Além disso, ambos líderes e seguidores transformam, e são transformados, pelas suas próprias ações e escolhas, na medida em que as atitudes, crenças e necessidades de cada um afetam o outro de forma reflexiva e mútua (Masciulli, Molchanov, & Knight, 2009).

Como resultado, a liderança política tornou-se um conceito cujo significado é, por vezes, socialmente construído, ainda que contestado e relacionado com outros conceitos, nomeadamente: poder, influência e autoridade (Teles, 2012). Segundo Cerny (1988), o estudo da liderança política deve, portanto, ser suscetível de análise histórica e comparativa e não reduzido a definições primárias, como a de carisma ou poder. Ainda assim, a relação com diversos conceitos distintos contribui para a grande variedade de definições concorrentes de liderança (Teles, 2012).

Quanto ao poder e autoridade, a palavra *poder* surge como conceito associado às questões éticas e liberais envolventes da democracia e respetiva liderança. A sua interpretação apresenta uma relação assimétrica entre os indivíduos que o exercem – líderes – e aqueles que seguem as suas políticas/diretrizes – povo/cidadãos – e que, conseqüentemente, são considerados detentores de alguma subordinação. Esta análise permite, assim, interpretar o poder como inseparável do exercício da liderança política. Por outras palavras, liderar implica exercer uma determinada quantidade de poder. Mas, em contrapartida, deter poder não é sinónimo de ser líder (Teles, 2012).

Se a autoridade é composta por regulamentos, regras e configurações históricas e institucionais, alguém tem que estar de acordo com essa autoridade ou submissão. Em consequência, cidadãos e/ou seguidores possuem um determinado grau de poder que podem impor – ou não – restrições ao líder. Assim, a liderança resulta dessa interação, na qual o sucesso é dependente da qualidade e precisão do estilo de liderança.

O poder configura assim uma relação de dependência entre os indivíduos que o exercem e aqueles nos quais a influência é exercida. Segundo Bourdieu (1998) e Fernandes (2010), a sociedade está compreendida entre dois grandes grupos distintos – dominados e dominantes. Já Bourdieu (1998) sustenta que no que respeita aos dominados, o ato de delegar poder está representado pela personificação do grupo através do líder. Por outras palavras, o grupo antes disperso encontra-se configurado numa só pessoa

(Bourdieu, 1998, p.7). Essa representação tem como base o ideal de que o líder não tem poder de atuação individual, ou seja, a sua vontade assenta, no fundo, na vontade coletiva (Bourdieu, 1998, p.8).

Desta forma, o líder deve aplicar na sua oratória processos de construção textual e aparência que representem o interesse coletivo (Fernandes, 2010). Previsões e políticas de futuro ganham força quando proferidas por um líder que possui reconhecimento e poder simbólico – um líder cujas palavras possuem força suficiente para mobilizar o público. Assim, a forma como o líder exerce o poder, a estratégia que escolhe, as ferramentas utilizadas e as pessoas envolvidas são decisivas para a compreensão da liderança política contemporânea (Teles, 2012).

Bourdieu (1998) destaca ainda, as diferenças entre capital político recebido por delegação e capital político pessoal. Uma vez que o capital político é dependente da crença dos outros, a posição de quem o possui é sempre vulnerável e sujeita a ameaças. Desta forma, o capital recebido está associado a uma posição ou cargo, enquanto que capital pessoal está interligado à ideia de carisma e características pessoais.

Quanto ao poder e autoridade no contexto militar, embora diferentes dicionários apresentem distintas definições de liderança política – conforme a diversidade e complexidade linguística, inerente a diferenças históricas e culturais – o comando e contexto militar foi, e continua a ser, associado a um significativo padrão de liderança política (Masciulli, Molchanov, & Knight, 2009).

Nas forças armadas, os líderes apresentam o caminho aos seguidores, não estando abertos para debate ou argumentos durante o curso de ação e/ou tomada de decisão. Assim, o poder de comando está inteiramente reservado para indicar o caminho escolhido pelo líder (Masciulli, Molchanov, & Knight, 2009). Desta forma, no contexto militar, é possível considerar a liderança como um poder exercido por estruturas hierárquicas, predeterminadas e restritas (Teles, 2012). Como anteriormente referido, uma vez que a autoridade é praticada por meio de regulamentos e determinantes históricos e contextuais, torna-se necessário que os seguidores estejam de acordo com os elementos anteriormente identificados.

Outras definições consideradas mais imparciais incluem a ideia de liderança como o poder de exercer poder, por outras palavras, a possibilidade e/ou capacidade de exercer poder sobre determinadas situações e pessoas (Teles, 2012).

## **2.2. Comunicação mediática, campanhas eleitorais e conceitos teóricos políticos**

A pesquisa empírica dentro da estrutura de comunicação e liderança política concentra-se sobretudo no “triângulo” – líder, media e opinião pública – uma vez que analisa os efeitos dos media referentes às perceções de traços de imagem durante uma campanha eleitoral (Barisione, 2015). Tal dinâmica reflete a crescente importância da televisão e a sua irrupção no campo político, nomeadamente desde a segunda metade do século XX.

Com principal ênfase na dimensão visual da comunicação, a televisão tornou-se, de forma gradual, a principal fonte de informação política para os cidadãos. Devido à mediação do debate político e campanhas eleitorais, os líderes partidários e respetivos candidatos passaram a ser o principal foco de atenção popular (Barisione, 2015). Componentes visuais, como as habilidades de comunicação não verbal, expressões faciais, incluindo cortes de cabelos e tons de pele, tornaram-se importantes uma vez que eram acessíveis a grandes públicos, de forma regular. John Fitzgerald Kennedy tornou-se a maior expressão deste fenómeno, ao ganhar as eleições presidenciais de 1960, conseguindo projetar no seu partido a sua própria imagem pessoal.

À medida que a associação entre campanhas políticas prolongadas e o aspeto físico se tornaram cruciais na elaboração da imagem e sucesso de cada candidato, a televisão tornou-se o meio mais persuasivo e penetrante, ao efetuar a ponte entre os domínios das características pessoais do candidato e a apresentação de opiniões públicas e conteúdos políticos específicos (Caprara, Schwartz, Capanna, Vecchione, & Barbaranelli, 2006).

Também as dinâmicas da popularidade presidencial são um fator a ter em conta, especialmente nos Estados Unidos da América, tanto pelo relevo da figura presidencial, quanto pelo crescimento da importância das pesquisas quantitativas sobre a opinião pública (Barisione, 2015).

De acordo com o termo «comunicação política», podemos considerar um amplo conjunto de conceitos que lhe são inerentes, como, por exemplo: i) Estado; ii) informação; iii) opinião pública; iv) propaganda; v) ideologia e vi) esfera pública. Estes são alguns

dos componentes que refletiremos adiante, e que, podem ajudar a uma melhor compreensão do processo político e respetiva comunicação, na integração dos agentes e pilares políticos do Estado (Santo & Figueiras, Comunicação Eleitoral, 2010).

Assim como os conceitos de Estado e Poder, a liderança política baseia-se sobretudo numa combinação entre discurso e coerção, com maior ênfase no que respeita às categorias que envolvem o discurso político: mensagens, visões, slogans, imagens e símbolos. Por outras palavras: comunicação (Barisione, 2015).

A liderança e comunicação política são, deste modo, dois conceitos que estão mutuamente condicionados e conectados no pensamento político contemporâneo. Na era da globalização, sustentada pela expansão tecnológica e pela cultura de massa, os meios de comunicação ocupam um lugar cada vez mais central na formação da opinião pública (Siljanovska, 2018). Não obstante, a comunicação política enfrenta diferentes desafios, nomeadamente conseguir superar o crescente abismo entre cidadãos e políticos, ao criar um conjunto de mensagens cuja linguagem seja facilmente compreendida. Para tal, torna-se necessário uma estratégia de comunicação política (Siljanovska, 2018). Surge assim, a utilização das redes sociais como meio moderno de comunicação de massa, que permite o retorno direto dos cidadãos às diferentes questões de interesse e, ao mesmo tempo, reflete as avaliações dos partidos e respetivos líderes políticos (Siljanovska, 2018). Ainda assim, as redes sociais são uma nova realidade cujos efeitos apresentam conotações ambas positivas e negativas na realidade política (Siljanovska, 2018).

i) Estado – efetiva ferramenta de autoridade pública, é o órgão central de poder, através do qual se cruzam os efeitos do sistema político e da comunicação (Siljanovska, 2018). Sendo uma fonte de informação, é o Estado que define os atos normativos segundo os quais regula as relações jurídicas nos sistemas de comunicação. Desta forma, Estado e partidos políticos são agentes cuja influência está presente na comunicação, nomeadamente na televisão e na rádio pública nacional, através de financiamento e campanhas sociais (Siljanovska, 2018).

ii) Informação - constitui a força vital da democracia (Cawvey, Hayes, Canache, & Mondak, 2017), ocupando um lugar central na discussão sobre a responsabilidade política

de cada cidadão. Para tomar decisões de alta qualidade que fomentem essa mesma responsabilidade, cada cidadão deve procurar fontes objetivas e fidedignas de notícias e informação, processando esse conhecimento de forma diligente. Tais ações permitem criar julgamentos sobre políticos e candidatos eleitos, sendo, idealmente, utilizados para debate no espaço público e consequente formação da opinião pública (Cawvey, Hayes, Canache, & Mondak, 2017).

iii) Opinião Pública - condicionada pelos elementos «público», «mensagem» e «meio» – é definida pelas atitudes, crenças e visões que certo grupo possui no que respeita a determinadas questões políticas e sociais (Siljanovska, 2018). Além da mensagem e respetivo destinatário(s) – cidadãos e/ou grupo alvo – é necessário existir também um canal de comunicação através do qual viaja a mensagem: o meio.

Apesar do alto grau de complexidade hoje presente na definição do conceito (Correia, Ferreira, & Santo, 2010), uma forma de melhor esclarecer a opinião pública é analisar os conceitos que lhe são próximos.

O termo «públicos» encontra-se inerente à ideia de comunidade, na qual os membros estabelecem uma corrente de comunicação entre si, de forma regular e contínua. Enquanto voz no espaço público, a sua função baseia-se em estabelecer medidas gerais de organização e funcionamento da sociedade, assumindo assim um forte posicionamento legítimo face ao Estado e respetivo poder político. O termo «opinião» subdivide-se em público e particular. O objetivo é a formação de uma opinião que seja pública e que se distinga de qualquer opinião particular (Correia, Ferreira, & Santo, 2010). No entanto, uma depende da outra de forma inerente e indissociável. Estamos assim perante um conceito com duas vertentes que se sobrepõem e contradizem, mas que ao mesmo tempo dependem entre si.

No entanto, a entrega dessa mesma mensagem pode ser condicionada pela massificação do conteúdo da comunicação por disfunção. Por outras palavras, a função informativa e analítica dos media pode atuar de forma negativa sobre a formação da opinião pública, particularmente através da canalização das mensagens, manipulação e propaganda (Siljanovska, 2018). Assim, a redução da consciência social é inerente à projeção e identificação do cidadão comum com o conteúdo disponibilizado pelos media. Propaganda e outras técnicas de manipulação condicionam a opinião pública ao

direcionar a atenção do recetor para aquela mensagem, independentemente da validade e/ou veracidade dos dados.

O objetivo, ao invés de criar um público reduzido, é desenvolver uma opinião pública crítica que se impõe como representante democrático da participação mediática do público. Ou seja, como representante do público civil. O processo da sua formação na legitimidade das bases democráticas implica colocar todas as diferenças e discordâncias dos cidadãos no meu espaço de debate, de forma a encontrar um caminho coletivo, ao mesmo tempo que se mantém um sentido de autonomia, essencial a cada um (Correia, Ferreira, & Santo, 2010).

iv) Propaganda - o termo propaganda define uma ação cujo objetivo é influenciar amplas camadas sociais através da difusão condicionada de ideias (Siljanovska, 2018). Inerente a este conceito está uma conotação negativa uma vez que implica a disseminação de informações, rumores e ideias com o fim de condicionar determinada instituição, política ou indivíduo (Siljanovska, 2018).

É a partir do século XX que o termo propaganda se transforma num fenómeno de massas, utilizando a comunicação persuasiva de forma a alterar a conduta dos destinatários, no sentido de adesão ideológica a um determinado emissor. Este fenómeno está presente sobretudo a partir do início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, crescendo com especial intensidade na Europa até ao culminar da Segunda Grande Guerra, em 1939, com a ascensão de Hitler ao poder em 1933. É no considerar desta janela temporal que surge o termo «guerra psicológica», o qual reflete a mudança de uma Primeira Guerra de carácter puramente militar para uma nova guerra que inclui um complemento informativo, caracterizada por uma crucial utilização das técnicas de propaganda como arma de combate (Gomes, 2010).

Um dos maiores exemplos da época são certamente as campanhas de propaganda de Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda Nazi durante o Terceiro Reich, que utilizou sobretudo a imprensa e a rádio – além de outros recursos, como o cinema, as artes, a literatura e a educação – para convencer os recetores da ideologia inerente ao Partido Nazi, apelando a sentimentos nacionais e patrióticos, ao mesmo tempo que desmoralizava a moral de civis e militares inimigos (Gomes, 2010).

Assim, embora na Segunda Guerra Mundial toda a extensa propaganda tenha sido realizada especialmente através da rádio e da imprensa, desde a Guerra Fria até à atualidade, a televisão passou a ser o principal meio de conduta e, mais recentemente, a Internet, sendo o maior exemplo os diferentes *sites* de propaganda ideológica de grupos terroristas (Gomes, 2010).

v) Ideologia - o conceito da palavra «ideologia» designa um conjunto de ideias, representações, crenças e modos de pensar característicos de um determinado grupo específico (Correia, Ferreira, & Santo, 2010). Esse corpo de crenças assegura a relação do grupo com o mundo social, ajudando assim na criação de uma consciência coletiva. Em consequência, as ideologias permitem muitas vezes maior solidariedade na luta pelo reconhecimento de certos direitos e movimentos de oposição.

Surge assim a denominada sociedade civil, responsável pela difusão de valores simbólicos e respetivas ideologias, compreendendo os diferentes aparelhos presentes na sociedade – sistema político, escolas, sindicatos, meios de comunicação, entre outros – o que permite gerar uma luta coletiva pelo consenso social e cultural (Correia, Ferreira, & Santo, 2010). Não obstante, os diferentes modos de recursos ideológicos e culturais – presentes em grupos diferenciados por raças, etnias, géneros e questões económicas – servem também à disputa e alteração do consenso moral e político dominante (Correia, Ferreira, & Santo, 2010).

vi) Esfera Pública - o termo «esfera pública» refere-se essencialmente a um espaço público de domínio social, de suposto acesso a todos os cidadãos, onde é possível criar a chamada opinião pública. Por outras palavras, um espaço onde qualquer cidadão pode exprimir as suas perspetivas relativas às práticas do Estado, de forma aberta e democrática.

Este conceito implica abertura, liberdade e igualdade, assumindo a participação discursiva de cada um de forma igualitária (Correia, Ferreira, & Santo, 2010). As discussões racionais partilhadas nesse domínio de abertura democrática, visam confrontar o Estado na sua veracidade, remetendo, assim, para a autonomia privada, numa aspiração a uma vida autónoma (Correia, Ferreira, & Santo, 2010).

### **2.3. Liderança Política: processo político democrático, carisma e eficácia**

Embora o significado inerente à definição de democracia implique maior desconfiança em relação ao poder exercido, incluindo o argumento da liderança como fator antidemocrático (Teles, 2012), o exercício da liderança é, no fundo, uma forma fundamental de agência política, mesmo nas sociedades democráticas contemporâneas. Apesar dessa atitude hostil inflamada pelo impacto do século XX, nomeadamente por líderes como Hitler, Stalin e Mussolini (Teles, 2012), o papel da liderança política apresenta uma oportunidade de agregar, na sociedade democrática, as escolhas e preferências dos cidadãos, numa forma antecipada de selecionar líderes.

No entanto, embora a filiação aos partidos políticos funcionasse como expressões dessas mesmas escolhas e preferências, a subsequente personalização política veio enfraquecer a identidade e lealdade partidária. Esse fenómeno é uma consequência das mudanças sociais que se têm vindo a verificar, no que respeita ao processo de individualização da vida social, modernização tecnológica e foco nos media como canal central de informação política (Teles, 2012).

Surgem assim duas abordagens distintas que oferecem imagens contrastantes do processo político democrático (Köröseny, 2009):

#### **i) Perspetiva Clássica Democrática: A Teoria do Mandato**

Consoante a perspetiva da doutrina clássica, o ponto de partida é a visão explícita do povo sobre as questões políticas públicas, expresso através do direito de voto (Köröseny, 2009). Ou seja, os procedimentos democráticos aplicados devem constituir um reflexo direto das preferências expressas do povo, garantindo um caminho por delegação ou representação proporcional. De acordo com esta visão da teoria democrática, a tomada de decisão deve garantir o bem comum, por meio de meios e políticas públicas responsivas, baseadas, como já referido, na vontade do povo.

Surge assim a denominada teoria do mandato (Köröseny, 2009), que assenta na suposição de que o governo democrático representativo assume capacidade de resposta das políticas públicas de acordo com as preferências dos cidadãos. Por outras palavras, a

presente teoria considera que um governo pode ser considerado representativo caso este seja receptivo à vontade dos cidadãos. Neste caso, a função das eleições assenta na qualidade de futuras políticas a serem cumpridas, bem como pela seleção dos candidatos que executam essas políticas. Em consequência, as eleições funcionam como um elo de ligação entre as políticas públicas e as preferências do povo (Körösey, 2009).

Ainda que a liderança apresente um status ambíguo no que respeita à teoria democrática, na visão clássica da democracia, liderança é sinónimo de autogoverno do povo, isto é, uma ação coletiva e não individual. O processo de liderança privativa tem então associado uma conotação negativa e antidemocrática.

## ii) A Teoria da Responsabilização Democrática

Contrariamente à visão tradicional democrática ou teoria do mandato (Körösey, 2009), a teoria da responsabilização visa o processo político como programas apresentados por líderes, no qual o processo eleitoral permite aos cidadãos votar e eleger um candidato e não uma ideia e/ou questão. Os líderes, que emergem das fileiras dos cidadãos comuns, mobilizam seguidores, dispendo a sua imagem, carisma e posição partidária. Desta forma, líderes em cargos governamentais fornecem políticas públicas autónomas face aos cidadãos, sendo assim a democracia um sistema representativo, no qual líderes governam e cidadãos podem participar no processo de eleição desses mesmos representantes (Körösey, 2009).

Assim, de acordo com a teoria da responsabilização, o papel das eleições baseia-se, sobretudo, não na expressão da vontade dos cidadãos, mas no tornar responsável os governantes pelo seu respetivo histórico e impacto de políticas públicas.

Desta forma, enquanto a teoria do mandato visa, como anteriormente referido, uma política sensível às preferências dos cidadãos, a teoria da responsabilidade assume um papel governamental autónomo (Manin, 1997; Körösey, 2009). A doutrina clássica e a doutrina do mandato assumem que os cidadãos estão informados e são de igual forma competentes no que respeita à tomada de decisão política. Em contrapartida, a teoria da responsabilização está mais próxima de uma visão otimista do líder, na qual estes assumem a responsabilidade política por iniciar e tomar decisões de políticas públicas.

Portanto, a função das eleições visa, num primeiro instante, selecionar os candidatos, para, mais tarde, estabelecer um governo consistente com a realidade empírica e institucional (Köröseny, 2009).

Quanto ao carisma, a variabilidade das situações contextuais e grupais lança destaque sobre as características pessoais que contribuem para o sucesso da liderança (Tucker, 1977, p. 388). Deste modo, o termo “carisma”, vulgarizado na imprensa popular, surge associado, segundo Tucker (1997), à ideia de um líder salvador em momentos de angústia e sofrimento. Por outras palavras, o líder carismático diminui a angústia em virtude de características pessoais especiais que despertam uma intensa lealdade e entusiasmo nos seguidores. Esse carisma pode estar presente apenas por determinado período temporal, sendo assim uma variável dependente do contexto situacional da época (Tucker, 1997, p.388). É exemplo o antigo primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, considerado, para a população britânica, um dos maiores líderes carismáticos da História, mas apenas durante o período mais difícil da Segunda Grande Guerra: *The Darkest Hour*. Já num período histórico posterior, quando o sofrimento da guerra foi aliviado pelo fim desta, desapareceu também a lealdade e entusiasmo referente a Churchill.

Assim, uma qualidade partilhada por todos os líderes durante o seu período carismático (Tucker, 1997, p.388) é a fé contagiante e a respetiva confiança da comunidade na capacidade de superar, sob a liderança deste líder, toda a angústia do contexto social da época.

Terrorismo, guerra e outras situações de calamidade podem tornar a comunidade receptiva à liderança carismática, sendo uma das manifestações do carisma a devoção fervente à personalidade do líder. Esse fenómeno pode ter como consequência uma política carismática desumana, como experimentada no século XX durante o período governamental do partido Nazi. A combinação entre estado de calamidade, devolução ao líder carismático e controlo estatal dos meios de comunicação de massa via regime autoritário, cria as condições necessárias para a presença do fenómeno.

Quanto à eficácia de qualquer estilo de liderança é usualmente determinada pelo conjunto de consequências de curto e longo prazo das ações dos líderes (Masciulli, Molchanov, & Knight, 2009). Por outro lado, o julgamento da liderança ética é sempre

determinado por um conjunto de argumentos e discursos relevantes. Não obstante, existe um conjunto de fatores morais e percepções éticas que se podem aplicar: princípios elementares de justiça distributiva; sabedoria prática e julgamento; moderação; coragem e um senso de imparcialidade e justiça, incluindo simpatia e compaixão (Masciulli, Molchanov, & Knight, 2009).

Em contraste, surge o impacto de uma liderança assente no uso indiscriminado de coerção contra oponentes, bem como fins racistas e desumanos – como foi exemplo Hitler enquanto líder de estado, sendo hábil em mobilizar, inspirar e motivar o público (Masciulli, Molchanov, & Knight, 2009).

Não obstante, para fins comparativos, torna-se relevante procurar empregar uma definição neutra no que respeita à eficácia da liderança, como a capacidade de influenciar pessoas e atingir resultados, estabelecendo metas e oferecendo motivação de forma inovadora e criativa (Masciulli, Molchanov, & Knight, 2009). A questão da legitimidade é também uma questão cada vez mais relevante num espaço público altamente condicionado pelos media. A política, implica uma área compartilhada com a comunicação cuja cobertura mediática é discutida no espaço público com imensa controvérsia, como é exemplo a questão do terrorismo (Correia, Ferreira, & Santo, 2010).

## **2.4. Profissionalização das campanhas eleitorais, *political branding*, personalização e celebração**

### **2.4.1. Profissionalização das campanhas eleitorais**

O rápido e profundo desenvolvimento de novas plataformas de media, como a televisão e sobretudo a Internet, veio alterar, de forma significativa, não só os diversos requisitos que líderes políticos precisam de cumprir, mas também as fronteiras temporais das próprias campanhas eleitorais (Barisione, 2015). Para garantir a manutenção do consentimento das opiniões públicas a nível nacional, foi necessário alterar o ambiente global dos media, ao introduzir um ciclo de notícias permanente, de 24 horas, reforçando assim a lógica das campanhas pós-modernas (Barisione, 2015).

A partir dos anos 60 do século XX, como referido anteriormente, nasce a importância da imagem, nomeadamente nas eleições norte-americanas de 1960, através dos debates televisivos entre Kennedy e Nixon. O detrimento da filiação partidária e importância dos partidos em relação ao fenómeno da personalização política, está na base das novas campanhas pós-modernas, através de diferentes estratégias que visam a cobertura mediática e contacto (in)direto com os cidadãos (Santo & Figueiras, Comunicação Eleitoral, 2010).

Assim, é através de diferentes aspetos que a natureza da liderança política se altera e se transforma, num ambiente de comunicação política em constante evolução. A questão central no que respeita aos efeitos dessas mudanças atua sobretudo ao nível do processo democrático, nomeadamente sobre as bases da legitimidade democrática. Um dos maiores exemplos é a denominada «política de escândalo» divulgada pelos media, que acabam por gerar, a longo prazo, um défice na legitimidade democrática, tornando os cidadãos cada vez mais cínicos relativamente às instituições, nomeadamente partidos políticos, governos e parlamentos (Barisione, 2015).

Também o processo de persuasão e a preocupação refletida nas novas campanhas eleitorais do século XXI vão ao encontro da ideia de controlo da mensagem nos novos media sociais. A diversificação tecnológica, bem como as novas capacidades científicas, políticas e técnicas do novo século vieram acompanhadas de maior exigência e conhecimento dos indivíduos envolventes. Por outras palavras, o novo processo de mobilização política através das redes sociais permite e exige um constante envolvimento à distância, pedindo maior autenticidade e conhecimento forte no que respeita às exigências e condicionantes de cada sistema político (Santo & Lisi, 2015, p.227/228).

Campanhas fortemente cobertas pelos media favorecem determinadas condições como a propagação repetitiva e possível predominância de imagem de um candidato em detrimento de outro(s). Assim, a ilimitada cobertura mediática para candidatos telegénicos parece uma condição vantajosa para estes, uma vez que todo o processo é, no fundo, de natureza relacional e baseado em avaliações comparativas dos diferentes candidatos (Barisione, 2015).

Encontram-se assim reunidas as condições para um impacto eleitoral substancial, que se baseia numa lacuna de comunicação que produz diferentes fluxos entre o público: a criação de uma imagem pública positiva a favor de um candidato específico – que supera

os outros em qualidade e quantidade, por uma maior intensidade de mensagens de campanha (Barisione, 2015).

Assim, além das consequências políticas da modernização social, também as mudanças a nível tecnológico vieram impactar a crescente personalização das campanhas políticas (Barisione, 2015). Como resultado do processo de personalização política que se tem vindo a verificar, a política é agora apreendida de uma forma mais individual e pessoal, com foco no líder.

Segundo Manin (1997), a tradicional «democracia partidária» tem sido gradualmente substituída pela «democracia de audiência», na qual o elo de ligação entre cidadãos e líderes políticos tem sido cada vez mais direto. Assim, os eleitores tendem a votar numa figura política e não num partido ou plataforma (Manin, 1997, p. 219). Esse processo de personalização das campanhas políticas resulta, sobretudo, de um conjunto de fatores provenientes das mudanças que se têm vindo a registar a nível social: em primeiro lugar, as instituições têm vindo a enfatizar figuras políticas em vez de coletivos. Em consequência, as campanhas e propaganda eleitoral enfatizam candidatos individuais. Assim, a política é percebida como competição entre diferentes lideranças, ao invés de interesses coletivos organizados (Teles, 2012). Como resultado, as escolhas e preferências políticas dos eleitorados são formadas com base nas características individuais dos políticos, podendo essas escolhas vir a decidir, em última instância, o resultado eleitoral (Teles, 2012).

### **2.4.2. Political Branding**

A crescente profissionalização das campanhas eleitorais na Europa e restantes sistemas parlamentares não europeus resultou num conjunto de processos eleitorais cada vez mais personalizados e centrados na liderança, reforçando o forte vínculo entre os estudos de liderança e comunicação de marketing político (Barisione, 2015).

O marketing político é um fenómeno oriundo dos Estados Unidos, devido, sobretudo, à fraca filiação ideológica entre os partidos norte-americanos e respetivo eleitorado (Santo & Figueiras, Comunicação Eleitoral, 2010). Através da especialização em diferentes ramos do marketing político, como, por exemplo, estudo do posicionamento do candidato relativamente à marca do mesmo e segmentação dos

eleitores ao direcionamento da mensagem, foi possível estabelecer uma nova interpretação do conceito de liderança em termos de produto de oferta num mercado político, no qual cidadãos e eleitores são equiparados a consumidores (Barisione, 2015).

No que respeita às últimas alterações na interação entre comunicação de marketing e liderança política, surge o papel do denominado *big money*, a partir do qual despesas de campanha sem precedentes se vieram impor na lógica das campanhas contemporâneas, sobretudo no caso dos Estados Unidos da América. Da mesma forma, também o incremento substancial do uso de sites e redes sociais para fins de comunicação política vieram alterar a formação da imagem e monitoramento da opinião pública (Barisione, 2015).

O sistema emergente de interações e derivações proporcionado pela Internet e novos media tende a reduzir a distância entre cidadãos e líderes políticos, pois a acessibilidade virtual dá lugar a um fluxo direto de mensagens, comentários e solicitações nas diferentes contas sociais. Não obstante, apesar das novas oportunidades no que respeita à comunicação estratégica, o rápido desenvolvimento de redes de comunicação interativa impõe aos líderes novos desafios, nomeadamente ao nível da gestão da apresentação pessoal e visibilidade (Barisione, 2015). Por outras palavras, a interação direta entre ambos os agentes expõem cada vez mais os líderes, tornando-os vulneráveis a qualquer comportamento impróprio.

No caso da comunicação de marketing político, apesar da associação realizada com as características do marketing convencional – consumidor e produto –, a política preocupa-se essencialmente com pessoas ou grupos de indivíduos e a forma como estas se relacionam entre si, sendo esse o seu principal foco de abordagem. Em contraste, o marketing convencional assume preocupação na relação entre pessoas e respetivo produto (Cwalinaa & Falkowskia, 2014). No entanto, um partido político ou candidato pode desenvolver uma «marca» no sentido em que oferece valores sociais e emocionais associados a um partido, como parte do seu apelo, construindo estratégias ideológicas. Assim, o marketing político visa a vantagem competitiva, de forma a gerar e manter o apoio dos eleitores. Os elementos-chave incluem, essencialmente: imagem do candidato – avaliar os pontos fortes e fracos do mesmo – e criação e apresentação de uma posição relativa às questões sociais, culturais e económicas do país (Cwalinaa & Falkowskia, 2014).

### **2.4.3. Personalização e Celebrização**

É possível registrar, nas últimas décadas, o surgir de um novo fenômeno interligado às componentes políticas e de entretenimento. A diluição de fronteiras entre as duas esferas, tem sido registada através de conteúdos televisivos de entretenimento que apresentam especial enfoque nas questões e protagonistas políticos, bem como o comportamento de figuras políticas como celebridades (Pereira, 2019). Este último processo transcende a categoria de personalização política, uma vez que os líderes não só assumem maior relevância do que as ideologias do respetivo partido político que representam, mas apresentam-se, também, com uma aura de celebridade. O fenômeno de celebrização política está, assim, associado ao mundo da cultura popular, ao melhorar a imagem pública e popularidade do candidato, com o fim de aumentar as probabilidades de sucesso (Pereira, 2019).

Ainda dentro deste novo campo, encontram-se as celebridades, cujas esferas não se relacionam com o poder político, mas fazem declarações políticas públicas, defendendo e apoiando determinados candidatos e causas (Pereira, 2019). O objetivo primordial é influenciar os diferentes processos políticos, via estatuto e contexto social, sendo que os próprios media oferecem cobertura às suas declarações públicas. Assim, a politização da vida privada é, no fundo, uma consequência decorrente de fatores em sociedades desenvolvidas, tal como o declínio da filiação partidária, a modernização e individualização das sociedades, o nascer da cultura de celebridades e o aumento do poder dos media (Langer, 2009; Pereira, 2019).

Por outro lado, a personalização política implica que as personalidades dos candidatos ocupem o centro do palco, tornando-se assim o foco de atenção dos eleitores (Caprara, Schwartz, Capanna, Vecchione, & Barbaranelli, 2006). Além deste fator, também o papel dos traços de personalidade individuais de cada eleitor passou a ser um elemento de relevo, uma vez que as próprias características pessoais podem fazer com que determinados candidatos ou partidos pareçam mais ou menos atraentes. Por outras palavras, cada cidadão avalia as diferentes alternativas à luz dos seus padrões pessoais que orientam o seu próprio comportamento (Caprara, Schwartz, Capanna, Vecchione, & Barbaranelli, 2006).

Surge assim o denominado processo de individualização, a partir do qual as personalidades individuais dos eleitos tornam-se decisivas para a escolha política. Em

consequência, vai-se dissolvendo a diversidade e distinção entre partidos à medida que estes procuram o centro político para atrair diferentes grupos com distintos interesses (Caprara, Schwartz, Capanna, Vecchione, & Barbaranelli, 2006).

## **2.5. Personalidades Políticas**

### **2.5.1 Atitude e Comportamento Humano**

Como todo o comportamento humano, também a atitude política é influenciada por uma série complexa de fatores que podem ser externos ao indivíduo, como a nação, cultura ou estrutura do sistema político em que estão envolvidos. Outros, são pessoais e intrínsecos a cada um. A personalidade pode ser definida como uma estrutura psicológica estável e multifacetada, que influencia padrões de comportamento (Cawvey, Hayes, Canache, & Mondak, 2017).

Conceber a personalidade como uma estrutura psicológica interna implica assumir que esta não pode ser medida de forma direta, sendo então exigido um critério de avaliação indireto, através do qual são utilizadas informações sobre os padrões gerais de pensamento e de ação. Sendo que a personalidade influencia o comportamento (Cawvey, Hayes, Canache, & Mondak, 2017), as informações sobre esta podem ajudar a compreender a forma como o indivíduo age e a respetiva taxa de sucesso associada, tendo em conta os contextos sociais, locais e políticos (Yaseen, 2014).

Assim, para a liderança política, o requisito “intelecto” precisa de ser acompanhado pelo sentimento. Tucker (1997, p.385), introduz a distinção entre liderança política humanista e não-humanista, afirmando que sentimentos como compaixão, simpatia e identificação emocional e humana são essenciais para a atuação e tomada de decisão ética. Independentemente da necessidade do intelecto para o sucesso da liderança, o sentimento de compaixão pelas pessoas, ou a falta dele, delimitará até que ponto o lado intelectual do líder se torna uma força para a liderança humanista. A História do século XX tornou familiar o fenómeno do líder político desumano, cujos exemplos culminam nas personalidades de Adolf Hitler e Joseph Stalin.

A análise dos efeitos de personalidade permite compreender os valores e as motivações inerentes a cada indivíduo, bem como os seus padrões de raciocínio e

comportamento reativo que podem ocorrer como resultado de emoções específicas (Trappl, 2006). Por sua vez, esta compreensão encontra-se relacionada com a capacidade de interpretar a forma como diferentes emoções e características influenciam o processo de tomada de decisão.

Os efeitos de múltiplos estados emocionais devem, assim, ser tidos em consideração no desenvolvimento de modelos realistas de tomada de decisão humana (Trappl, 2006). Desta forma, prever reações específicas em circunstâncias particulares e padrões de decisão estratégica de longo prazo, podem contribuir na prevenção e resolução de conflitos entre diferentes grupos e nações (Cawvey, Hayes, Canache, & Mondal, 2017; Trappl, 2006).

## **2.5.2 Atitude e Comportamento na Liderança Política**

Considerar a liderança como um comportamento ou traço intrínseco ao indivíduo, implica que existem determinadas qualidades que são características de um líder eficaz, e que, conseqüentemente, o distingue dos restantes (Yaseen, 2014, p.20). Os diferentes estilos de liderança adotados por cada líder político, bem como a gestão institucional e organizacional, influenciam a realização dos objetivos, ao mesmo tempo que definem a eficácia da liderança aplicada.

Assim, definir um bom candidato a um cargo eleitoral resulta, essencialmente, da respetiva personalidade e política cultural, domínios que são vastos e complexos, cuja interpretação depende de diferentes perspetivas e orientações (Caprara, Barbaranelli, Consiglio, Picconi, & Zimbardo, 2003). O consenso nos critérios exigidos são diversos: surgem os denominados «The Big Five», cujo foco central está presente nos comportamentos e atitudes do candidato; recursos financeiros, lealdade partidária e laços familiares são outros dos fatores apresentados, seguido de alguns critérios que visam, nomeadamente, os desejos do público, ou seja, alguém que possa reconhecer, compreender e defender as suas opiniões e interesses (Murray, 2014).

A liderança política surge, assim, como o fenómeno mais amplo quando comparado às restantes lideranças, uma vez que a necessidade de um líder político administrar vastas áreas temáticas, desde a saúde pública às relações internacionais, exige

que além dessa administração organizacional, sejam prestados serviços aos cidadãos, atendendo às necessidades coletivas da sociedade e construindo uma economia forte e uma visão para o futuro (O'Connell, Smoot, & Khalil, 2013). Essa influência pública pode ser administrada através do poder – exercer autoridade sobre o outro –; pagamento – oferecer bens materiais bem como financeiros em troca de apoio – e/ou persuasão – induzir um grupo a adotar uma determinada opinião ou curso de ação. Desta forma, o desafio onipresente para líderes políticos centraliza-se, sobretudo, no equilíbrio entre sustentabilidade e poder (O'Connell, Smoot, & Khalil, 2013). Não obstante, a sustentabilidade advém da mudança sucessiva: para garantir estabilidade é necessário uma constante renovação e fortalecimento do partido, trazendo novas pessoas e novas ideias de forma contínua, estabelecendo assim a desejada visão para o futuro.

Todavia, distinguir um bom candidato compreende não só as temáticas descritas anteriormente – a sua relação com a esfera pública – mas também os componentes de personalidade inerentes a cada um. As recentes mudanças registadas no cenário político tornaram evidente os declínios na identificação partidária, junto com a mudança de foco político das questões sociais para os atributos do candidato. Surge assim, a crescente preocupação com a imagem física e narrativas de personalidade destinadas a influenciar os eleitores (Caprara, Schwartz, Capanna, Vecchione, & Barbaranelli, 2006).

### **2.5.3 Modelo dos Cinco Fatores de Personalidade: *The Big Five***

Para explorar a personalidade dos políticos surge o modelo dos Cinco Grandes ou Cinco Fatores de personalidade, que se qualifica como um sistema abrangente de descrição e medição de tendências de personalidade no domínio político, bem como noutros domínios de investigação (Caprara, Barbaranelli, Consiglio, Picconi, & Zimbardo, 2003).

Pesquisadores usam a análise fatorial para identificar quais os elementos que afetam os comportamentos e as atitudes de cada indivíduo, entre estes: “fatores sociológicos” – classe económica, redes e grupos sociais –; “contexto político” – variação geográfica e cultura política – e “fatores psicológicos” – identidade partidária, autoritarismo e patriotismo (Gerber A. S., Huber, Doherty, & Dowling, 2011). Em

contraste com outros componentes de personalidade que se desenvolvem e mudam ao longo da vida, os cinco fatores são considerados aspetos estáveis que permitem identificar como cada indivíduo responde à vasta gama de estímulos. Como tal, os traços de personalidade oferecem uma oportunidade de examinar a forma como diferenças fundamentais de personalidade afetam resultados sociais, incluindo atitudes e comportamentos políticos (Gerber A. S., Huber, Doherty, & Dowling, 2010).

Assim, seja durante a aplicação de políticas nacionais e/ou internacionais ou durante a resolução ativa de conflitos, a capacidade de prever a ação de um líder é um fator determinante no processo de tomada de decisão. Modelos de avaliação de personalidade refletem, desta forma, os códigos operacionais de cada indivíduo/líder, possibilitando a construção de um ambiente de simulação (Trappl, 2006).

As cinco grandes dimensões da personalidade são: i) Extroversão – abordagem energética do mundo social e material; ii) Amabilidade – orientação social e comunitária; iii) Consciência – controlo impulsivo que facilita o comportamento direcionado a tarefas e objetivos; iv) Estabilidade Emocional – temperamento e emocionalidade uniforme; e v) Abertura à Experiência – amplitude, originalidade e profundidade da vida mental e experiência do indivíduo (Gerber, Huber, Doherty, & Dowling, 2011; Cawvey, Hayes, Canache, & Mondal, 2017).

i) Extroversão - uma pessoa cuja personalidade está associada a este traço é considerada extrovertida e socialmente confiante, assumindo um forte compromisso com o mundo externo. Além disso, indivíduos com altos níveis de extroversão são mais propensos a envolvimento político ativo, exibindo uma sociabilidade inerente (Fazli, 2019; Cawvey, Hayes, Canache, & Mondak, 2017). Quer em contextos pessoais, quer profissionais, a natureza expansiva do indivíduo extrovertido ajuda na superação das restrições institucionais que podem vir a desencorajar a discussão política (Hibbing, Ritchie, & Anderson, 2011)

ii) Amabilidade - está associada a indivíduos atenciosos, gentis, confiantes e dignos de confiança e com grande capacidade de compreensão da natureza humana (Fazli, 2019). Assim como a extroversão, a amabilidade é observada principalmente no contexto das

relações sociais, sendo que altos níveis de amabilidade correspondem ao sucesso em relacionamentos interpessoais, manifestando sentimentos de senso de comunidade e confiança colaborativa (Cawvey, Hayes, Canache, & Mondak, 2017).

iii) Consciência - altos níveis de consciência estão associados a altos níveis de obediência, conformidade com as normas e realização de objetivos. A consciência é assim uma dimensão que inclui disposição para ser confiável, pontual e organizado (Cawvey, Hayes, Canache, & Mondak, 2017). Indivíduos com este traço de personalidade são, por exemplo, indivíduos que reconhecem o relevo da responsabilidade de voto (Fazli, 2019).

iv) Estabilidade Emocional/Neuroticismo - o neuroticismo é por vezes referido pelo seu traço oposto, a estabilidade emocional. Termos como «emocional» e «tenso» são usualmente utilizados para representar esta característica. Altos níveis de neuroticismo correspondem a elevados riscos de depressão e instabilidade (Cawvey, Hayes, Canache, & Mondak, 2017). Em contrapartida, pessoas com estabilidade emocional são consideradas emocionalmente estáveis e calmas, conectadas a sentimentos de autoconfiança, onde a ansiedade e depressão, assim como outras emoções negativas, estão usualmente ausentes (Fazli, 2019).

v) Abertura à Experiência - *openness* refere-se a uma disposição sobre o mundo para aprender sobre diferentes perspectivas e participar em novas atividades. Indivíduos com alta abertura à experiência são usualmente descritos como pessoas criativas que procuram o inesperado (Cawvey, Hayes, Canache, & Mondak, 2017), sendo abertos a sentimentos e responsivos ao novo. Abertura à experiência encontra-se também associada a pessoas com altos níveis de tolerância e está principalmente ligada ao interesse e ao desejo de conhecer novas ideias e estilos de vida (Fazli, 2019), o que torna estes indivíduos mais propensos a reavaliarem as suas ideias políticas originais em face de novos pontos de vista divergentes (Hibbing, Ritchie, & Anderson, 2011).

Este traço de personalidade, bem como a extroversão, encontram-se positivamente associados a uma maior discussão política, existindo ampla evidência que de os traços de

personalidade desempenham um papel importante na formação de padrões gerais de discussão política (Hibbing, Ritchie, & Anderson, 2011).

Assim, as qualidades exigidas para a liderança eficaz são aquelas que contribuem para uma liderança humanista e criativa. Por outras palavras, ser possível transcender suposições e perspectivas limitadoras formuladas no passado e que se tornam cada vez menos válidas (Tucker, 1977). Também a ameaça da proliferação tecnológica de armas nucleares num mundo advertido pelo terrorismo internacional, é uma das mais altas manifestações de falta de ordem mundial. A crise ecológica, bem como o crescimento indefinido da população, produção e poluição, são condições a ter em conta na liderança mundial como uma pré-condição para a sobrevivência humana.

Desta forma, as qualidades exigidas para uma liderança eficaz não são apenas aquelas que permitem uma liderança inovadora, criativa e de compreensão adequada conforme o contexto social e económico. A liderança política deve ser também uma liderança de desenvolvimento e amadurecimento. Tal fenómeno exigirá a consciência do grande e crescente perigo e a esperança que as diferentes culturas em parceria possam superar a crise, guiando os líderes num idealismo que visa uma política prolongada de mudança radical não violenta (Tucker, 1997, p.392).

## Parte II – Metodologia e Estudo

### Capítulo 3 – Desenho Metodológico

#### 3.1. - Objetivos e horizonte temporal de análise em investigação

Este trabalho de investigação insere-se, de forma teórica e metodológica, nos estudos da Comunicação Política, cujo processo pretende demonstrar a importância do discurso como elemento de motivação, ao mesmo tempo que é conduzido com o objetivo de enriquecer o conhecimento já existente, cruzando a compreensão de fenómenos do mundo contemporâneo e ajudando na resolução de crises e conflitos.

A lembrança da história de um grande império e dos efeitos da guerra auxiliou na formação de um ideal único de defesa, que reuniu, na prática dos discursos de Churchill, todos os povos livres em torno de três motivos – vitória, união e esperança. Assim, ao longo desta dissertação, procurou-se compreender a importância do discurso político como arma de persuasão (Sondermann, 2013), sendo, neste caso, o discurso o elemento de motivação primordial na manutenção da democracia e da liberdade.

O horizonte temporal de análise em investigação compreende um dos momentos mais cruciais da história moderna e do século XX (Sondermann, 2013), desde a subida ao poder de Winston Leonard Spencer-Churchill, a 10 de maio de 1940, até finais do mesmo ano, após a vitória na denominada *Battle of Britain*, cujo intervalo de tempo representa a ameaça iminente de invasão Nazi.

Uma vez que o objetivo da vitória é um reflexo direto da manutenção da liberdade e da democracia, que, em última instância, são representativos dos valores da sociedade ocidental (Sondermann, 2013), esta investigação procura estudar as qualidades de um líder que permanecem válidas até à atualidade – nomeadamente na resolução de conflitos em períodos de crise internacional –, relacionando-as com as causas e os efeitos de sentido, ao longo da realidade histórica da Segunda Guerra Mundial.

Sob a teoria da análise do discurso e da retórica, esta dissertação procura, assim, evidenciar a importância da força dos argumentos discursivos como elemento motivador dos recetores, promovendo a união em torno do líder, bem como o efeito de mobilização da opinião.

A partir dos objetivos e do horizonte temporal de análise em estudo definidos, apresenta-se de seguida o método que será seguido nesta investigação.

## **3.2. - Método Qualitativo**

### 3.2.1 - Pesquisa Bibliográfica e análise documental

Como referido anteriormente, o período de análise nesta investigação inicia-se no momento a partir do qual Winston Churchill assumiu o posto de Primeiro-Ministro, em maio de 1940, numa época em que a Alemanha ocupava grande parte do território europeu e a ameaça à ilha britânica parecia iminente (Sondermann, 2013). Desta forma, seguir-se-à a aplicação de uma metodologia de base qualitativa, circunscrita na análise documental e pesquisa bibliográfica, perante o referido caso em estudo.

Segundo Vergara (2000), a pesquisa bibliográfica assenta no estudo sistematizado que é desenvolvido com base no material acessível ao público, nomeadamente livros, jornais, revistas e internet. Desta forma, a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de documentos anteriormente publicados, permitindo a recolha de dados em diversas fontes e assumindo como objetivo primordial comprovar fatos e acontecimentos numa perspetiva linear (Le Goff, 1956, p. 536). Perante a investigação qualitativa inerente à análise documental, assume-se a conceção da autora Marie Fortin (2000) de que a realidade assenta nas perceções dos indivíduos, privilegiando-se, assim, uma abordagem aprofundada e compreensiva face aos significados e interpretações da realidade.

### 3.2.2 – Caso em estudo

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009) e Vergara (2000), o estudo de um dado caso visa conhecer em maior profundidade uma determinada situação que se supõe única, estando circunscrita numa variedade de unidades de investigação, como, por exemplo: uma pessoa, uma família, um produto ou uma organização. A procura das suas características particulares permite contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse. Neste estudo o caso em análise é a importância da liderança – particularmente dos discursos – de Winston Churchill, como fator motivacional do público/audiência.

### 3.2.3. – Discursos em análise

O trabalho de investigação – que, segundo Vergara (2000), se transcreve pelo conjunto de elementos característicos do objeto de estudo – insere-se na coletânea dos 9 discursos proferidos por Winston Churchill em 1940.

A amostra face ao total de discursos produzidos por Winston Churchill foi selecionada de acordo com um conjunto de regras, a partir do qual foi possível estabelecer as suas características (Nunes, 2017). No caso do presente caso de estudo, a amostra de discursos é constituída pelo conjunto de 4 discursos – *Blood, Toil Tears and Sweat* (13 de maio); *We Shall Fight on the Beaches* (4 de junho); *Their Finest Hour* (18 de junho) e *The Few* (20 de agosto) –, cuja singularidade inerente a cada um dos discursos é representativa de um marco histórico durante o período de 1940.

#### **1º Discurso - *Blood, Toil, Tears and Sweat* – 13 de maio de 1940**

De acordo com a definição do desenho metodológico, o primeiro discurso elegido para análise foi proferido a 13 de maio de 1940, na Câmara dos Comuns, após a subida de Churchill ao poder como Primeiro-Ministro, a 10 de maio do mesmo ano. *Blood, Toil, Tears and Sweat* é o elemento discursivo que marcou a opinião pública, ao servir como carta de apresentação de Churchill enquanto líder de guerra, logo após ter aceite o convite para Primeiro-Ministro, realizado pelo Rei George VI.

Conforme anteriormente descrito, este é um discurso representativo do colapso político e militar no qual os Aliados se encontravam, após a queda da Holanda e do Luxemburgo, e mais tarde da França. É durante este período que Churchill emerge como primeiro-ministro e dá início à sua influência discursiva, ao marcar a História com *Blood, Toil, Tears and Sweat*.

## **2 ° Discurso - *We Shall Fight on the Beaches* – 4 de junho de 1940**

*We Shall Fight on the Beaches*, um dos discursos mais célebres de Churchill, realizado a 4 de junho de 1940, ilustra o Milagre de Dunquerque durante a turbulência da Segunda Guerra Mundial.

Após a queda do Governo francês, o norte do país foi rapidamente ocupado pelos alemães, à medida que centenas de soldados aliados convergiam para a praia de Dunquerque, numa tentativa desesperada de evacuação para as Ilhas Britânicas (Sandys, 2006, p. 87). A aproximação progressiva das tropas nazis permitiu a instalação do pânico entre os soldados aliados, canalizando em Churchill todo o peso estratégico, político e militar (Sandys, 2006).

O sucesso na denominada «Operação Dínamo» permitiu a Churchill a realização de um dos seus mais conceituados discursos, transformando o feito numa arma de determinação do povo britânico, discursando em Londres, na Câmara dos Comuns, num momento charneira da Guerra.

## **3 ° Discurso - *Their Finest Hour* – 18 de junho de 1940**

Realizado a 18 de junho de 1940, este longo discurso procura oferecer um panorama da situação de guerra, alertando para o perigo de invasão iminente, logo após a Evacuação de Dunquerque, ilustrando um dos momentos de maior crise e tensão da Segunda Guerra Mundial.

Perante a necessidade de união num dos momentos mais decisivos da Guerra, Churchill procura enfatizar os pontos positivos ao mesmo tempo que alerta para os riscos do momento. No geral, apesar da situação ser desfavorável à Inglaterra, o antigo primeiro-ministro britânico concentrou neste discurso novas esperanças, reafirmando a competência das tropas britânicas, de forma a manter a união. O contexto em que foi pronunciado o discurso *Their Finest Hour* foi um dos mais críticos de toda a guerra (Sondermann, 2013).

#### **4 ° Discurso - *The Few* – 20 de agosto de 1940**

A 20 de agosto de 1940, na Câmara dos Comuns, em Londres, Churchill discursa no auge da Batalha de Inglaterra.

Após alertar a população sobre os riscos de uma iminente invasão alemã, no seu discurso anterior, Churchill expressa, em *The Few*, as razões da guerra travada nos ares – sendo a liberdade e a democracia os valores que estão na base de um dos momentos mais épicos da Segunda Guerra Mundial (Sondermann, 2013). A vitória da Força Aérea Inglesa permitiu a sobrevivência inglesa e o domínio do espaço aéreo, impedindo Adolf Hitler de concretizar a invasão da ilha.

Ao longo do discurso, Churchill traduz o senso de grandeza e de união, exaltando o papel da Grã-Bretanha como uma nação defensora do mundo ocidental. A construção de um ambiente otimista é o reflexo de uma constante força motivacional, bem como da mudança da maré da guerra.

### **2.3. - Método de Análise Discursiva**

A presente dissertação procurou evidenciar, nomeadamente através do estudo das teorias definidas na Retórica de Aristóteles (2010) e da teoria da análise do discurso de Patrick Charaudeau (2006), os efeitos consequentes da atividade discursiva de Winston Churchill.

Com base no método da Hermenêutica de Profundidade, desenvolvido por John Thompson, a análise discursiva passa, numa primeira fase pela análise sócio-histórica de cada discurso. A contextualização das condições sociais e históricas de produção, circulação e receção da mensagem permitem identificar o contexto pertinente aos discursos de uma determinada época. As formas inerentes à construção simbólica do discurso estão situadas dentro de condições sócio-históricas específicas, que visam descrever o momento, o local e as circunstâncias da ação.

Numa segunda etapa, é realizada a desconstrução de cada discurso. Destacam-se, aqui, a relação e intenção de frases e palavras contextualizadas nas condições sócio-

históricas, que, combinadas entre si, dão lugar à mensagem primordial que o emissor propõe.

Por fim, é possível proceder à avaliação da intenção, do direcionamento e possíveis efeitos procurados em cada um dos discursos, de acordo com a Teoria da Retórica de Aristóteles (2010) e a Teoria da Análise dos Discursos de Patrick Charaudeau (2006). Realizado na forma individual de cada discurso, procura-se demonstrar a forma como Winston Churchill tirou partido da palavra como arma de propaganda, persuasão e mobilização.

Embora o entendimento do discurso político, desenvolvido por diferentes disciplinas, esteja longe de um ponto de vista único (Sondermann, 2013), segundo Charaudeau (2006, p.32), o estudo deste discurso trata a organização da linguagem e os seus efeitos psicológicos e sociais, no interior de determinado campo político, onde ambos os valores e ações interagem simultaneamente. Desta forma, são estudados os comportamentos dos atores políticos, bem como as normas instauradas e os seus efeitos sobre o estado das sociedades (Charaudeau, 2006, p.34).

Por conseguinte, na análise do discurso, interroga-se não só a forma como esses comportamentos e normas tornam possível o aparecimento da regulação dos fatores políticos, mas também a forma como o comportamento das massas depende das estratégias do discurso – carregadas de símbolos que encontram eco nas crenças dos recetores, suscetíveis de provocar uma adesão de forma instantânea (Charaudeau, 2006, p. 79).

Ao avaliar os discursos de Winston Churchill durante a Segunda Guerra Mundial, procura-se verificar os efeitos desses mesmos discursos, que, interpretados à luz da pesquisa histórica existente e de diferentes teorias de análise, demonstram a forma como, em períodos extremos, a comunicação do líder se revela ainda mais fundamental. Assim, é possível através deste estudo rever conceitos em torno da liderança e da comunicação, incentivando à procura de novas formas de resolução de conflitos e erradicação de momentos de crise internacional.

### 3.3- Retórica

A teoria definida na Retórica de Aristóteles assenta, sobretudo, no enquadramento do discurso e na sequência adequada de diferentes fases que permitem ao ouvinte seguir e aceitar a mensagem do orador (Cooper, 1960).

Escrita durante o século IV a.C., o estudo da Retórica, da ciência, da lógica e da metafísica do filósofo grego, nascido em 384 a.C., estimularam o pensamento intelectual ocidental e embora a Retórica de Aristóteles tenha sido avaliada com diferentes graus de aprovação ao longo da sua história, esta permaneceu relevante e útil desde a sua publicação (Floyd-Lapp, 2014).

Perante o ato refletivo sobre o alcance da paz e a redução da guerra por meio da legislação, nasce o conceito da retórica, centrado na persuasão e usado como ferramenta do discurso político (Floyd-Lapp, 2014, p. 2). Desta forma, Aristóteles define retórica como persuasão (Aristóteles, 2010, p. 5), explicando, em capítulos curtos, os componentes da argumentação e a forma como estes podem ser canalizados, a fim de serem utilizados para causas sociais que carecem de integridade. Não obstante, embora defina o uso positivo da retórica, Aristóteles defende o seu valor como ferramenta do discurso político (Triadafilopoulos, 1999), apresentando a complexidade inerente ao seu uso, como um método que envolve razão e emoção.

Surge, desta forma, a distinção, apresentada por Aristóteles, entre os conceitos de Dialética e Retórica. Embora reconheça as semelhanças, o filósofo define dialética como a argumentação lógica sobre questões por meio do diálogo (Triadafilopoulos, 1999, p. 744), enquanto a retórica se refere à capacidade de observar e explorar os meios disponíveis de persuasão, em cada circunstância. Por outras palavras, é uma ciência que se ocupa, nomeadamente, das técnicas de comunicação com fins persuasivos (Sondermann, 2013, p. 209). Pressupondo um ambiente democrático, no qual a audiência é avaliada como um conjunto de recetores com capacidade de receber e avaliar os argumentos apresentados (Sondermann, 2013, p. 210), o uso da estratégia da retórica era incentivado por Aristóteles como um meio para atingir os objetivos de sucesso.

Segundo Halliday (1999), devido à sua flexibilidade enquanto disciplina, a retórica pode apresentar como objetivo a criação e a divulgação da atividade discursiva

com o objetivo último de persuadir. Assim, a concepção aristotélica da esfera pública consistia na interligação entre os conceitos de persuasão, política e discurso (Floyd-Lapp, 2014).

Não obstante, a desaprovação face ao uso da estratégia da retórica nasce com Platão, que argumentou o potencial negativo do apelo às emoções do público em vez do uso da lógica e da razão, como ferramentas neutras e honestas (Floyd-Lapp, 2014). A analogia chega até ao século XX com a conexão entre Aristóteles e Hitler, no que respeita ao problema ético inerente ao uso da retórica (Lee, 2005). Steven B. Katz (1992) destaca o perigo inerente ao seu uso deliberativo, argumentando que embora Aristóteles discuta o uso ético da retórica, o foco surge sempre na conveniência, valorizando excessivamente o sucesso de um orador na transmissão da sua mensagem. Irving J. Lee (2005) efetua também o paralelo entre o uso da retórica e a filosofia do poder, alegando ao uso deliberativo de Hitler em estabelecer relações entre o público e o orador, através das quais a audiência é influenciada pelo último, adotando as suas crenças e opiniões.

Enquanto a conexão entre Hitler e Aristóteles destaca o poder negativo da retórica (Katz, 1992; Lee, 2005), o cientista político Triadafilopoulos (1999) revisa a oratória de Martin Luther King Jr. como exemplo do potencial positivo da arte da persuasão. A conquista pelo respeito dos direitos afro-americanos são um reflexo direto da utilidade da retórica em questões de pluralismo de valores (Triadafilopoulos, 1999, pp. 752,753). Não obstante à conexão positiva ou negativa que ambos argumentos possam apresentar, ambos os exemplos são elementos comprovativos da natureza versátil da retórica (Floyd-Lapp, 2014, p. 6).

Os principais meios artísticos de persuasão em que Aristóteles se concentra devem ser ajustados de acordo com as características da audiência, sendo, para tal, necessário a compreensão e reconhecimento prévios da plateia (Cooper, 1960). Desta forma, Aristóteles categoriza os principais ramos da retórica em três categorias: Ethos, Logos e Phatos. Assim, após definição do público-alvo, o discurso deve, então, ser ajustado à linguagem e carácter desse mesmo público, surgindo o fator persuasivo em três etapas distintas:

**Ethos** significa carácter (Aristóteles, 2010, p. 108) que, por sua vez, evoca legitimidade e autoridade inerentes ao orador, essenciais no processo de credibilidade dos ouvintes. Por outras palavras, o Ethos é fortalecido por uma forte reputação, bem como

educação adequada que permite o uso de terminologias corretas, transmitido uma noção de confiança.

**Logos** está relacionado com a racionalidade dos argumentos (Triadafilopoulos, 1999). Esta deve compor a parte mais longa e completa do discurso, uma vez que visa apresentar um conjunto de argumentos que favorecem a visão do orador. Métodos inerentes ao uso do Logos validam o uso de provérbios e exemplos do quotidiano como exemplos ilustrativos das afirmações efetuadas. O fornecimento de exemplos, assim como a invocação de imagens mentais e memórias, apontam para o raciocínio dedutivo, o que cria aproximação aos ouvintes (Leith, 2011, p. 58).

**Pathos**, o terceiro elemento do discurso, consiste no conjunto de palavras e atos que apelam às emoções do público (Triadafilopoulos, 1999). Para Aristóteles, um discurso visa comover o maior número possível de ouvintes de forma a ganhar a sua confiança (Aristóteles, 2010; Leith, 2011). Vocabulário emotivo é essencial no processo de persuasão, sendo o objetivo do orador elevar as emoções positivas relacionadas a si e aos seus argumentos, tal como as emoções negativas referentes à parte oposta.

Embora as três técnicas do orador sejam referidas por ordem, não é essencial e/ou obrigatório a sua sequência na formação do discurso. Por outras palavras, embora o Phatos surja como terceiro elemento discursivo, apelos às emoções podem ser representados em qualquer ponto do discurso persuasivo.

### **3.4. – Análise do Discurso – Patrick Charaudeau**

Patrick Charaudeau (2016, p.13) inscreve o projeto retórico de Aristóteles numa problemática de influência, tomando partido dos julgamentos de Nuremberg como exemplo do local de confronto de processos argumentativos que visam provar e/ou estabelecer um sistema afiliado à razão/culpabilidade. Assim, a retórica argumentativa encontra o seu foco no outro, com o objetivo de fazê-lo aderir a uma tomada de posição. Não obstante, o autor reconhece o limite de alcance deste modelo discursivo, uma vez que se encontra inserido numa situação inerente à persuasão e ao debate.

Em “Discurso Político” Charaudeau (2006, p.185) propõe o desafio de compreender a razão argumentativa tomando o discurso político como categoria central. Considerando

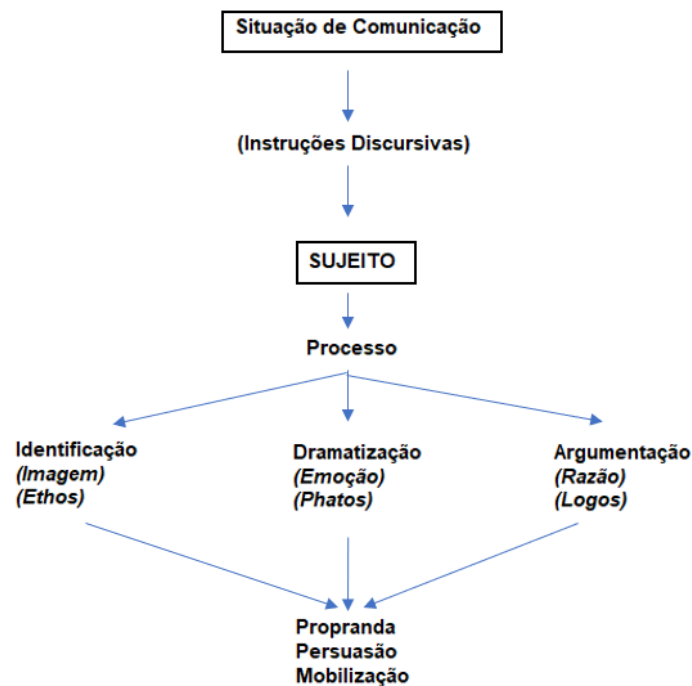
a caracterização dos contextos e práticas sociais em que o discurso político se produz e opera, o autor estabelece um conjunto de quatro problemas que se apresentam ao sujeito do discurso:

- i) O primeiro ponto passa por interrogar a situação de comunicação, isto é, o meio de estabelecimento de contacto com o outro, através do qual a mensagem é transmitida. O processo de relação assume um ato de imposição da presença do sujeito falante ao ouvinte, instaurando posições de superioridade/inferioridade.
- ii) O segundo problema concentra-se na posição de autoridade assumida pelo orador. Trata-se de um processo de construção de imagem, de modo que o ouvinte considere credível o sujeito falante, podendo ainda criar identificação com este. É aqui reconhecido o *Ethos* da retórica, numa aproximação do autor a Aristóteles. O sujeito surge, assim, com uma identidade psicológica e social reconhecida ao olhar do outro (Charaudeau, 2006, p. 115), sendo a credibilidade, bem como a legitimidade, o resultado da construção de uma identidade discursiva do orador (Charaudeau, 2006, p. 119). É desta forma que a mensagem, distribuída nos discursos de Winston Churchill, ganha força e eficiência através da credibilidade do emissor (Charaudeau, 2006, p. 113).
- iii) De forma a perceber o processo de influência, Patrick Charaudeau interroga a probabilidade de aproximação ao sujeito ouvinte, analisando o processo de linguagem que permite fazer com que o outro adote o ponto de vista do orador, sem qualquer resistência. Surge assim o *Pathos* da retórica, que, ao conquistar o indivíduo através das suas emoções, coloca a utilização de estratégias discursivas a fim de mover o ouvinte numa determinada direção.
- iv) Por último, o autor questiona a organização do discurso para o processo de influência, ou seja, transmitir/descrever os argumentos de maneira descritiva e narrativa. É feita a aproximação ao *Logos* da retórica.

A razão argumentativa depende, desta forma, de um conjunto de condições discursivas que se distinguem entre si: todo o ato de linguagem produzido resulta num processo de construção entre ambas as partes, orador e ouvinte, fornecendo instruções de produção e interpretação de mensagens.

O ato argumentativo é inerente ao método de identificação, que permite ao outro identificar-se, ou não, com o relato, obrigando-o, então, ao pensamento e avaliação dos argumentos produzidos, de acordo com o seu ponto de vista. Ambos participam, assim, num processo de racionalização argumentativo (Charaudeau, 2016).

Figura 1 – Razão Argumentativa



Fonte: Charaudeau (2008, p.58)

### 3.5. – Questão de Investigação

A questão da presente investigação visa apurar:

De que forma Winston Churchill tirou partido da sua ação discursiva em 1940 como reforço de persuasão e mobilização da sua comunicação de liderança?

Existem nomes na história inglesa que resumem em si a personificação suprema do carácter britânico (Lewis, 1957). Winston Churchill, cuja liderança se estende à Europa e ao resto do mundo (Frago & Sierra, 2020) – como um conjunto de ideias e técnicas-chave –, tornou-se um símbolo sempre presente nas sociedades contemporâneas, através da constante comercialização da sua voz e imagem (Hassan, 2018).

A atmosfera política prevalente antes de 1940 foi reescrita pelas ações de Churchill durante a Segunda Guerra Mundial. Impulsionando a nação para a vitória final sobre a Alemanha Nazi, Winston Churchill registou a sua marca num estilo de liderança extraordinária, tornando-o um líder estratégico de sucesso, estimulado pela sua paixão implacável, visão, ousadia e incansável fome pela vitória (Olayinka, 2019).

Winston Churchill é, assim, aclamado como um grande líder de guerra (Hoogenboezem, 2015). Em 1940, quando a supremacia alemã era notável e a invasão à Grã-Bretanha parecia iminente, Churchill conseguiu inspirar a nação britânica e evitar o colapso moral através do seu poder de oratória, determinação e princípio durante a guerra (Hoogenboezem, 2015). Vivo e presente em debates por toda a Europa, é diversas vezes invocado como prova do poder da vontade humana e aclamado como um grande líder de guerra, erguendo-se contra o pensamento do grupo predominante (Hassan, 2018).

Características, traços e comportamentos que identificam o antigo primeiro-ministro como um líder carismático e transformacional (Olayinka, 2019), permitem compreender o espírito visionário que adotou e difundiu. Através de uma linguagem simples, mas precisa, Winston Churchill escreveu discursos concisos e de fácil compreensão para toda a nação, de modo que o público pudesse criar identificação com as suas palavras e confiar na sua visão (Olayinka, 2019). Essa confiança esteve na base de toda a sua liderança, conduzindo a nação à vitória a 8 de maio de 1945.

## Capítulo 4 – Análise Discursiva

### 4.1. Perfil de Winston Churchill

#### 4.1.1. Winston Churchill - Biografia

Nascido a 30 de novembro de 1875 no Palácio de Blenheim em Oxford Shire, Winston Churchill, filho mais velho de Randolph Churchill, nasceu e cresceu numa família aristocrática inglesa e americana. Durante a infância manteve sempre uma relação de grande afeto com a mãe, Jenny Jerome, filha de Leonard Jerome, contrariamente ao relacionamento frio e distante que caracterizava a ligação com o pai. Aos vinte anos de idade, Churchill foi descrito pelo pai como uma vergonha para o nome da família (Haffnew, 1967, p. 7). Randolph Churchill acabou por morrer em 1895 (Olayinka, 2019).

Em 1888, aos 12 anos, entrou na escola em Harrow, tendo, mais tarde, ingressado no *Royal Military College* em Sandhurst, terminado a formação militar em 1894 (Olayinka, 2019). Churchill entrou na política em julho de 1897 por desígnio, sendo os seus primeiros anos caracterizados por um grande interesse na reforma de problemas sociais, defendendo o liberalismo e direitos civis, assim como o uso do governo para promoção do progresso social (p.3). O abandono do partido conversador em 1904 foi acompanhado de grande contestação, sendo mais tarde nomeado subsecretário de Estado para as colónias inglesas.

A sua carreira política pode ser considerada, à parte do sucedido durante a Segunda Guerra Mundial, de uma extensão e amplitude complexa de compreender (Heffer, 2015, p. 21). Churchill era, por natureza, jovial e intransigente (Robbins, 1962, p. 158). Podia ser encontrado em navios, no deserto, ou nas esquinas das ruas. Tinha uma coleção enorme de chapéus para todas as ocasiões. Possuía também uma habilidade infalível para andar por meio de mangueiras de bombeiros ou onde existissem problemas, sem nunca abdicar da omnipresente bengala (p.158). Churchill, não era um homem adaptado a um só papel – o que conhecemos da Segunda Grande Guerra – mas sim várias versões do mesmo homem, todas chamadas Winston Churchill (Robbins, 1962).

A carreira militar foi sempre acompanhada por uma carreira no espaço político, sendo também o gosto pela literatura uma ocupação que Churchill gostava de afirmar com uma profissão, tendo trabalhado como jornalista e escritor (Haffnew, 1967, p. 31). As diferentes fases da sua vida profissional podem ser descritas nos seguintes cargos e departamentos: Ministério da Economia, Ministério do Interior, Almirantado, Ministério do Armamento, Ministério da Guerra, Ministério das Colónias, Ministério das Finanças, novamente Almirantado e, por último, o apogeu de toda a sua tardia carreira: a Segunda Guerra Mundial (Haffnew, 1967, p. 37). Foi nestes cargos que Churchill conseguiu expressar parte da sua personalidade, sempre de formas diferentes, demonstrando toda a sua imaginação e paixão (Haffnew, 1967, p.37-38).

Com a segunda mudança de partido, emerge o denominado *Churchill radical* (Haffnew, 1967, p. 39) e a ascensão da sua carreira. Para a maioria dos políticos, uma igual trajetória de mudança partidária significaria o fim da carreira política. No caso de Winston Churchill, foi o início (Haffnew, 1967).

As opiniões dividem-se no que respeita ao motivo que pode estar na base dessa mudança, no entanto, era óbvia a pulsante inquietação de Churchill, bem como a tensa impaciência que davam origem a uma figura de oportunista e ambicioso (Haffnew, 1967, p.40). Não obstante, Churchill realmente ambicionava um maior cargo e mais poder. Considerava insuportável a sua função, limitando-se a respeitar, obedientemente, o sentido de voto do seu grupo parlamentar (Haffnew, 1967, p.40). Estar desocupado era um inferno para Churchill, sempre inquieto, insatisfeito e considerado por muitos como indisciplinado, o político tinha a tendência de trespassar os limites impostos, fazendo sempre a sua opinião prevalecer (Haffnew, 1967, p.79).

#### **4.1.2. Carreira Política e Militar**

Em 1940, perante um momento de invasão e ameaça mortal (Heffer, 2015), Churchill – cuja carreira até ao momento se encontrava marcada por erros militares e equívocos irreversíveis – tinha então 65 anos. Apesar do papel que desempenhou na Primeira Guerra Mundial, que permaneceu sempre controverso (Haffnew, 1967, p. 81), e das suas ações na juventude – praticamente esquecidas em 1940 – Churchill começou por

liderar a minoria que compreendia, corretamente (Heffer, 2015, p. 19), a ameaça que a figura de Hitler representava, bem como o desarmamento e apaziguamento britânico.

Em 1934, reconquistou alguma da sua anteriormente perdida influência social e política, após Hitler reintroduzir o serviço militar obrigatório e ocupar a Renânia. Devido à decisão do governo conservador britânico em adotar uma política de apaziguamento e de cauteloso rearmamento – sempre com o objetivo de assegurar a paz –, tal fator permitiu a Churchill sobressair a todos como o homem indicado e decisivo para ocupar o cargo de primeiro-ministro e liderar a nação (Haffnew, 1967, p. 83).

Assim, a sua imperturbável lucidez e firmeza conferiu-lhe a subida ao poder e a fama de ter sido o único capaz de alterar os futuros acontecimentos na década de 40 (Haffnew, 1967, p. 81). Essa era a época onde a urgente necessidade de sobrevivência nacional se adequava, de forma ideal, aos maiores talentos de Churchill: a sua excentricidade e capacidade enquanto orador (Hassan, 2018, p.19-20). Após assumir o cargo de primeiro-ministro, Churchill tirou partido dessas mesmas capacidades para alterar o espírito anti derrotista do povo britânico, com a maior paixão, eficácia e sinceridade possíveis (Hassan, 2018, p. 19). É então em 1940 e 1941 que a sua biografia se funde com a História Universal, não sendo possível narrar uma sem a outra (Haffnew, 1967, p. 105).

Nos discursos de 1940, durante o período de maior horror e desespero para o povo britânico, Churchill usou a retórica para criar uma liturgia de esperança e fé, na luta pelo triunfo da civilização democrática e pela liberdade. Primeiro, Churchill conduziu o povo à sobrevivência e apenas depois, à vitória (Hassan, 2018, p. 19).

Segundo Haffnew (1967, p.81), Churchill não era, de qualquer forma, antifascista ou um inimigo da Alemanha e apesar de, numa fase inicial, discordar apenas do antisemitismo defendido pelo líder alemão, Churchill não possuía qualquer objeção contra Hitler. Não obstante, com o decorrer do tempo e dos acontecimentos, bem como o facto de Churchill se tornar, a partir de 1932, um grande defensor do rearmamento britânico, abriu espaço para o desenvolvimento de uma autêntica aversão à natureza e crueldade de Hitler (Haffnew, 1967, p.81-82). Desta forma, é possível perceber que o crescente rancor sentido pelo antigo político inglês não partiu de nenhum preconceito inicial contra os alemães, assentando antes em causas de ordem tática e política.

No seu primeiro discurso parlamentar, «Sangue, Suor e Lágrimas», proferido a 13 de maio de 1940, o então primeiro-ministro declarou que o seu único objetivo era a vitória a todo o custo, travando uma política de guerra contra a tirania e sombrio registo de crimes humanos (Haffnew, 1967, p. 107).

Embora a lógica militar fosse questionável (Hoogenboezem, 2015), Churchill decide tomar a ofensiva. A 13 de maio, o bombardeio estratégico da Alemanha – alvos militares e civis – já se encontravam sob orientação, com data prevista para junho de 1940. O objetivo de ataque, para além de conseguir manter a pressão militar e psicológica sobre os alemães, cruzava também a preocupação em acabar com a passividade britânica registada até ao momento (Hoogenboezem, 2015). A adoção de uma nova estratégia militar ativa tornou-se um fator essencial na eletrificação da pátria, diferenciando um povo com disposição para lutar, uma diferença essencial na moral durante os primeiros dias da ofensiva de 1940 (Haffnew, 1967; Hassan, 2018; Hoogenbowzem, 2015).

É devido à rígida determinação de Churchill, durante o período no qual a Inglaterra esteve sozinha, entre junho de 1940 e junho de 1941, que foi possível criar, mais tarde, uma aliança tão improvável entre os gigantes, Estados Unidos e União Soviética, cujo fator foi decisivo para o desfecho da guerra (Haffnew, 1967, p. 106). E, se para alcançar a vitória total fosse necessário sacrificar a ilha, então certamente Churchill estava disposto a esse preço (p. 108). Como tal, foi, sobretudo, essa determinação em alcançar a vitória a qualquer custo que tornou Churchill um mito intemporal (p. 108).

A eterna ambição que Churchill possuía terá sido a sua principal motivação (Haffnew, 1967, p. 112). É por isso que arriscar a queda da própria nação, ainda que pareça uma contradição interior, prova a forma como ambição e espírito de sacrifício não se excluem. Desta forma, a ambição pessoal ainda não realizada, em conjunto com a possível política de reaproximação aos Estados Unidos, que se haviam afastado da metrópole há quase dois séculos, representou o momento no qual ambas as facetas dessa mesma ambição chegam ao seu apogeu: a última oportunidade para o Reino Unido – e também para Churchill – conseguir conduzir a sua força vital em decadência a um novo auge (Haffnew, 1967, p. 114). Aos 65 anos, Churchill, era o líder para o momento (Field, 2002): alguém que todos os partidos políticos podiam invocar e citar; alguém cuja resistência permaneceu e conduziu à vitória final.

### 4.1.3. Início da Segunda Guerra Mundial

No verão de 1940, a Grã-Bretanha ficou sozinha. A França entrava em colapso, cada vez mais perto de negociar o armistício, e os Estados Unidos não pareciam interessados na guerra (Hoogenboezem, 2015). A perspectiva militar da Grã-Bretanha era sombria. A invasão alemã parecia inevitável, não estando claro se a Inglaterra conseguiria sobreviver a tal ataque.

Após a queda da Holanda e do Luxemburgo, chega a notícia, na manhã de 28 de maio de 1940, da rendição do exército belga, isolando a Força Expedicionária Britânica, que tentava desesperadamente evacuar as tropas aliadas de Dunquerque. A queda da França representa o início da janela temporal mais sombria para a Grã-Bretanha que, sozinha na luta contra a Alemanha Nazi, elegeu Churchill como o único homem capaz de governar a nação durante esse período (Hoogenboezem, 2015; Haffnew, 1967).

O mito de Churchill como um homem do povo é persistente e várias vezes usado para exemplificar o seu sucesso no verão de 1940 (Hoogenboezem, 2015). A resposta a esse mesmo sucesso deve incluir o estado moral da Grã-Bretanha durante o período de iminente invasão alemã. O sentimento de solidão e derrota, ampliado pela ameaça de ataque e poderio da máquina de guerra alemã, conduziu o Ministério da Informação a usar termos como “depressão considerável” e “atoradoado, ansioso, desnortado” para descrever a fraca moral e força mental do público britânico em maio de 1940 (Hoogenboezem, 2015, p. 3). Logo, descrita como uma condição caótica, a mente do público estava mergulhada num profundo desânimo inteiramente perplexo, quase incrédulo (Hoogenboezem, 2015, p.3).

É neste período apreensivo que Churchill emerge como primeiro-ministro de políticas difíceis de reedificar. Não obstante, o seu poder e coragem, difundidos pela oratória discursiva, teve uma audiência recetiva e um efeito sobre essa mesma audiência. A vasta coleção de discursos, em conjunto com a sua atitude singular e determinação severa, tornaram-se exemplos de liderança inspiradora (Hoogenboezem, 2015, p. 4).

#### 4.1.4. Dunquerque

A dura realidade de Dunquerque, conhecida na História como o «Milagre de Dunquerque», serviu como um ponto de inflexão fundamental nos primeiros dias da Segunda Guerra Mundial (Wheatcroft, 2006).

Após a invasão da Polónia pela Alemanha Nazi, que deu início à Segunda Guerra Mundial a 3 de setembro de 1939, ocorreu um período de relativa inatividade conhecido como «Guerra Falsa». Esse período terminou abruptamente com o ataque alemão aos restantes países europeus: França, Bélgica, Luxemburgo e Holanda. A queda destes países resultou no isolamento efetivo da Grã-Bretanha em maio de 1940. Winston Churchill, que assumiu o cargo de primeiro-ministro a 10 de maio, batizou a operação de resgate às tropas de Dunquerque como «Operação Dínamo» (Wheatcroft, 2006).

Os franceses declararam Paris cidade aberta após a invasão alemã e o Governo mudou-se para o Sul do país, pedindo o armistício a 17 de junho de 1940 (Sandys, 2006, p. 93). O Norte da França encontrava-se então ocupado pelos alemães, e mais de 300.000 soldados britânicos e franceses, cobertos por ações de retaguarda, convergiam para Dunquerque, a partir de onde tentavam desesperadamente evacuar. Previsões militares inglesas anteviam que dos 300 mil soldados seria impossível salvar mais de 50 mil (Sandys, 2006, p. 87). O pânico e o caos instavam-se à medida que o tempo se esgotava, com a aproximação progressiva das tropas nazis e o intenso bombardeio via aérea às tropas aliadas, que se encontravam ao descoberto nas praias de Dunquerque.

No entanto, a baixa cobertura de nuvens que se registou durante dias impediu à *Luftwaffe* um ataque aéreo em grande escala. Ventos fracos e um mar relativamente calmo permitiram a evacuação e o sucesso da operação via marítima. O esforço envolveu o uso de centenas de embarcações britânicas de propriedade privada, que, comandados pela Marinha Britânica, foram utilizados na evacuação dos soldados através do Canal da Mancha.

Esse auxílio pela frota de pequenas embarcações resultou no resgate de mais de 300 mil soldados aliados, conduzindo Churchill a discursar na Câmara dos Comuns, a 4 de julho. Proferindo um dos seus mais célebres discursos, *We shall fight on the beaches*, Churchill celebra a determinação do povo britânico num testemunho cativante e

comovente, transformando a evacuação de Dunquerque no momento charneira da Segunda Guerra Mundial (Wheatcroft, 2006).

Reflorescendo o espírito de esperança ao mesmo tempo que evita o colapso moral, Churchill termina o seu discurso com uma mensagem de esperança direcionada aos Estados Unidos, cuja ajuda Churchill esperava na luta contra a Alemanha Nazi (Wheatcroft, 2006).

#### **4.1.5. *The Blitz*: A Batalha Aérea de 1940**

Terminada a Batalha da França, começou a Batalha de Inglaterra (Sandys, 2006, p. 87) que se resume ao conjunto de combates aéreos, travados entre julho e outubro de 1940, sobre o Canal da Mancha (Brito & Antunes, 2017).

Diante da férrea postura de Winston Churchill, Hitler implantou a «Operação Leão Marinho», cujo objetivo se concentrava na invasão do Reino Unido pelas forças alemãs. O plano, que não se chegou a realizar devido às derrotas nazis na Batalha Aérea, levando à morte de 338 mil pessoas, incluindo 62 mil civis, era composto por duas partes: em primeiro lugar, destruir a RAF – *Royal Air Force* –, eliminando também a força da Marinha Real, e, em segundo lugar, bloquear a rota de suprimento do Reino Unido (Sandys, 2006, p.17). Desta forma, o plano estipulava como prioridade a obtenção da superioridade aérea alemã, para depois invadir a Grã-Bretanha. Entre meados de agosto e setembro, os bombardeiros alemães atacaram as instalações portuárias, os aeródromos e as fábricas (Sandys, 2006, p. 95).

A estratégia, que se baseava na completa aniquilação da RAF, contava com um total de 3600 aviões da Força Aérea Alemã contra apenas 871 da RAF. Hitler ordenou a preparação da invasão à Grã-Bretanha para início de julho. Chefes do exército nazi exigiram o ataque implacável da *Luftwaffe* durante três dias, com o intuito de obter a superioridade numérica total (Brito & Antunes, 2017). Enquanto outras cidades britânicas foram gravemente bombardeadas, Londres foi o principal alvo de toda a fúria alemã (Sandys, 2006, p. 98). A capital inglesa sofreu o maior número de baixas, com um total de 30 mil mortos e mais de 51 mil feridos (Field, 2002). Ao longo do mês de setembro, todas as noites a cidade foi bombardeada. Civis passavam as noites em estações de Metro,

abrigos de rua ou proteções de chapa, enterrados nos jardins de cada casa. O denominado *Blitz*, prolongou-se durante todo o inverno (Sandys, 2006, p. 98).

Apesar do bombardeamento diário registado até novembro de 1940, os britânicos conseguiram manter a superioridade aérea, não em número, mas em rapidez de ação (Brito & Antunes, 2017). Desenvolvido anos antes pelo físico Robert Watson-Watt, a invenção do radar permitiu uma considerável vantagem para a RAF a nível tático, uma vez que, detetando a aviação inimiga, os aviões aliados conseguiam coordenar e enviar os famosos caças *Spitfire* no momento de combater a aviação inimiga.

Superando os alemães na fabricação de aviões, Hitler, impressionado com o número de baixas e desviando a sua atenção para a invasão da Rússia, cancelou temporariamente a operação em novembro de 1940. Não obstante, Hitler acreditava que após o sucesso da «Operação Barbarossa», que visava a total destruição da URSS, a Grã-Bretanha, completamente isolada e sem ajuda na Europa, iria pedir a paz. No entanto, a entrada dos Estados Unidos na guerra no final de 1941, colocou qualquer plano de invasão ao Reino Unido num espaço irrealista (Brito & Antunes, 2017).

#### **4.1.6. Morte de Churchill**

A morte de Churchill a 24 de janeiro de 1965 pareceu dissipar a sombra que a Segunda Guerra Mundial continuou a difundir sobre a sociedade britânica. O funeral, a 30 de janeiro, reuniu centenas de milhares de pessoas, emergindo naquele momento-chave, o espírito nacional, ao juntar conservadores, liberais e outras elites (Hassan, 2018).

Segundo Hassan (2018) a crescente veneração ao mito de Churchill é um reflexo diretamente proporcional da declinação da Grã-Bretanha, que após a morte de Churchill entregou a liderança global aos Estados Unidos da América.

Estratégias de resolução de conflitos, mediação e influência, bem como determinação, persistência, paixão e visão, são algumas das palavras que vêm à mente quando se discute Churchill como um dos maiores ícones de liderança do século XX (Hassan, 2018, p. 72).

#### 4.1.7. Representação Cinematográfica

A sua representação no cinema e na televisão por mais de sessenta vezes (Frago & Sierra, 2020), pode ser interpretada como um reflexo do carácter exemplar que a sua figura pública adquiriu. Conceitos elusivos ao já referido carácter britânico, são reinventados em momentos de crise nacional (Bulger, 2012): *Dunkirk*, do realizador inglês Christopher Nolan, chegou às salas de cinema em 2017, numa época em que o Reino Unido vota a favor do Brexit e negocia a sua saída da União Europeia (Frago & Sierra, 2020). A reconstrução, através da ficção, de um momento tão crítico da História inglesa faz parte de uma tentativa consciente de questionar a narrativa histórica contemporânea e reinventar a própria identidade nacional (Bulger, 2012).

Nestas circunstâncias, é então invocado o carácter icónico que a figura de Winston Churchill foi adquirindo: representado na tela como um líder político ideal, não apenas para a época em que viveu, mas também para cada período em que é invocado cinematograficamente (Frago & Sierra, 2020, p. 77). Assim, Winston Churchill permanece vivo em diversos debates por toda a Europa (Hassan, 2018), sendo os seus princípios de liderança citados e interpretados de acordo com os valores sociais mais enfatizados em cada época (Frago & Sierra, 2020).

Tal fator permite assumir a identidade de Churchill como um líder mundial e não exclusivamente britânico, uma vez que assumiu um papel decisivo na construção da Europa democrática contemporânea (Frago & Sierra, 2020, p. 78). Por essa razão existe hoje uma indústria moderna de grande sucesso (Hassan, 2018) ao redor da personalidade e feitos do antigo primeiro-ministro britânico, cuja liderança política permanece intacta, reafirmando, desta forma, a sua identidade como uma referência sempre presente no mundo democrático (Frago & Sierra, 2020).

Biografias, filmes e séries representam não só a figura histórica – fundamental na promoção da União Europeia e na reconstrução do continente a partir de 1945 –, mas também o mito construído em torno de Churchill, tão fundamental para a identidade nacional britânica quanto para a Europa Ocidental (Frago & Sierra, 2020).

Segundo Frago & Sierra (2020), existe um denominador comum a todas as representações cinematográficas de Churchill: o seu carácter e traços físicos. No que respeita aos fatores externos, Winston Churchill é representado na tela como uma figura

corpulenta (p. 67), de pele branca e sensível, sempre acompanhado pelo seu charuto, o uísque e o chapéu; elementos sempre confirmados pelas fotografias da época. Por outro lado, em termos de informações de carácter, o antigo primeiro-ministro é muitas vezes definido pela sua brilhante oratória, bem como um senso de humor muito britânico e diversas excentricidades. A sua forte determinação e coragem são sempre exemplos notáveis, assim como a grande tendência à depressão (Frago & Sierra, 2000, p. 68).

Apesar de algumas dessas características possam ter sido enfatizadas na grande tela (Frago & Sierra, 2020, p. 69) – uma vez que a imagem de Churchill está sempre associada a conceitos como idealismo e determinação, sendo capaz de vencer todas as adversidades (Hassan, 2018, p. 68) –, bibliografias históricas, testemunhos e romances autobiográficos corroboram, de maneira consistente, a ligação entre o seu carácter e a ficção (Frago & Sierra, 2020, p. 69). Segundo Hassan (2018), tal premissa justifica a forma como nos anos de relativo declínio do período pós-guerra, o heroísmo e determinação de Churchill tenha sido tantas vezes invocado, de forma a prover um exemplo de liderança (p.68).

Embora a representação mais simbólica e célebre do antigo político seja o Churchill da Segunda Guerra Mundial, e, em particular, dos difíceis eventos de 1940 (Hassan, 2018, pp. 68,69), Winston Churchill incorporou, ao longo da sua vida, outros papéis e outras características em diferentes fases da sua vida. Entre elas, está o período de aventureiro e imperialista; o estrategista militar responsável por catástrofes e derrotas militares e o político que se posicionou contra o trabalho organizado e que era indiferente à desgraça e ao sofrimento (p.69,70).

Assim, o mito criado ao redor da figura de Churchill em 1940, desvia a atenção sobre as suas ações políticas e militares na década de 30, cujas controvérsias e dificuldades permitiram interpretar Churchill como um homem que combinava arrogância e egoísmo (Heffer, 2015). Não obstante à fase sombria dos anos 30, é nessa época que Winston Churchill floresce como jornalista e escritor, adquirindo grande parte da sua reputação como político por meio do seu carisma e poder de oratória (Heffer, 2015).

Em síntese, temos no *The Darkest Hour* (2017), do realizador britânico Joe Wright, a apresentação de um Churchill já experiente enquanto figura política, com especial foco no recém-eleito primeiro-ministro que se decide opor a Hitler, no momento

em que paga o preço por escolher prolongar uma guerra contra a Alemanha Nazi. É esta decisão, que embora represente um dos momentos mais sombrios e decisivos para a carreira política de Churchill, se demonstra crucial para o futuro da democracia na Europa, tornando-o um líder indiscutível (Frago & Sierra, 2020).

O filme de Joe Wright, cujo enredo é apoiado por três discursos públicos de Churchill durante o período de 10 de maio a 4 de junho de 1940, é um claro contrarrelógio, marcado pelo frenético avanço das tropas nazis na Europa. Para mais, o filme recorre à tentativa de negociação da paz pelo ministro das Relações Externas, Lord Halifax, em conjunto com o ex-primeiro-ministro, Lord Chamberlain, cujos esforços para evitar a queda do país são um reflexo direto da força antagónica que Churchill combate, a nível interno, durante os primeiros meses no poder. «Blood, Toil, Tears and Sweat» será apresentado a 13 de maio na Câmara dos Comuns; «Be Ye Men of Valor», é transmitido via rádio a 19 de maio e, finalmente, «We Shall Fight on the Beaches», uma das suas mais marcantes intervenções, é conduzido por Churchill a 4 de junho na Câmara dos Comuns, após a evacuação de Dunquerque (Frago & Sierra, 2020). São estas diferentes representações que antecipam uma das qualidades mais marcantes do antigo primeiro-ministro: a sua habilidade oratória e comunicativa. Desta forma, é possível dizer que Winston Churchill convocou a língua inglesa como uma poderosa arma de guerra (Frago & Sierra, 2020).

*The Darkest Hour* oferece especial importância à dimensão emocional das personagens. O foco principal passa pela compreensão dos motivos que estão na origem das ações do protagonista, neste caso, de Winston Churchill, o que oferece um cuidado especial no equilíbrio entre o lado positivo e negativo da sua personalidade. Assim, ambas as esferas da vida pública e privada são sobrepostas de forma constante.

O povo é representado no filme de Joe Wright como uma personagem coletiva anónima, cuja presença permite a representação de Churchill enquanto político comprometido com os mais pobres e desfavorecidos, aproximando, de forma emocional, o espectador ao protagonista (Frago & Sierra, 2020). Essa mesma aproximação ao desejo popular atinge o seu expoente máximo quando, numa das últimas cenas, Churchill dialoga com as pessoas que estão no metro e reascende a sua chama patriótica. Apesar de irrealista, o realizador pretende demonstrar, com esta cena, a forma como um líder é traçado pela sua conexão com a sensibilidade do público atual. O líder político, é, segundo

Frago & Sierra (2020), aquele que sente a nossa dor e fala a nossa linguagem, respondendo, de forma imediata, às mudanças de opinião.

Independentemente da interpretação cinematográfica e temporal, os filmes inspirados na figura de Churchill são enquadrados em períodos turbulentos da Europa, onde a liderança positiva de Winston Churchill ilumina um quadro sombrio de cada época (Hassan, 2018; Frago & Sierra, 2020). Assim, a liderança política do antigo primeiro-ministro britânico permanece incólume, reafirmando Churchill como uma referência no mundo democrático (Frago & Sierra, 2020).

## **4.2. Análise Discursiva**

O legado inerente aos discursos políticos de Churchill sugere a compreensão correta de um momento de crise e uma avaliação coerente de uma nova Guerra, que, nas suas diferenças face à Primeira, tornou-se representativa de um novo marco: a luta por ideais cujos efeitos de guerra alcançavam não apenas os exércitos, mas também a população civil, experimentando uma violência até então desconhecida (Churchill, 1948; Hart, 1970).

Essa composição de um ideal único de defesa representou o combustível de união entre os ingleses e nações aliadas, permitindo a Churchill relatar fatos de forma direta e realista, sempre intransigente ao objetivo comum: a defesa da liberdade e da democracia no único desfecho possível, a vitória. A prática discursiva presente nos seus discursos mostrou-se constante em torno destes três motivos principais: esperança, união e vitória.

A mensagem, distribuída através dos discursos, ganha poder e eficiência pela credibilidade do orador. A credibilidade, bem como a legitimidade inerente ao sujeito, é produto da construção de uma identidade discursiva, desenvolvida por Churchill através da sua sinceridade, transparência e honestidade pessoal (Charaudeau, 2006, p.119; Gilbert, 1991). Desta forma, Churchill trabalha a emoção discursiva do ponto de vista do ethos do orador (Sondermann, 2013) ao criar identificação com a plateia pela sua humanidade, experiência e profundo conhecimento da guerra, confessando, por vezes, as suas fraquezas e sentimentos. Exerce também o comando e assume, pessoalmente, as responsabilidades pelo período de evidente tensão na política interna inglesa.

## 1. - 1º Discurso: «Sangue, suor e lágrimas» (1940a)

*Blood, Toil, Tears and Sweat*, realizado a 13 de maio de 1940 na Câmara dos Comuns, é o primeiro discurso proferido por Winston Churchill enquanto Primeiro-Ministro. Dado o contexto histórico no qual foi produzido, a premissa de argumentação baseia-se na urgência de união da nação britânica. É através da formação de um governo de unidade nacional que Churchill procura incentivar, mobilizar e motivar o compromisso de toda a nação, em torno dos valores humanos e ocidentais.

O compromisso pessoal assumido pelo Primeiro-Ministro ao longo de toda a ação discursiva é um reflexo direto da estrutura do discurso, construída a partir da credibilidade do autor – Ethos do discurso. Churchill assume a responsabilidade num dos momentos mais cruciais da Segunda Guerra Mundial, apelando à razão quando invoca a realidade dos fatos – Logos do discurso – e à emoção – pathos do discurso – ao procurar no público sentimentos e emoções. O gênero de persuasão discursiva é deliberativo, uma vez que o discurso foi difundido por diversos meios de comunicação, nomeadamente através da rádio e dos jornais.

*Sangue, suor e lágrimas* pode ser considerado um discurso de grande apelo emocional, a partir do qual Winston Churchill inicia a construção da sua credibilidade enquanto líder de guerra. Ao criar um relacionamento com a audiência, – o que vincula à emoção do discurso, persuadindo, assim, o público – Winston Churchill demonstra as suas emoções e intimidade ao longo de todo o processo discursivo, identificando-se, desta forma, com a humanidade.

A potência inerente à ação discursiva e a articulação calma, mas precisa, imprime um estilo de liderança segura, apesar da gravidade inerente à situação – apelo ao Ethos do discurso: credibilidade e confiança do orador. A evolução do ethos é, neste caso, diretamente proporcional à força e eficácia do discurso, inerente ao processo de linguagem que permite ao ouvinte adotar o ponto de vista do orador, sem oferecer resistência.

As virtudes expressas ao nível da sinceridade, honestidade e capacidade de poder e experiência, conquistam o indivíduo através do processo emocional, permitindo ao orador a utilização de diversas estratégias discursivas, a fim de persuadir e mobilizar a audiência.

Ao longo de todo o discurso, Winston Churchill assume uma posição restrita e decisiva, ao demonstrar o que pretende, de forma clara, do povo, das forças armadas e da opinião pública. O discurso termina eletrizando a nação e Churchill é reconhecido com uma ovação de pé.

### **Desmembramento do discurso**

“Na noite de sexta-feira passada, recebi de Sua Majestade a missão de formar um novo governo. Era manifesto o desejo do Parlamento e da nação de que fosse concebido numa base o mais alargada possível e incluísse todos os partidos” (Churchill, 1940a).

“Já completei a parte mais importante desta tarefa” (Churchill, 1940a).

“Um Gabinete de guerra foi formado com cinco membros, representando, com os liberais da oposição, a unidade da nação” (Churchill, 1940a).

Proferindo grande parte do discurso na 1ª pessoa, Winston Churchill concentra em si toda a responsabilidade enquanto líder político e de guerra, incentivando à união em torno do seu governo e à vitória como a única solução viável no desfecho de guerra – apelo ao ethos e pathos do discurso: procura na audiência a emoção e sentimentos de simpatia, solidariedade e adesão, ao mesmo tempo que transmite competência e confiança. O género de persuasão discursiva é deliberativo, uma vez que o discurso foi difundido por diversos meios de comunicação, nomeadamente através da rádio e dos jornais.

Os motivos inerentes à luta são demonstrados de forma objetiva, ao mesmo tempo que um cenário realista é apresentado. A argumentação alterna o apelo entre a emoção e a lógica, criando uma atmosfera de motivação crescente. Assim, Churchill expressa, através do uso de determinadas frases de efeito e palavras como dignidade, honra, moral e grandeza, a persuasão e mobilização para a união da nação.

Churchill parte para a constituição de um governo de união nacional, substancial na luta contra a Alemanha, de forma humilde e respeitando a anterior hierarquia constitucional. É desde o início da sua ação discursiva que o Primeiro-Ministro coloca em prática a sua crença na vitória, assumindo que a guerra só pode ser vencida através da união de esforço britânico.

“Digo à Câmara, como já o disse aos ministros que se juntaram a este governo, que nada mais tenho para oferecer do que sangue, labor, lágrimas e suor” (Churchill, 1940a).

A organização discursiva procura criar um clima gradual de motivação e mobilização da nação, atingindo o auge a meio do discurso, quando menciona a frase que mobilizou a opinião pública inglesa, no momento de entrada do governo. Proferida com forte determinação, Churchill apela ao sentido de urgência de guerra e aos sacrifícios pessoais, gerando, desta forma, um relacionamento próximo com o público, através da honestidade, transparência e vulnerabilidade refletidas – apelo ao ethos do discurso.

Na medida em que reflete a imagem do líder de guerra, *I have nothing to offer but blood, toil, tears and sweat*, “nada mais tenho para oferecer do que sangue, labor, lágrimas e suor”, permite a Churchill (1940a) assumir um compromisso pessoal, transmitindo, assim, uma declaração pessoal de envolvimento – o que incentiva à persuasão, difusão e mobilização do objetivo de vitória e da luta do povo, das forças armadas e das forças políticas pelos valores ocidentais.

“Vocês perguntam: qual é o nosso plano de ação? Posso dizer: é travar a guerra pelo mar, pela terra e pelo ar, com todo o nosso poder e com toda a força que Deus nos possa dar; travar a guerra contra uma monstruosa tirania jamais suplantada nos registos sombrios e lamentáveis do crime humano. Esse é o nosso plano de ação” (Churchill, 1940a).

Churchill traduz o ideal de grandeza e de união da nação britânica, apresentando um sentido de vitória moral: a defesa da civilização cristã e dos valores democráticos. Ao longo de toda a sua ação discursiva, Churchill realiza inúmeras referências Bíblicas – apelo ao *phatos* do discurso. As alusões ao Cristianismo permitem criar um sentido de proximidade com a audiência, através do apelo às suas emoções, crenças e valores.

A humanidade dos alemães é intencionalmente negada por Churchill, nomeadamente através do uso de ilustrações e comparações intensas. A expressão “monstruosa tirania” descreve o inimigo como desumano e cruel, o que vincula à emoção do discurso – *phatos* – apelando aos medos do público.

“Vocês perguntam: qual é o nosso objetivo? Posso responder numa palavra: é a vitória, a vitória a todo o custo, a vitória a despeito de todo o terror, a vitória mesmo que a estrada seja longa e penosa – pois sem vitória não há sobrevivência” (Churchill, 1940a).

Desde o primeiro discurso que é também feita uma aproximação ao objetivo único: a esperança de um desfecho de vitória. A utilização da anáfora como figura de estilo discursiva permite a repetição da palavra “vitória”, que reforça o objetivo em mente.

O uso contínuo de anáforas permite apelar ao *phatos* do discurso, na medida em que incentiva e mobiliza o povo britânico na luta contra a tirania.

Churchill reforça a necessidade de união de todas as forças contra o inimigo, pela liberdade. O alerta para a dura realidade que se fazia sentir – repetido inúmeras vezes, ao longo de todos os discursos proferidos pelo autor – demonstra uma narrativa honesta e verdadeira, cujas evidências e estatísticas apresentadas permitem captar o interesse e a confiança do público – *Ethos* do discurso.

“Neste momento, sinto-me autorizado a pedir a ajuda de todos, e digo: «Venham, vamos em frente juntos, com a força da nossa união»” (Churchill, 1940a).

Winston Churchill reitera a sua determinação, esperança e confiança na vitória e na nação, deixando claro a relação de compromisso que assume para com a sobrevivência do país e da humanidade. Através de um discurso curto, íntimo e intenso, Churchill constrói o compromisso e o caminho para o único e final objetivo: a mobilização para a vitória.

## **2. - 2º Discurso: «Devemos lutar nas praias» (1940b)**

Cercada por uma aura de derrota iminente, a Grã-Bretanha encontrava-se pressionada a pedir o armistício. Enfrentando a turbulência da Segunda Guerra Mundial, Churchill em “*We shall fight on the beaches*” canalizou a sua firmeza para inspiração e motivação do povo britânico, efetuando uma apresentação precisa dos eventos sem negar a situação crítica em que o país se encontrava. Alcançar o ato de equilíbrio era o principal objetivo discursivo, uma vez que enfatizar o perigo era incentivar ao armistício, e enfatizar o sucesso de Dunquerque era tornar o povo complacente (Maguire, 2014, pp. 257,258).

Este conjunto de elementos que tornam o discurso influente e memorável permitiu a Churchill inspirar o seu país para um esforço total em defesa da nação, mudando o curso de guerra a favor dos Aliados.

Martin Gilbert (2004) estuda os diferentes níveis nos quais o primeiro-ministro manuseava o conflito: a realidade com que descrevia o combate e o abstrato produzido pela luta ideológica entre o Bem e o Mal (p.37). Numa primeira etapa, Dunquerque representa um desastre irrefutável que não pode ser escondido (Maguire, 2014, p. 255), porém, no segundo nível, é um vitória – uma vitória moral – que representa o *espírito de Dunquerque*, por outras palavras, a ideia de união da nação perante um inimigo, capaz de o enfrentar e derrotar (Mowat, 1955, p. 657).

### **Evacuação**

O conflito retratado no discurso, cuja intenção pretendia reagrupar e tranquilizar a nação, ocupa a maior parte da ação discursiva (Adisson, 2005). Churchill dá início ao discurso revisando os acontecimentos militares que conduziram à evacuação de

Dunquerque, ao descrever detalhadamente a luta, muitas vezes de forma estatística (p. 169), ao mesmo tempo que apresenta o nível cósmico baseado na luta do Bem contra o Mal, presente na maioria das ações discursivas do antigo primeiro-ministro britânico (Gilbert, 2004, p. 37).

O balanço entre a apresentação do acontecimento de forma encorajadora permite tirar partido do sentido cósmico do discurso e representar Dunquerque como uma vitória moral, sem ignorar as perdas da Grã-Bretanha, num momento sombrio para os Aliados. Em última análise, o conflito é moral (Gilbert, 2004, p. 38) – uma causa de defesa da justiça, da civilização cristã e da democracia.

A primeira frase do discurso, “a partir do momento em que as defesas francesas, no Sedan, e no Meuse, foram quebradas” (Churchill, 1940b), mergulha na batalha de forma direta, conduzindo o ouvinte na narração dos acontecimentos em Dunquerque. É no segundo parágrafo que Churchill menciona os alemães pela primeira vez:

“Atrás deste ataque blindado e mecanizado vinha certo número de divisões alemãs com camiões, que transportavam o grosso do exército regular alemão, os alemães sempre prontos a serem arrastados para devastar noutras terras as liberdades e as comodidades que nunca conheceram na sua” (Churchill, 1940b).

A humanidade dos alemães é aqui expressamente negada por Churchill que emprega palavras e aliterações poderosas, sendo categorizados como máquinas desumanas. A expressão “blindado e mecanizado” descreve um ritmo implacável, quase robótico perante o exército alemão. O elevado grau de liderança, experiência e treino institucional, em conjunto com fornecimento de equipamento de primeira classe, permite a Churchill descrever os soldados alemães como uma entidade única, por outras palavras, uma descrição distante de características humanas, retirando-lhes quaisquer traços com os quais seja possível estabelecer reconhecimento, respeito, admiração ou identificação.

“Disse que esta foice blindada quase chegou a Dunquerque, quase mas não completamente”  
(Churchill, 1940b).

Churchill (1940b) dá início ao terceiro parágrafo ao descrever o ataque alemão como um “golpe de foice blindada” que esteve perto de alcançar Dunquerque. A anáfora é uma figura de estilo muito utilizada na retórica da sua ação discursiva, que permite a repetição de palavras no início de orações sucessivas (Farnsworth, 2010, p. 16), tendo a sua utilização o objetivo de enfatizar o fracasso dos alemães: (...) *almost reached Dunkirk – almost but not quite.*

O emprego sucessivo de anáforas apela às emoções do público que, neste caso, inspira e orgulha o povo britânico no sucesso da luta contra o inimigo.

Em seguida, Churchill presta homenagem ao sacrifício dos soldados Aliados em Calais, sem o qual o sucesso da evacuação de Dunquerque não se teria registado. Este é um exemplo de apelo emocional – *phatos* – que procura no público sentimentos de simpatia e solidariedade pelos sacrifícios heroicos em Calais. Não obstante, Churchill é honesto na descrição de uma Grã-Bretanha quase indefesa contra uma esperada invasão alemã. Com os exércitos aliados derrotados em terra, a única solução seria vencer no mar – salvando o maior número de tropas através de embarcações.

Ainda que uma semana antes Churchill afirmasse temer que a operação militar de Dunquerque fosse o maior desastre militar da História britânica, o antigo primeiro-ministro limita as críticas às tropas no seu elemento discursivo, ao mesmo tempo que procura aumentar a fé e a união do povo britânico. Não obstante, Churchill fornece maioritariamente estatísticas baseadas em fatos sobre os acontecimentos e sobreviventes, demonstrando o apelo lógico do discurso: *logos* na retórica.

“Quando, faz hoje justamente uma semana, pedi à Câmara que marcasse o dia de hoje para a declaração, receie ver-me na contingência de anunciar desta tribuna, o maior desastre militar da nossa longa História” (Churchill, 1940b).

Churchill (1940b) recorda quando, na semana anterior, pediu à Câmara dos Comuns para organizar a tarde daquele dia em particular para declaração: “temia que seria difícil anunciar o maior desastre militar na nossa longa história”. A expressão utilizada “eu temia” aproxima o público do primeiro-ministro, sendo que a transparência

e a honestidade refletidas apelam ao ethos do discurso. A credibilidade de Churchill é evidente através da construção de um relacionamento com o público.

Winston Churchill enfatiza ainda a magnitude da tensão vivida na época com os adjetivos *greatest e long*, o que vincula à emoção do discurso, apelando, assim, aos medos do público – phatos (*the greatest military disaster in our long history*).

“O inimigo, desenvolvendo tremendo vigor e ferocidade atacava por todos os lados. Formações gigantescas do inimigo foram lançadas ao combate. As baterias alemãs disparavam ininterruptamente visando as praias que eram os únicos pontos de onde os navios aliados podiam aproximar-se” (Churchill, 1940b).

A descrição histórica dos eventos de Dunquerque prolonga-se, ao mesmo tempo que são fornecidos detalhes sobre a extensão das forças alemãs, cujas ações parecem condenar ambos os exércitos aliados. No entanto, Churchill continua a prestação de homenagem a todos os sacrifícios e feitos heroicos dos soldados ingleses e franceses, afirmando a sua admiração através de figuras de linguagem. O primeiro-ministro elogia, em primeiro lugar, a Marinha Real, sem esquecer a prestação das pequenas embarcações civis, que se submeteram ao perigo do Canal para resgatar os soldados presos em Dunquerque. A ênfase no constante uso de anáforas permite refletir um sentido de urgência e agitação inerentes à guerra, ao descrever o campo de batalha.

A competência e confiança inerente a Churchill como líder de guerra – ethos – é refletida à medida que apresenta uma descrição detalha dos eventos de guerra, em particular no que respeita às dificuldades encontradas pelo Exército Britânico e Francês, logo após a rendição da Bélgica. O apelo lógico à rendição da Bélgica é realizado com o objetivo de demonstração das consequências de uma possível rendição britânica:

“A rendição do exército belga obrigou o exército britânico a cobrir, num curto espaço de tempo, o seu flanco, até mais de 30 milhas de extensão, que de outra maneira teria sido cortado e todos teriam partilhado o destino ao qual o Rei Leopold condenou o seu exército” (Churchill, 1940b).

Em caso de rendição, todos partilhariam do destino ao qual o Rei Leopold condenou o seu exército. A palavra “condenar” revela conexão a sentimentos de sofrimento e punição – phatos. É neste formato indireto que Churchill encontra forma de apelar discursivamente à luta e à união contra a Alemanha.

É desta forma que Churchill, ao tirar partido das evidências precisas e estatísticas de cada evento, apela ao logos do discurso, ao mesmo tempo que a narrativa inerente aos fatos heroicos pretende evocar emoções do público.

A comparação entre as bombas alemãs e uma tempestade de granizo (*They had to operate upon the difficult coast, often in adverse weather, under an almost ceaseless hail of bombs and an increasing concentration of artillery fire*) permite a Churchill oferecer ao público um relato minucioso, através do uso de ilustrações expressivas. A linguagem figurativa permite oferecer uma imagem viva da guerra, captando a atenção e o interesse do público.

Certamente, Dunquerque não podia ser considerado uma vitória e apesar da evacuação oportuna, Churchill (1940b) afirma no 10º parágrafo: *Wars are not won by evacuations*. O primeiro-ministro elogia a ação da RAF muito criticada pelos próprios soldados aliados que não viram a *Royal Air Force* em Dunquerque. Churchill destrói essa crítica para proteger a moral dos civis, afirmando que: “This was a great trial of strength between the British and German Air Forces”.

Churchill conclui que há grandes motivos de esperança e que o Reino Unido, e em particular a RAF, fazem parte de uma longa tradição de luto pela defesa da civilização. A palavra “civilização” reflete o sentido moral com que Churchill interpreta a Segunda Grande Guerra.

Após a homenagem à Força Aérea Britânica, Churchill retorna a sua atenção para o exército, oferecendo as suas condolências a todos os que sofreram perdas consideráveis. A passagem apela aos sentimentos de patriotismo britânico, afirmando que os soldados merecem a gratidão da nação, uma vez que são os jovens que dão a vida pela pátria. O apelo emocional é feito, aumentando o elemento empático do discurso. No entanto, como registado ao longo de toda a sua ação discursiva, é efetuado o balanço entre factos negativos e motivos de esperança, criando o phatos do discurso.

“Não nos humilharemos, nem fracassaremos. Iremos avante, até ao fim. Lutaremos na França e nos mares. Lutaremos com crescente confiança e com crescente poderio no ar.

Defenderemos a nossa ilha, custa o que custar. Lutaremos nas praias, nos pontos de desembarque, nos campos, nas ruas e nas colinas. Jamais nos estregaremos. E se este território ou uma grande parte do mesmo – no que não creio um só instante – fosse subjugado pela fome, então o nosso Império de Ultramar, armado e apoiado pela frota britânica, continuará a lutar até ao momento que Deus indicar, e o Novo Mundo, com todo o seu poderio, correrá para liberar e resgatar o Velho Mundo” (Churchill, 1940b).

Churchill não glorifica efetivamente a força física da Grã-Bretanha. Ao invés, admite a sua fraqueza, afirmando, de forma clara, que o país não pode vencer a guerra sozinha: a intervenção de uma outra nação é necessária e urgente.

Embora a ação discursiva não contenha nenhuma referência direta ao apelo à aliança, o motivo causal que se encontra na base deste discurso revela a tentativa de persuasão de Churchill à entrada dos Estados Unidos na Guerra como aliado da Grã-Bretanha. De facto, Churchill descreve a relação próxima que detinha com o presidente dos Estados Unidos no livro *Their Finest Hour: The Second World War*, no qual revela um total de novecentas e cinquenta mensagens privadas entre ambos (p.22), dando origem a um relacionamento de proximidade e confiança com o Presidente Roosevelt.

Churchill enfatiza a forma como o governo e toda a nação britânica estavam determinados em continuar a luta. O uso da estrutura *we shall fight* encoraja os franceses a persistir na resistência, observando a utilização do pronome ‘we’, para afirmar que esta é a vontade coletiva, oferecendo, assim, um sentido de união pela luta dos valores ocidentais.

Assim, o objetivo primordial do discurso passava por convencer o mundo, e em particular os Estados Unidos, de que a Grã-Bretanha visava continuar na luta e alcançar a vitória (p.99). Segundo Cordell Hull, secretário de Estado dos Estados Unidos na época, Winston Churchill foi bem-sucedido na transmissão da mensagem (The Memoirs of Cordell Hull, Vol.1, p.774), ao apelar de forma indireta e elegante à entrada dos Estados Unidos na luta pela vitória (p.775). Winston Churchill acreditava que este era o momento de início de uma guerra mundial, e não o fim de uma europeia (Maguire G. , 1995).

Embora Winston Churchill não seja recordado como uma figura particularmente religiosa, a alusão a referências Bíblicas é efetuada de forma constante, possivelmente a fim de atrair uma audiência potencialmente religiosa (Roberts, 2013). O uso da expressão “in God’s good time” apela à crença religiosa, num destino de vitória final. O método de apelo às crenças do público através do uso de palavras com conotações religiosas, é um elemento representativo do phatos do discurso.

A voz calma com que Churchill gravou o discurso após um dos momentos mais tensos da Guerra, é um dos elementos que permite ilustrar a diferença entre o líder democrático e o histrionismo do líder ditatorial, Adolf Hitler. A intensa presença deste discurso no pensamento britânico é um reflexo do profundo impacto que teve na época.

### **3. - 3º Discurso: «O Melhor Momento» (1940c)**

Realizado num dos momentos mais críticos da Segunda Guerra Mundial, “*Their Finest Hour*” procura oferecer uma descrição detalhada dos eventos de guerra e, em particular, dos riscos inerentes ao momento. O relato preciso e direto da situação que se vivia, permite descrever Winston Churchill como um líder sério e honesto, no qual é possível confiar – o Ethos do discurso que induz à mobilização e persuasão dos ouvintes.

Proferido a 18 de junho de 1940, após o sucesso da retirada de Dunquerque, num panorama de profunda tensão, o discurso traduz a intenção de apelar às responsabilidades de cada um na guerra e à necessidade de coesão. A descrição de um cenário real e drástico é construído, justamente, com o fim de criar um efeito de união, contrariando o desalento que se fazia sentir. Churchill apela aos políticos e respetivos partidos, quando propõe um cenário harmonioso nas discussões sobre as decisões tomadas. O principal objetivo comum a todos é, unicamente, a vitória e a luta pela liberdade.

O discurso utiliza argumentos que fundamentam o real – oferecendo, assim, uma imagem vivida da guerra, através do uso de exemplos, ilustrações e analogias. O relato estatístico que é feito através de uma argumentação clara, sincera e direta permite apelar ao logos do discurso. Não obstante, apesar de Churchill tirar partido da sua credibilidade, o antigo primeiro-ministro procura entrelaçar estatísticas e fatos com emoção e lógica, justificando, desta forma, as suas decisões. O discurso é construído na base da razão e emoção, procurando, assim, manter a atenção de toda a plateia.

O período de evidente tensão na política interna inglesa exige a Churchill restringir a crítica interna e mobilizar o Governo, a população e as Forças Armadas para a defesa da nação. A expressão “o melhor momento” traduz o momento de crise que decidirá o futuro da Grã-Bretanha e respetivos Aliados. Winston Churchill, ao demonstrar a sua humanidade, emoções, confissões e intimidade, ao longo de toda a ação discursiva – apelo ao pathos do discurso – cria identificação com a audiência, assumindo o comando e as responsabilidades – ethos do discurso – apresentando-se, assim, como um líder e uma referência na mobilização da nação.

### **Discurso: Desmembramento**

“Falei no outro dia sobre o desastre militar colossal que ocorreu quando o alto comando Francês não conseguiu retirar os exércitos do norte da Bélgica no momento em que eles sabiam que a frente francesa estava definitivamente destruída em Sedan e no Mosa” (Churchill, 1940c).

Proferindo o discurso na 1ª pessoa, Winston Churchill relata a derrota sofrida pela França e a situação crítica que se vivia no momento. À medida que estabelece um contraste entre a coragem dos soldados aliados e os erros dos respetivos líderes, Churchill critica as decisões dos altos comandos francês e belga.

“Portanto, não posso aceitar qualquer distinção entre os membros do governo atual” (Churchill, 1940c).

(...)

“Os membros do governo vão permanecer unidos e, com base na autoridade da Câmara dos Comuns, vamos governar o país e lutar na guerra” (Churchill, 1940c).

Numa tentativa de desestimular a controvérsia e divergência política que se fazia sentir, num momento de evidente tensão política, Churchill relembra a responsabilidade partilhada entre todos os partidos e membros do governo, apelando à necessidade de construir uma nova organização, no seguimento da Evacuação de Dunquerque.

O uso da estrutura ‘‘vamos’’ (*we are going to*) encoraja o povo britânico na luta e na resistência, utilizando o pronome ‘‘we’’ que afirma a vontade coletiva, oferecendo, assim, um sentido de união pela luta da defesa da nação.

O apelo à unidade prossegue, com o mesmo tom e firmeza ao longo de todo o parágrafo, exigindo o respeito das decisões do governo e a sua crítica numa visão futura, à luz dos resultados e futuros acontecimentos. A alteração do ambiente político é de evidente urgência, permitindo a Churchill esclarecer que apenas a união de forças permitirá a sobrevivência da nação.

“Os desastrosos eventos militares que ocorreram nos últimos 15 dias não chegaram a mim como surpresa” (Churchill, 1940c).  
(...)

“Durante os últimos dias, fomos bem-sucedidos em trazer a maior parte de nossas tropas que tínhamos na França; e 7/8 das tropas que mandamos para França desde o início da guerra – ou seja, em torno de 350 mil de um total de 400 mil homens – estão seguros de volta a este país”  
(Churchill, 1940c).

O conflito retratado no discurso ocupa a maior parte da ação discursiva, sendo que Churchill demonstra o profundo conhecimento que possui sobre a atual situação e decurso de acontecimentos – ethos do discurso: competência e confiança inerentes ao líder. Há, ao longo do quarto parágrafo, uma procura dos pontos positivos, evidenciando-os face ao panorama negativo.

Churchill oferece destaque à retirada de Dunquerque e consequente organização das Forças Armadas Britânicas, cujas ações permitiram transformar um momento de derrota numa vitória moral e de esperança. O sucesso da Evacuação de Dunquerque permitiu ao país e Aliados manter as perspectivas de vitória, o que, aos olhos de Churchill, merece ser recordado e comemorado.

“Temos, hoje, nesta ilha, um milhão, duzentos e cinquenta mil homens nas forças armadas, aproximadamente. Por trás destes, temos os voluntários da defesa local, em número de 500 mil,

dos quais, no entanto, apenas uma porção já está armada com rifles ou outras armas de fogo”  
(Churchill, 1940c).

Como ilustração do *logos* do discurso, Churchill relata os fatos e acontecimentos com objetividade e precisão, tirando partido de números, estatísticas e evidências precisas, oferecendo, desta forma, um conjunto de argumentos que valorizam a visão do orador. A racionalidade dos argumentos apresentada de forma honesta e imparcial vincula também a construção de um relacionamento de confiança com o público, ilustrando, assim, o *ethos* do discurso.

Ao efetuar um balanço dos dados estatísticos, o primeiro-ministro realça o grau de competência das tropas britânicas, enfatizando, assim, as possibilidades de lutar na guerra em condições iguais às do inimigo, motivando e mobilizando o público para a luta e defesa da pátria.

“Se o inimigo tentar descobrir as passagens por meio dos campos minados, será tarefa da Marinha destruir os detetores de minas e quaisquer outras forças empregadas para protegê-los. Não deve haver nenhuma dificuldade nisso, tendo em vista a nossa superioridade no mar”  
(Churchill, 1940c).

(...)

“Estranho como possa parecer, o Almirantado tem dado alguma atenção a isso, pois o seu principal dever é destruir qualquer ampla expedição marítima antes que esta atinja – ou no momento que esta atinja – as praias. Não seria bom entrar em detalhes sobre isso. Pode sugerir a outras pessoas ideias sobre as quais ainda não haviam pensado, pessoas que provavelmente não nos dariam nenhuma ideia em troca” (Churchill, 1940c).

Há um importante alerta para a realidade a antecipação de acontecimentos, demonstrando, desta forma, o conhecimento das táticas de guerra – *ethos* do discurso. Churchill reafirma, uma vez mais, a competência das Forças Armadas Britânicas, nomeadamente da marinha, promovendo, além disso, a crença de resultados positivos na batalha que se aproxima – a luta no ar.

Churchill emprega o uso da ironia, do humor e da obstinação para comparar possíveis táticas utilizadas pelo inimigo. Para que Hitler consiga invadir a Grã-Bretanha é necessário, primeiramente, destruir as defesas aéreas britânicas, superando, posteriormente, a supremacia naval, permitindo às tropas alemãs cruzar o Canal da Mancha e desembarcar com segurança. Churchill tenta criar um alerta para o possível sucesso destas variáveis, que passavam, de forma obrigatória, pela destruição da RAF – Força Aérea Britânica.

“Aguardo com confiança pelas proezas dos nossos pilotos – estes homens esplêndidos, essa juventude brilhante - que terão a glória de salvar a terra natal, a ilha onde moram e tudo o que amam, do mais mortal de todos os combates” (Churchill, 1940c).

“Resta, é claro, o perigo dos ataques bombas, os quais certamente serão feitos em breve pelos bombardeiros inimigos” (Churchill, 1940c).

Churchill alerta para o início da Batalha de Inglaterra. O conjunto de inúmeros elogios aos pilotos britânicos e a homenagem que faz ao sacrifício destes em defesa da nação é um exemplo de apelo emocional que procura, na audiência, sentimentos de união, simpatia, positivismo e confiança – phatos do discurso. Ao saber, de forma antecipada, a grande tarefa que os pilotos desempenhariam na batalha, o primeiro-ministro expressa a sua gratidão e apoio, o que coloca, por sua vez, a esperança de todo o país na defesa e vitória da Força Aérea.

A certeza que Churchill oferece no que respeita à qualidade e quantidade humana e material pretende criar um estímulo de otimismo e positividade entre todos, alertando, de forma evidente, para a importância do que está por vir.

“Todos os homens e mulheres terão a chance de exibir as melhores qualidades das suas raças e prestar os mais altos serviços às suas causas. Para todos nós nesta hora, qualquer que seja a nossa situação social, a nossa posição, a nossa ocupação, os nossos deveres, será uma ajuda lembrar os famosos versos: Ele não fez nem quis dizer nada comum, diante daquela cena memorável” (Churchill, 1940c).

Churchill cria uma atmosfera mítica em torno da grandiosidade individual e da honra, deixando claro, através dos versos que cita, que, devido à relevância da situação, cada feito será igualmente decisivo. A batalha que se aproxima será um momento de superação individual, mas também coletiva. É a união que poderá permitir a vitória.

“Independentemente da forma como os assuntos caminham na França ou com o governo francês, nós nesta ilha e no Império Britânico nunca iremos perder o nosso senso de camaradagem para com o povo francês. Se formos agora convocados para suportar o que eles têm sofrido, vamos imitar a sua coragem, e se a vitória final recompensar os nossos sacrifícios, eles irão partilhar os ganhos, sim, e a liberdade será restaurada para todos. Nós não diminuimos nada de nossas justas demandas, não vamos recuar nem um rabisco ou um traço. Checos, polacos, noruegueses, holandeses e belgas juntaram as suas causas à nossa. Todos serão recompensados” (Churchill, 1940c).

A principal motivação pela vitória é a luta pela liberdade, uma causa de defesa da justiça, da democracia e da civilização cristã. Churchill apela à necessidade de apoio material e de tropas e também de todos aqueles que se encontram dispostos a lutar pelos mesmo valores, convocando os países que compõem o império.

Churchill cria uma atmosfera positiva que envolve a organização que antevê o ataque alemão. Este positivismo envolvente ao momento de elevada tensão pretende mobilizar as tropas e a população, enfatizando, assim, a importância da luta, criando uma mensagem de esperança, incentivo e motivação.

A união de forças e o vital apoio material fornecido pelos Estados Unidos é recordado por Churchill no final do discurso, na medida em que resume os pensamentos da dura realidade, enfatizando, em simultâneo, a glória da civilização ocidental e a sua liberdade, num dever e honra contra uma ameaça real e desumana – um conflito moral, baseado na luta do Bem contra o Mal.

#### **4. - 4º Discurso: «Os poucos» (1940d)**

Após alertar a população sobre os riscos de uma iminente invasão alemã, a 4 de agosto de 1940, Churchill recorda, em *Memórias da Segunda Guerra Mundial* (1995), o projeto concebido pelos alemães que procuravam cruzar o canal da Mancha e entrar pela cidade de Dover (p. 393). Uma vez que a Grã-Bretanha apresentava vantagem numérica no que respeita à frota marinha e número de tropas defensivas, em terra, o plano alemão previa a destruição e respetivo sucesso de invasão através da vitória no ar. O destino da Inglaterra dependia, essencialmente, da defesa e vitória da Força Aérea (p. 395).

“*The Few*”, é proferido no auge da Batalha de Inglaterra, a 20 de agosto de 1940. A luta era travada entre a poderosa Força Aérea Alemã, a Luftwaffe contra uma menos numerosa Força Aérea Britânica, a RAF, que, no entanto, dispunha de aviões de última geração: os Spitfires e os Hurricanes.

Os primeiros ataques maciços começaram a 10 de julho. Em agosto, a Luftwaffe já havia reunido cerca de 2.669 aeronaves, nomeadamente 1.015 bombardeiros, 933 caças, 346 caças de mergulho e 375 caças com armamento pesado (Churchill, 1995, p. 407). Em menor número, os pilotos britânicos reduziram drasticamente a força aérea alemã, permitindo a sobrevivência inglesa o domínio do espaço aéreo, impedindo Adolf Hitler de invadir a ilha. A vitória da força aérea inglesa mostrou, num dos momentos mais épicos da Segunda Grande Guerra, que a invencível Alemanha também podia ser derrotada.

### **Discurso: Desmembramento**

Churchill sugere um novo horizonte de guerra, em comparação com a Primeira Grande Guerra, medindo diferentes riscos e apresentando uma nova guerra moral e de estratégia. Propõe-se aqui a ideia de uma guerra ideológica, distinta de conquistas pessoais. Churchill insiste no importante envolvimento da população, mantendo a moral e o ânimo elevados e repartindo a responsabilidade do esforço de guerra.

“Ao que parece, tudo leva a crer que este novo tipo de guerra é bastante apropriado para a genialidade e os recursos da nação britânica e do Império Britânico. (...)”

Se é o caso de termos toda uma nação a lutar e a sofrer em conjunto, isso deve ser apropriado para nós – porque somos a mais unida de todas as nações, e porque entramos na guerra pela vontade nacional e com os olhos abertos e porque fomos criados na liberdade e na responsabilidade individual e somos os produtos, não da uniformidade totalitária, mas da tolerância e da diferença” (Churchill, 1940d).

Como já analisado em *We Shall Fight on the Beaches*, há uma notável aproximação ao sentido cósmico discursivo, numa ideia de conflito moral. O apelo às capacidades da nação e resistência do povo britânico – o phatos do discurso – pretende mobilizar a população para um esforço união e de defesa da civilização cristã e valores democráticos.

À medida que invoca e reforça as conquistas tecnológicas e territoriais britânicas, Churchill apresenta a ideia de um grande império, sendo este um exemplo de apelo emocional – procura persuadir o público a um ideal de grandiosidade e sentimentos de fé e união.

“Como os alemães expulsaram os judeus e assim baixaram os padrões técnicos, a nossa ciência está, definitivamente, à frente. A nossa posição geográfica, o comando do mar e a amizade com os Estados Unidos permitem-nos retirar recursos do mundo inteiro e manufaturar armas de todo o tipo, particularmente as de qualidade superior, numa escala até aqui praticada apenas pela Alemanha Nazi” (Churchill, 1940d).

O ideal de uma guerra baseada no aparato tecnológico e ciência moderna, referida no início da ação discursiva, pretende transmitir a ideia de uma possível vitória, a longo prazo, uma vez que o fornecimento de armas está garantido pelos Estados Unidos. Esta ideia volta a ser referida no sétimo parágrafo, quando Churchill procura difundir uma ideia de confiança suprema na nação e respetivas capacidades, evocando o apoio industrial e militar americano, cujas fábricas não seriam bombardeadas.

Churchill traduz, mais uma vez, o senso de grandeza e de união da nação britânica, bem como o papel do país na defesa dos valores ocidentais. Há uma clara partilha das estratégias com a população e preparação moral, de forma direta e indireta, para o futuro.

Este é um exemplo de apelo ao ethos e ao logos do discurso, uma vez que Churchill fornece relatos e estatísticas de forma honesta e imparcial, ao mesmo tempo que existe uma partilha de planos e estratégias, construindo um relacionamento de proximidade e confiança com o ouvinte. Pouco a pouco, começa a ser revelado um possível cenário de vitória.

“Eles [Nazi Germany] não são nada na História da nação. E enquanto estamos a fazer o que há de mais extraordinário no mundo, e temos a honra de ser o único defensor da liberdade de toda a Europa, não devemos ressentir-nos destes anos ou cansar-nos enquanto trabalhamos e lutamos” (Churchill, 1940d).

Churchill aposta numa construção simbólica, oferecendo novamente um sentido cósmico ao discurso, na luta entre o Bem e o Mal: a imagem negativa do inimigo contra um futuro papel de salvador da Europa. É possível verificar, desta forma, um reforço dos ideais pelo qual Churchill apela à luta: verificar-se a vontade de mobilização para um objetivo comum – o humanismo ocidental contra a tirania nazi.

Ainda que o momento seja de extrema gravidade, determinação e união são os valores na base da mensagem que Churchill apresenta reiteradamente. As palavras escolhidas no processo discursivo fortalecem a coragem e a esperança dos ingleses – phatos do discurso.

“A totalidade do exército britânico está em casa. Hoje à noite, mais de dois milhões de homens determinados têm rifles e baionetas nas mãos – e três quartos estão em formações militares normais. Nunca antes, na nossa ilha, tivemos exércitos como estes em tempos de guerra. A ilha inteira se enfurece contra invasores do mar ou do ar” (Churchill, 1940d).

A forma rápida e violenta com que os alemães conquistaram a Europa no início da guerra começava a dissipar-se, oferecendo lugar a um horizonte de esperança e vitória. Surge, ao longo do discurso, a ideia de igualdade na luta entre ambos, surgindo, mais uma vez, a confiança do primeiro-ministro – que ilustra o ethos do discurso – ao apresentar uma visão credível e positiva dos acontecimentos.

O excerto ‘*The whole British Army is at home*’ (A totalidade do exército britânico está em casa) recorda a vitoriosa evacuação de Dunquerque que teve lugar poucas semanas antes deste discurso. Essa é uma constante força motivacional que visa mobilizar as tropas e a população para o futuro incerto, ainda que desenhado como um fator positivo.

Como fator ilustrativo do logos, Churchill evoca sempre a realidade de forma imparcial e objetiva (“More than 2,000,000 determined men (...)” ), relatando os fatos com precisão e honestidade, no entanto, o discurso é composto por um sucessivo tom de esperança e grandiosidade britânica que vincula o lado emotivo do discurso, aumentando a fé e a união do povo britânico.

“Digo também porque o facto de o Império Britânico permanecer invencível – e do que ainda há resistência contra o reino nazi – irá reacender a centelha de esperança no peito de centenas de milhões de homens e mulheres, humilhados ou desesperados por toda a Europa, além dos seus limites. Destas centelhas surgirá a chama que limpa e consome” (Churchill, 1940d).

Mais uma vez, Churchill destaca a capacidade inglesa em lutar e lança a esperança além-fronteiras, no que respeita à libertação dos países subjugados – consciente de que esta mensagem será transmitida via rádio, chegando, assim, até eles. A disponibilidade tecnológica que permitia a disseminação dos discursos pelo mundo é um reflexo da responsabilidade assumida por Winston Churchill e, conseqüentemente, pela posição que a Grã-Bretanha assumia na Grande Guerra.

“A grande batalha aérea que tem vindo a ser travada sobre esta ilha nas últimas semanas tornou-se, recentemente, mais intensa. (...) É óbvio que Hitler não admitiria uma derrota no ataque aéreo à Grã-Bretanha, sem incorrer num sério prejuízo. Se, depois de todas as ameaças e relatos lúgubres, de gelar o sangue, anunciados pelo mundo, sobre os danos que nos tem imposto – sobre o vasto número de aviões britânicos desfeitos, com tão pouca perda para si mesmo, segundo diz; se, depois de histórias sobre a Grã-Bretanha em pânico, esmagada, que amaldiçoava o Parlamento plutocrático que a levou ao apuro; se, depois de tudo isso, o ataque aéreo fosse forçado a retirar-se, a reputação do Führer e a veracidade das suas declarações podiam ficar seriamente impugnadas” (Churchill, 1940d).

Churchill inicia o seguinte parágrafo com a descrição da Batalha de Inglaterra, alertando para a atual situação de conflito, referindo a forma como os sucessivos bombardeios levados a cabo pela Luftwaffe criavam horror, destruição e morte – phatos do discurso.

O emprego de figuras de estilo ao longo do parágrafo, como é o caso da anáfora – que apela novamente ao phatos –, permite traduzir a imagem moralmente negativa que Churchill atribuía a Adolf Hitler. A humanidade de Hitler é expressamente negada pelo primeiro-ministro, que o descreve como um líder narcisista e desumano (‘‘If, after all his boasting and blood-curdling threats’’), ilustrando a sua crueldade através de inúmeras expressões – ‘‘the vast numbers of our Air Force he has shot down, so he says, with so little loss to himself’’ – construindo, desta forma, a imagem de um inimigo imoral, insensível e tirano. Em última análise, a representação do ‘‘Mal’’ contra o ‘‘Bem’’ defendido pelos Aliados. O nível cósmico discursivo e sempre presente é aqui expresso de forma evidente, o que procura produzir no público sentimentos de antipatia, aversão, fúria e repulsa – mobilizando o povo na luta contra o inimigo.

O equilíbrio encontrado por Churchill entre a apresentação do conflito de forma realista e a construção de um ambiente otimista, a nível de possibilidades de defesa, permite apelar, uma vez mais, ao sentido cósmico da guerra, representando os acontecimentos com um sentido moral (Gilbert, 2004, pp. 37, 38). Sentimentos como eficiência, liderança, realismo, organização e expectativas de vitória, reforçam a credibilidade de Winston Churchill enquanto líder – apelo ao Ethos do discurso e à sua capacidade de persuasão, difusão e mobilização.

“A gratidão de cada casa na nossa ilha, no nosso império, e certamente de todo o mundo, exceto nas moradias dos culpados, vai para os pilotos britânicos que, sem temer as chances e incansáveis no desafio constante e no perigo mortal, mudam o curso dos acontecimentos da guerra, com valentia e devoção. Nunca, no campo do conflito humano, tanto foi devido por tantos a tão poucos” (Churchill, 1940d).

Em seguida, Churchill glorifica o esforço de guerra dos pilotos britânicos, à medida que reconhece a importância da vitória no espaço aéreo para a sobrevivência da nação. Assim, Churchill presta homenagem e reconhecimentos à Força Aérea Britânica,

em nome de toda a nação (*'The gratitude of every home in our Island'*), procurando na audiência sentimentos de empatia, apoio e admiração pelos sacrifícios e ações da *Royal Air Force*.

A frase “nunca tanto foi devido por tantos a tão poucos” ficou marcada na História, pela sua sinceridade, humildade e força de palavras ao recordar o esforço dos que estão na linha da frente. A passagem vincula a emoção discursiva, apelando, desta forma, ao patriotismo britânico, criando o *phatos* do discurso. Utilizada, atualmente, nas mais variadas circunstâncias, aquele que era um sincero agradecimento aos pilotos da Força Aérea Britânica ganhou novos contextos motivacionais, traduzindo, por palavras, o reconhecimento de performances de excelência.

Esta homenagem aos pilotos britânicos permite difundir o esforço de guerra das defesas aéreas, transmitindo um sentimento de compaixão para com o desempenho dos pilotos, cujas ações permitiram à Grã-Bretanha partir da defesa para o ataque, abandonando, assim, uma atitude passiva – persuadindo o país à adoção de uma posição ativa e agressiva. Mais uma vez, o motivo fundamental era manter a fé e a esperança, enaltecendo a convicção do povo britânico no único objetivo de guerra: a vitória.

“Contudo, antes que possamos levar adiante a tarefa da reconstrução, temos não só de estar convencidos, mas também de convencer os outros de que a tirania nazi será no fim derrotada

(...)

Espero – na verdade, rezo – para que não sejamos indignos da vitória se, depois de todo este trabalho e atribulação, esta nos for concedida. O que resta é que temos que vencer. Esta é nossa tarefa” (Churchill, 1940d).

A confiança e franqueza com que Churchill antecipa o papel de vencedor apela ao ethos do discurso, que, mais uma vez, evoca legitimidade e autoridade inerentes ao orador, fortalecendo a sua reputação. Essa noção de confiança permite observar Churchill como um líder de guerra convicto, otimista e destemido – características essenciais no processo de credibilidade do ouvinte.

Churchill parece vislumbrar o horizonte pós-guerra, reunindo em si e no povo britânico a responsabilidade e o dever de formar novos rumos para o mundo. O discurso

demonstra, de forma evidente, uma mudança de paradigma e ênfase: além da esperança de vitória é preciso colocar a questão do que fazer após a vitória. A organização do discurso passa, desta forma, por criar considerações sobre a realidade de guerra; chances de vitória; agradecimento e reconhecimento; motivação, persuasão e mobilização da população e apresentação de um novo problema cuja solução necessita de resolução rápida: o que fazer após a vitória.

Ainda que o contexto discursivo seja apresentado de forma dramática, a tensão que antecedia a Batalha de Inglaterra parece dissipar-se, dando lugar a uma nova esperança. O constante apelo de Churchill, ao longo de todo o discurso, à união da nação e o profundo agradecimento aos pilotos da Força Aérea, revelam-se essenciais na defesa da pátria e na manutenção da esperança, invertendo, assim, o fluxo de guerra.

## **5. – Reflexões e resposta à questão de investigação**

Numa época caracterizada pela constante alteração de mercados, concorrência, sociedades e tecnologia, os valores da liderança e respetivos processos psicológicos assumem um papel decisivo na resolução de conflitos e mobilização de pessoas. A grande controvérsia que reflete o desacordo sobre a identificação de líderes e respetivos processos de liderança no campo académico, tende a convergir para a interpretação de Yukl (1981), que define o termo liderança como um processo de influência, a partir do qual o outro entende e concorda sobre o que é necessário ser feito e a forma como fazê-lo, facilitando os esforços individuais e coletivos, no alcance de objetivos compartilhados (Yukl G., 1981, p.4).

Segundo Larsson & Vinberg (2010), o padrão emergente é aceitar o papel crítico que o líder desempenha na criação de organizações bem-sucedidas, realçando que, em tempos de guerra, a liderança assume um cargo decisivo e fundamental a todos os níveis. Assim, e ainda que a influência dos líderes seja alvo de discussão na literatura, num momento em que o processo adaptativo é essencial para sobreviver diante de crises, epidemias e competição económica, a comunicação do líder revela-se ainda mais fundamental.

É a partir do século XX que os termos propaganda e persuasão se transformam num fenómeno de massas, tirando partido da comunicação persuasiva para obter adesão ideológica a um determinado emissor. O que reflete a mudança de uma Primeira Guerra de carácter puramente militar para uma nova guerra de carácter informativo é precisamente a caracterização e utilização das técnicas de propaganda como arma de combate (Gomes, 2010). Este fenómeno, presente desde 1914, cresceu com especial intensidade na Europa até ao culminar da Segunda Guerra Mundial.

Desta forma, o legado inerente aos discursos políticos de Churchill sugere a interpretação de um momento específico de crise política, económica e social – o que revela a importância da tarefa do líder em períodos extremos. A pesquisa histórica existente demonstra a forma como a força dos argumentos discursivos do antigo político britânico mobilizaram a opinião pública e a união em torno de determinados valores e/ou objetivos comuns. É no incentivo ao outro que líderes de prestígio exibem o seu próprio conhecimento e experiência (Fountain, 2017), uma vez que é nas diferentes histórias de sucesso e fracasso registadas na liderança ao longo do tempo que se pode argumentar a possibilidade de formar um líder, melhorando as suas habilidades de liderança através de lições aprendidas pela experiência. Desta forma, é possível evidenciar o objetivo de estudo – um líder cujas qualidades permanecem válidas até à atualidade, nomeadamente na resolução de conflitos em períodos de crise internacional, relacionando-as, assim, com as causas e os efeitos de sentido, ao longo do período histórico da Segunda Guerra Mundial.

### **1940 - A Guerra**

Em 1940, quando a supremacia alemã era notável e a invasão à Grã-Bretanha parecia iminente, Churchill conseguiu rescrever a atmosfera política prevalente ao inspirar a nação e evitar o colapso moral (Hoogenboezem, 2015). Impulsionando a nação para a vitória final sobre a Alemanha Nazi, Winston Churchill registou a sua marca num estilo de liderança estratégico de sucesso, estimulada pelo seu poder de oratória, determinação e incansável fôlego pela vitória (Olayinka, 2019).

Esta era a época onde a urgente necessidade de sobrevivência da Grã-Bretanha se adequava aos maiores talentos e características de Churchill (Hassan, 2018, p. 19-20). Características, traços e comportamentos que identificam o antigo primeiro-ministro

como líder transformacional e carismático permitem compreender a forma como, após assumir o cargo mais alto, Churchill tirou partido dessas mesmas capacidades para alterar o espírito anti derrotista do povo, com a maior paixão, eficácia e sinceridade possíveis (Hassan, 2018, p. 19).

Tucker (1997), que introduz a distinção entre liderança política humanista e não-humanista, afirma a forma como sentimentos como a compaixão, a simpatia e a solidariedade emocional são essenciais na atuação e tomada de decisão enquanto líder de sucesso (p. 385). Assim, considerar a liderança como um comportamento ou traço intrínseco ao indivíduo, implica também que existam determinadas características que correspondem ao líder eficaz, e que, conseqüentemente, o distingue dos restantes (Yaseen, 2014, p. 20). A extroversão, por exemplo, é um traço que se encontra associado a uma sociabilidade inerente, mais propenso ao envolvimento político ativo e ao forte compromisso com o mundo externo (Cawvey, Hayes, Canache, & Mondak, 2017).

Nos discursos de 1940, durante o período de maior desespero e horror, Churchill – através de uma linguagem simples, mas concisa e de fácil compreensão para toda a nação – usou a retórica para criar uma linguagem de esperança e fé, na luta pelo triunfo da civilização democrática e pela liberdade. É através da simples compreensão discursiva que foi possível ao público criar identificação com as suas palavras e confiar na sua visão de futuro (Olayinka, 2019). Essa confiança esteve na base de toda a sua liderança, sendo a credibilidade, bem como a legitimidade, o resultado da construção de uma identidade discursiva do orador – o ethos do discurso. É desta forma que a mensagem ganha força e eficiência, permitindo a Churchill conduzir a nação à vitória a 8 de maio de 1945 (Charadeau, 2006, p. 113-119).

Perante a necessidade de união num dos momentos mais decisivos da Guerra, Churchill procurou enfatizar os pontos positivos como arma de determinação, ao mesmo tempo que alertou para os riscos do momento, oferecendo, assim, credibilidade e confiança. Proferindo um dos seus mais célebres discursos após a denominada Operação Dínamo, *We Shall Fight on the Beaches* celebra a evacuação de Dunquerque num testemunho cativante a comovente – aproximando-se do sujeito ouvinte. Surge, assim, o phatos da retórica, que, ao conquistar a audiência através das suas emoções, permite a adoção do ponto de vista do orador, sem resistência (Wheatcroft, 2006).

A adoção de uma nova estratégia militar ativa tornou Churchill o líder para o momento (Field, 2002), diferenciando um povo com disposição para lutar – uma característica essencial durante os primeiros dias da ofensiva de 1940 (Haffnew, 1967; Hassan, 2018). Assim, o mito de Churchill como um homem do povo é persistente e diversas vezes utilizado como exemplo da sua liderança de sucesso (Hoogenboezem, 2015). A resposta a esse mesmo sucesso deve sempre incluir a transformação no sentimento de solidão e derrota que, ampliado pela ameaça e poderio da máquina alemã, conduziu a fraca força mental do povo britânico em maio de 1940 (Hoogenboezem, 2015, p. 3).

Como todo o comportamento humano, também a atitude política pode ser influenciada por uma série complexa de fatores externos ao indivíduo, como, por exemplo, a nação, a cultura ou estrutura política em que se encontram envolvidos (Cawvey, Hayes, Canache, & Mondak, 2017). Assim, a liderança é sempre um processo social de inovação e adaptação a um diferente contexto e/ou ambiente, o que desafia valores e modos de vida de diferentes grupos (Masciulli, Molchanov, & Knight, 2009).

No entanto, e ainda que as formas inerentes à construção simbólica do discurso de Churchill estejam situadas dentro de condições sócio históricas específicas, é em momentos de crise e exigência de enormes mudanças que líderes carismáticos tendem a surgir (Yukl, 1989), sendo que toda a formação discursiva intrínseca ao mandato de Winston Churchill é construída com o objetivo de obter a adesão da plateia, incentivando à composição de um ideal único de defesa. A avaliação coerente de uma nova Guerra foi representativa de um novo marco e da luta por ideais intransigentes a um objetivo comum: a defesa da liberdade e da democracia. A prática discursiva de Churchill mostrou-se, assim, constante em torno da esperança e da vitória. A união de todos representava a única forma de vencer. É esta liderança construída sob uma retórica de grande poder persuasivo que permitiu a Churchill tirar partido da palavra como arma de guerra, permitindo, assim, difundir, persuadir e mobilizar a audiência.

O objetivo da vitória é, em última instância, um reflexo direto da manutenção da liberdade e da democracia – valores representativos da sociedade (Sondermann, 2013). É a relação e a intenção entre frases e palavras contextualizadas que, quando combinadas entre si, dão lugar à mensagem primordial que Churchill propõe, incentivando à procura de novas formas de resolução de conflitos e erradicação de momentos de crise internacional. É neste sentido que se procura evidenciar a importância da força dos

argumentos discursivos como elemento motivador dos recetores, promovendo a união em torno do líder, bem como o efeito de persuasão deste e mobilização da opinião pública.

O uso da estratégia da retórica, que Aristóteles definia como persuasão (Aristóteles, 2010, p. 5), apresenta como objetivo a criação e a divulgação da atividade discursiva, efetuando, desta forma, a interligação entre os conceitos de persuasão, política e discurso (Floyd-Lapp, 2014). Assim, a avaliação da intenção, do direcionamento e possíveis efeitos produzidos em cada discurso é analisada sob a influência de três pontos distintos – a emoção do discurso (*phatos*), a credibilidade do emissor (*ethos*) e a lógica (*logos*). Desta forma, o legado dos discursos de Churchill é um reflexo direto do poder da palavra, evidenciando a importância da força dos argumentos discursivos como elemento motivador dos recetores (*phatos*), promovendo a união em torno do líder (*ethos*), bem como o efeito argumentativo e mobilizador (*logos*).

No que respeita à definição científica de Liderança e respetivo papel do líder, uma das primeiras interpretações ao estudo foi a abordagem das características individuais. Na base desta perspetiva reside a crença de que determinadas características predominantes, como, por exemplo, a personalidade, os motivos, os valores e/ou as habilidades, têm correlação direta com o sucesso do líder (Yukl, 1981). Esta perspetiva predominante pode ser analisada em Churchill como líder de guerra uma vez que trabalha a emoção do ponto de vista do *ethos* do orador. Por outras palavras, Churchill desenvolve a sua credibilidade através das suas virtudes, demonstradas pela sinceridade, transparência e honestidade pessoal, visíveis em inúmeros exemplos do *ethos* ao longo dos seus discursos. Churchill cria identificação com a audiência ao demonstrar sentimentos e, por vezes, ao confessar as suas fraquezas e dificuldades. Assumir um papel humano permite ao emissor criar um relacionamento pessoal com a audiência – de identificação – o que vincula à emoção discursiva, persuadindo, assim, o público.

Este processo de inter-relacionamento, ao qual Burns (1978) intitula como liderança transformacional, permite que cada líder influencie os seus seguidores que, por sua vez, são influenciados a mudar o seu próprio comportamento, de forma a construir um compromisso com a missão, objetivos e estratégias do coletivo (Burns, 1978; Yukl, 1989, p. 269). O líder transformacional possui a capacidade de influenciar os outros, mobilizando as suas crenças, valores e necessidades em torno de um objetivo comum. Segundo Macit (2003), carisma e motivação são dois dos principais fatores de liderança transformacional, pois é na credibilidade e capacidade do líder (*ethos* do discurso) que os

seguidores depositam total confiança, ao mesmo tempo que a partilha de uma clara visão da missão e/ou estado futuro da organização oferece um senso de motivo e inspiração, influenciando-os a agir além das expectativas. Ao longo da sua ação discursiva, Churchill procura traduzir o senso de grandeza e de união, exaltando, assim, o papel da Grã-Bretanha como uma nação defensora do mundo ocidental. Esta construção de um ambiente otimista é o reflexo de uma constante força motivacional. Além disso, ambos líderes e seguidores transformam, e são transformados, pelas suas próprias ações e escolhas, na medida em que as atitudes, crenças e necessidades de cada um afetam o outro de forma reflexiva e mútua (Masciulli, Molchanov, & Knight, 2009).

Assim, a evolução da credibilidade e da confiança está diretamente correlacionada com o uso da mensagem direta e concisa, livre de duplos sentidos ou metáforas, que permite ao orador garantir a sua credibilidade – ethos do discurso. Churchill narra os factos quotidianos de guerra através de relatos honestos e precisos, oferecendo à população a imagem real da situação que enfrentam. Enquanto líder, Churchill insiste, sobretudo, na narração verídica e na mensagem de esperança e de união, de forma a evitar uma crise política e criar resistência de defesa.

Desta forma, o líder deve aplicar na sua oratória processos de construção textual e aparência que representem o interesse coletivo (Fernandes, 2010). Previsões e políticas de futuro ganham força quando proferidas por um líder que possui reconhecimento e poder simbólico – um líder cujas palavras possuem força suficiente para mobilizar a audiência.

Assim, o ethos do discurso, que evoca legitimidade e autoridade inerentes ao orador, fortalecido por uma forte reputação, pode encontrar correlação com o estilo de liderança carismática, que baseia a sua premissa no respeito e admiração face ao líder (Bass, 1985; Yukl G., 1989). A teoria especifica indicadores de liderança inerentes aos traços do líder, que, por sua vez, aumentam a probabilidade de este ser percebido como carismático e confiante, influenciando, assim, a audiência.

Deste modo, o termo ‘carisma’, vulgarizado pela imprensa popular (Tucker, 1977), surge associado à ideia de um líder salvador em momentos de sofrimento e angústia. Sendo a fé contagiante uma qualidade partilhada por todos os líderes carismáticos, Winston Churchill apresenta características pessoais que despertaram uma intensa lealdade e entusiasmo nos seguidores. Assim, situações de calamidade como

terrorismo ou guerra podem tornar a comunidade receptiva à liderança carismática. No entanto, esse carisma pode estar presente apenas por determinado período temporal, sendo exemplo o antigo primeiro-ministro britânico, que, num período histórico posterior à Segunda Guerra, perdeu a lealdade e entusiasmo referente à sua imagem (Tucker, 1977, p. 388).

Não obstante às teorias apresentadas e estudadas – bem como as projeções que se encontram no estilo de liderança de Winston Churchill – Yukl (1994) argumenta que cada teoria tem fraquezas conceituais que limitam a sua própria utilidade (p. 312), sendo que diferentes situações tendem a solicitar diferentes estilos de liderança, não sendo o mesmo comportamento ideal em todas as situações (Maner, 2016).

Avaliar e interpretar estas qualidades de um líder – nomeadamente no que respeita à resolução de conflitos em períodos de crise internacional – permite compreender a forma como determinadas características encontram eco nos recetores, criando a adesão da plateia. As virtudes expressas ao nível da sinceridade, honestidade e capacidade de experiência, conquistam o ouvinte através de um processo emocional, permitindo ao orador a utilização de diversas estratégias discursivas, a fim de persuadir e conquistar a audiência.

Quanto ao poder e autoridade, ambos os termos surgem como conceitos associados a questões éticas e liberais democráticas cuja interpretação apresenta uma relação assimétrica entre os indivíduos que exercem o poder e autoridade – os líderes – e o povo/cidadãos, que, conseqüentemente, são considerados detentores de alguma subordinação. Não obstante, Bourdieu (1998) sustenta que, no que respeita aos dominados, o ato de delegar deve estar representado pela personificação do grupo através do líder. Esta análise permite interpretar o poder de atuação como representativo da vontade coletiva, sendo o grupo disperso, neste caso a vontade do povo, configurado numa só pessoa em quem confiam – Winston Churchill (Bourdieu, 1998, pp. 7, 8).

Considerar a liderança como um comportamento ou traço intrínseco ao indivíduo implica que existam determinadas qualidades que sejam características de um líder eficaz e que, conseqüentemente, o distingue dos restantes (Yaseen, 2014). Tucker (1997), introduz a distinção entre liderança política

## **Ação Discursiva**

Toda a mensagem é constituída por ideias que são os pilares de ambas as sociedades – a liberdade e a democracia. As estruturas retóricas que se encontram na base da história de um grande império – que Churchill recorda ao longo dos seus discursos – auxiliou na motivação do público, incentivando à união e à defesa da pátria. Desta forma, Churchill relata os fatos e acontecimentos sempre de forma direta, clara e realista (logos) ao mesmo tempo que se demonstra firme e intransigente no objetivo principal. A constante repetição de palavras ao longo de cada discurso permite reforçar, de forma incondicional, os seus objetivos. Assim, a anáfora está presente na ação discursiva e permeia todos os fatores argumentativos.

Também a apresentação precisa dos eventos, sem negar a situação crítica que se vivia na época, permite a Churchill alcançar o equilíbrio discursivo, canalizando a sua firmeza para a inspiração e motivação do povo britânico. O balanço entre a descrição detalhada do conflito (logos), muitas vezes de forma estatística, e a apresentação moral do discurso – baseado na luta do Bem contra o Mal –, permite narrar os acontecimentos ao mesmo tempo que apela à defesa da justiça, da civilização cristã e da democracia.

Segundo Yukl (1989), estudos consideram de forma consistente a necessidade do líder em conseguir a articulação entre uma visão atraente e clara – relevante para os valores dos seguidores – com uma comunicação fácil dessa mesma visão, através de ações e apelos emocionais (phatos do discurso). Desta forma, o uso de ilustrações expressivas e comparações carregadas de símbolos apelam à conexão entre palavras e sentimentos, encontrando eco nas crenças dos recetores, suscetíveis de provocar uma adesão de forma quase instantânea (Charaudeau, 2006, p. 79). O apelo emocional aumenta o elemento empático do discurso, construindo com o ouvinte um relacionamento de proximidade e confiança.

Destaca-se, uma vez mais, a questão que se encontra na base da investigação teórica e que dirigiu o presente estudo: “de que forma Winston Churchill tirou partido da sua ação discursiva em 1940 como reforço de persuasão e mobilização da sua comunicação de liderança?”. A prática discursiva presente nos seus discursos, que se mostrou constante em torno de três motivos principais – esperança, união e vitória –, permite autenticar a questão de investigação, considerando-a, assim, afirmativa.

Dado o contexto histórico no qual os discursos políticos foram produzidos, a premissa de argumentação discursiva baseia-se na urgência de união da nação britânica. Desta forma, e refletindo sobre os resultados da análise discursiva, podemos constatar que a mensagem ganha poder e eficiência pela credibilidade do orador – interpretada na Retórica como o elemento *ethos* do discurso. A correlação direta entre credibilidade e confiança permite analisar a forma como a probabilidade de um líder ser percebido como carismático e confiante – fortalecido por uma forte reputação – permite criar identificação com a audiência, persuadindo, assim, o público.

O legado de discursos de Winston Churchill assenta, assim, no reconhecimento sobre o poder da palavra, numa mensagem de esperança em torno da luta pela liberdade e pelos valores democráticos (Wheatcroft, 2006). É desta forma que Churchill, ao tirar partido de estatísticas e evidências precisas de cada evento, apela ao *logos* do discurso, criando uma narrativa que, sendo inerente aos fatos heroicos, pretende também evocar emoções no público (*phatos*). O discurso é construído na base da razão e da emoção, procurando, assim, manter a atenção de toda a plateia.

Através de um discurso curto, intenso e íntimo, Churchill constrói o caminho e o compromisso para o objetivo final: a mobilização do público para a vitória. É neste sentido que os discursos espelham o registo fiel da correta interpretação de um momento de crise; a avaliação adequada dos desafios e a escolha das diferentes táticas e estratégias para o ansiado resultado final: nada mais que a vitória.

## Conclusão

O legado intrínseco aos discursos políticos proferidos por Winston Churchill sugere a compreensão de um momento de crise mundial e uma avaliação coerente de uma nova Guerra, sempre intransigente ao objetivo comum: a defesa da liberdade e da democracia no único desfecho possível, a vitória (Churchill, 1948; Hart, 1970).

A credibilidade, bem como a legitimidade inerente ao sujeito, é produto da construção de uma identidade discursiva, desenvolvida por Churchill através da sua sinceridade, transparência e honestidade pessoal (Charaudeau, 2006, p.119; Gilbert, 1991). Desta forma, Churchill trabalha a emoção discursiva do ponto de vista do ethos do orador (Sondermann, 2013) ao criar identificação com a plateia pela sua humanidade, experiência e profundo conhecimento da guerra, confessando, por vezes, as suas fraquezas e sentimentos. Esta correlação diretamente positiva entre o poder mobilizador e persuasivo da mensagem e as virtudes expressas ao nível empático, demonstram a forma como qualidades intrínsecas ao líder como, por exemplo, a sinceridade, honestidade e capacidade de experiência possibilitam a conquista do ouvinte através de um processo emocional – denominado na retórica como o *pathos* do discurso.

Também a apresentação precisa dos eventos, através do qual Churchill presentia um balanço entre a descrição detalhada do conflito – muitas vezes de forma estatística – e a apresentação moral do discurso, permite uma narração discursiva que, sendo inerente aos fatos, espelha o registo fiel de um momento de crise. É desta forma que Churchill, apela ao último elemento da retórica: o *logos* do discurso. O uso direto de estatísticas e evidências inerentes aos fatos heroicos, permite a construção de um discurso baseado na

razão e emoção, procurando, a utilização de diversas estratégias discursivas a fim de persuadir e mobilizar o público.

Embora terminada a presente investigação, é possível considerar que existem inúmeros aspetos que podem ser investigados e melhorados no que respeita ao estudo discursivo de Churchill e respetiva comunicação de liderança.

Neste sentido, são, assim, apresentadas algumas sugestões que se sentem potenciadas com a realização desta dissertação e que podem ser desenvolvidas em investigações futuras, nomeadamente a exploração da carreira militar e política de Churchill antes da Segunda Grande Guerra, compreendendo o porquê da sua reputação fracassada enquanto líder, pois como já foi anteriormente referido, Churchill, não era um homem adaptado a um só papel – o que conhecemos da Segunda Grande Guerra – mas sim várias versões do mesmo homem, todas chamadas Winston Churchill (Robbins, 1962).

De forma a alargar o universo de estudo, também a análise contrastante da liderança política e de guerra de Adolf Hitler poderia ajudar a compreender se realmente o uso esquematizado da Retórica é aplicável a outros líderes, no que respeita ao poder persuasivo e influenciador do elemento discursivo, ainda que diferenças éticas tomem lugar.

Por último, dentro de um contexto histórico e situacional semelhante, propõe-se ainda, a realização de uma investigação face aos restantes elementos discursivos de Churchill durante o período de guerra que aqui não foram estudados e/ou analisados e que nos irão dar, seguramente, uma ainda maior abrangência e conhecimento da comunicação de liderança de Winston Churchill.

## Referências Bibliográficas

- Adisson, P. (2005). *Churchill, the Unexpected Hero*. Oxford: Oxford University Press.
- Amparo, F. I. (2015). *Teoria política de Winston Churchill : duas mudanças de partido e o problema da consistência política*.
- Andersen, R. M. (1995). Revisiting the Behavioral Model and Access to Medical Care: Does it Matter? *Journal of Health and Social Behavior*.
- Appelbaum, S. H., Degbe, M. C., MacDonald, O., & Nguyen-Quang, T.-S. (Março de 2015). Organizational outcomes of leadership style and resistance to change. *Industrial and Commercial Training*.
- Aristóteles. (2010). *Retórica*. INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Augustine, N. R. (Dezembro de 1995). Managing the Crisis You Tried to Prevent. *Harvard Business Review* .
- Azevedo, C. (2001). *Meios de Comunicação como armas de guerra*.
- Baker, M. (s.d.). *Aristotle's three modes of persuasion*. Aalto University School of Business.
- Barisione, M. (2015). Leadership, Political. Em *International Encyclopedia of Political Communication*.
- Bass, B. (1985). *Transformational Leadership*.

- Bass, B. (1990). From Transactional to Transformational Leadership: Learning to Share the Vision. *Organizational Dynamics*, pp. 19-32.
- Bass, B., & Avolio, B. (1993). Transformational Leadership and Organizational Culture. *Public Administration Quarterly*, 112-121.
- Bass, B., & Avolio, B. (1994). *Improving organizational effectiveness through transformational leadership*. Sage Publications, Inc.
- Bourdieu, P. (1998). *O Poder Simbólico*.
- Bradford, D. L., & Cohen, A. R. (1997). *Managing for Excellence: The Guide to Developing High Performance in Contemporary Organizations*.
- Brink, T. (1975). The Case of Hitler: An Adlerian Perspective on Psychohistory. *Journal of Individual Psychology (University of Chicago Divinity School)* 31, no. 1, 23.
- Brito, M. L., & Antunes, C. M. (2017). *A Batalha da Inglaterra e a II GM: A Vitória sobre a Alemanha*.
- Brown, D. R. (2011). *An Experiential Approach to Organization Development, 8th Edition*.
- Bulger, L. (2012). *McEwan's and Wright's Flight from Dunkirk*.
- Burns, J. M. (1978). *Leadership*. Nova Iorque: Harper & Row.
- Caixeiro, C. M. (2014). *Liderança e cultura organizacional: o impacto da liderança do diretor na(s) cultura(s) organizacional(ais) escolar(es)*.
- Calas, M. B., & Smircich, L. (1987). Reading Leadership as a Form of Cultural Analysis. Em E. L. Vistas, J. G. Hunt, D. R. Baliga, H. P. Dachler, & C. A. Schriesheim (pp. 201-226). Lexington.
- Campbell, J. P. (1977). The cutting edge of leadership: An overview. Em J. G. Larson, *Leadership: The cutting edge*.
- Caprara, G. V., Schwartz, S., Capanna, C., Vecchione, M., & Barbaranelli, C. (2006). Personality and Politics: Values, Traits, and Political Choice. *Political Psychology*, 1-28.

- Caprara, G. V., Schwartz, S., Capanna, C., Vecchione, M., & Barbaranelli, C. (2006). Personality and Politics: Values, Traits, and Political Choice. *Political Psychology*, pp. 1-28.
- Caprara, G., Barbaranelli, C., Consiglio, C., Picconi, L., & Zimbardo, P. G. (2003). Personalities of Politicians and Voters: Unique and Synergistic Relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 849–856.
- Carter, S. M., & Greer, C. R. (2013). Strategic Leadership: Values, Styles, and Organizational Performance. *Journal of Leadership & Organizational Studies* .
- Cawvey, M., Hayes, M., Canache, D., & Mondak, J. J. (Janeiro de 2017). Personality and Political Behavior. *Oxford Research Encyclopedia*.
- Cerny, P. G. (Abril de 1988). The Process of Personal Leadership: The Case of de Gaulle. *International Political Science Review* 9, pp. 131-142.
- Charaudeau, P. (2006). *Discurso Político*.
- Charaudeau, P. (2008). L'argumentation dans une problématique d'influence. *OpenEdition Journals*.
- Charaudeau, P. (2008). *Pathos et discours politique*.
- Charaudeau, P. (2016). A argumentação e a problemática da influência. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*.
- Churchill, W. ( November 1897). The scaffolding of rhetoric.
- Churchill, W. (janeiro de 1924). *Memories of the House of Commons*.
- Churchill, W. (1932). Consistency in Politics. Em *Thoughts and Adventures*.
- Churchill, W. (23 de novembro de 1935). The Truth about Myself. in "*Literary: Articles*", *The Churchill Papers*.
- Churchill, W. (1948). *The Second World War*.
- Churchill, W. (1995). *Memórias da Segunda Guerra Mundial*. Texto Editores.
- Churchill, W. (1999). *The Great Republic*. First UK Publication.

- Churchill, W. (2008). *Their Finest Hour: The Second World War*. Londres: Penguin Books Ltd.
- Clandinin, D. J., & Connelly, F. M. (2011). Narrative Inquiry: experience and story in qualitative research.
- Cooper, L. (1960). *The Rhetoric of Aristotle: An Expanded Translation*.
- Correia, J. C., Ferreira, G. B., & Santo, P. d. (2010). *Conceitos de Comunicação Política*. LabCom Books .
- Cwalinaa, W., & Falkowskia, A. (2014). Political Branding: Political Candidates Positioning Based on Inter-Object Associative Affinity Index. *Journal of Political Marketing*, 37-41.
- Farnsworth, W. (2010). *Farnsworth's Classical English Rhetoric*.
- Fazli, M. (2019). *The Big Five Personality Traits and Political Attitude*.
- Fernandes, R. B. (2010). Pierre Bourdieu e a noção de liderança política. *Revista Ensaios*.
- Field, G. (2002). Cambridge University Press. *Nights Underground in Darkest London: The Blitz, 1940-1941*.
- Floyd-Lapp, C. (2014). *Aristotle's Rhetoric: The Power of Words and the Continued Relevance of Persuasion*. Young Historians Conference.
- Fortin, M.-F. (2000). *O Processo de Investigação - Da Concepção à Realização*.
- Fountain, L. (2017). Becoming a leader.
- Frago, M., & Sierra, D. (2020). Revista FotoCinema. *Young Winston and Darkest Hour: Winston Churchill as a Political Leader in a Changing Europe*.
- Fu, P. P., Kennedy, J., Tata, J., Yukl, G., Bond, M. H., Peng, T.-K., . . . Cheosakul, A. (2004). The impact of societal cultural values and individual social beliefs on the perceived effectiveness of managerial influence strategies: a meso approach. *Journal of International Business Studies*.
- Gerber, A. S., Huber, G. A., Doherty, D., & Dowling, C. M. (Fevereiro de 2010). Personality and Political Attitudes: Relationships across Issue Domains and Political Contexts. *American Political Science Review*.

- Gerber, A. S., Huber, G. A., Doherty, D., & Dowling, C. M. (2011). The Big Five Personality Traits in the Political Arena. *The Annual Review of Political Science*.
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de Pesquisa*.
- Gilbert, M. (1991). *Winston Churchill*. Bertrand Editora .
- Gilbert, M. (2004). *Continue to Pester, Nag and Bite: Churchill's War Leadership*. Vintage Publishing.
- Goleman, D. (1998). What Makes a Leader? *Harvard Business Review*.
- Goleman, D., Boyatzis, R., & McKee, A. (Dezembro de 2013). Primal Leadership: The Hidden Driver of Great Performance. *Harvard Business Review*.
- Gomes, N. D. (2010). Propaganda. Em J. C. Correia, G. B. Ferreira, & P. d. Santo, *Conceitos de Comunicação Política*. LabCom Books.
- Green, R. T., & Zinke, R. C. (1993). The Rhetorical Way of Knowing and Public Administration. *Administration & Society* 25, 317-334.
- Gupta, A. K., & Govindarajan, V. (1984). Business Unit Strategy, Managerial Characteristics, and Business Unit Effectiveness at Strategy Implementation. *The Academy of Management Journal*, 25-41.
- Haffner, S. (1967). *Winston Churchill*. Hamburgo: Sol90.
- Haffnew, S. (1967). *Winston Churchill*.
- Halliday, T. L. (1999). *O que é retórica*. São Paulo.
- Hart, B. H. (1970). *History of the Second World War*. Londres: Pan Books.
- Hassan, G. (2018). Why Churchill still matters.
- Hayward, S. F. (1997). *Churchill on Leadership: Executive Success in the Face of Adversity*.
- Heffer, S. (2015). The Churchill myth. *New Statesman*, 9-15.
- Heifetz, R. A., & Laurie, D. L. (1997). The Work of Leadership. *Harvard Business Review*.

- Hibbing, M. V., Ritchie, M., & Anderson, M. R. (2011). Personality and Political Discussion. *Polit Behavior*, pp. 601–624.
- Hofstede, G. (1980). *Culture's Consequences: International Differences in Work-Related*.
- Hoogenboezem, J. A. (2015). Churchill's Radical War Leadership. *Open Journal of Leadership*.
- House, R. J. (1977). A 1976 Theory of Charismatic Leadership. *J.G. Hunt & L.L. Larson (Eds.), Leadership: The cutting edge*, pp. 189-207.
- Howell, J. M., & Avolio, B. J. (1993). Transformational leadership, transactional leadership, locus of control, and support for innovation: Key predictors of consolidated-business-unit performance. *Journal of Applied Psychology*, 891–902.
- Hull, C. (1948). *The Memoirs of Cordell Hull*.
- Katz, S. B. (1992). The Ethic of Expediency: Classical Rhetoric, Technology, and the Holocaust.
- Körösey, A. (2009). Political Leadership: Classical vs. Leader Democracy. pp. 79-100.
- Kotter, J. (1990). *Force For Change: How Leadership Differs from Management*.
- Kotter, J. P. (Dezembro de 2001). What Leaders Really Do. *Harvard Business Review*.
- Kouzes, J. M., & Posner, B. Z. (1993). *Leadership Practices Inventory. A Self-assessment and Analysis*. California: Jossey-Bass Inc.
- Langer, A. I. (2009). The Politicization of Private Persona: Exceptional Leaders or the New Rule? The Case of the United Kingdom and the Blair Effect. *The International Journal of Press/Politics*, pp. 60-76.
- Larsson, J., & Vinberg, S. (2010). Leadership behaviour in successful organisations: Universal or situation-dependent? *Total Quality Management*.
- Le Goff, J. (1956). *Mercadores e Banqueiros na Idade Média*.
- Lee, I. J. (2005). General Semantics and Public Speaking: Perspectives on Rhetoric Comparing Aristotle, Hitler, and Korzybski. *ETC: A Review of General Semantics* 62, 80-88.

- Leith, S. (2011). *You Talkin' to Me? Rhetoric from Aristotle to Obama*.
- Lewin, K., Lippitt, R., & White, R. K. (1939). Patterns of aggressive behavior in experimentally created "social climates". *Journal of Social Psychology*, 271-299.
- Lewis, G. K. (1957). On the Character and Achievement of Sir Winston Churchill. *The Canadian Journal of Economics and Political Science* , 173-194.
- Longstaffe, C. (2005). *Winston Churchill, a leader from history or an inspiration for the future?* Reino Unido: Emerald Group Publishing Limited.
- Macit, M. (2003). *Leadership and Bass Transactional and Transformational Leadership Theory*.
- Maguire, G. (1995). *Anglo-American Policy Towards the Free French*.
- Maguire, L. (2014). "We Shall Fight": A Rhetorical Analysis of Churchill's Famous Speech. *Rhetoric and Public Affairs*, pp. 255-286.
- Maner, J. (Dezembro de 2016). Good Bosses Switch Between Two Leadership Styles. *Harvard Business Review*.
- Manin, B. (1997). *The principles of representative government*. Cambridge University Press.
- Manin, B. (1997). The Principles of Representative Government. *Cambridge University Press*, pp. 4-203.
- Masciulli, J., Molchanov, M., & Knight, W. A. (Janeiro de 2009). Political Leadership in Context.
- Meindl, J. R., & Ehrlich, S. B. (1987). The Romance of Leadership and the evaluation of organizational performance. *Academy of Management Journal*.
- Meindl, J. R., Ehrlich, S. B., & Dukerich, J. M. (1985). The romance of leadership. *Administrative Science Quarterly*, 78-102.
- Mintzberg, H. (1973). *The nature of managerial work*.
- Mitroff, I. (2005). *Why Some Companies Emerge Stronger and Better from a Crisis: 7 Essential Lessons for Surviving Disaster*.
- Mowat, C. L. (1955). *Britain between the Wars, 1918-1940*.

- Murray, R. (2014). *What Makes a Good Politician?* .
- Nanus, B., & Bennis, W. G. (1985). *Leaders: Strategies for Taking Charge*.
- Nunes, S. S. (2017). *A importância da liderança como fator motivacional nas organizações: Um estudo de caso no ISLA – Gaia*.
- O'Connell, S., Smoot, S., & Khalil, S. A. (2013). *Campaign Skills Handbook*.
- Olayinka, G. (2019). *A Reflection on Winston Churchill of Britain as a Successful Leader* .
- Pereira, J. S. (2019). O entretenimento e a celebração como modalidades de comunicação política. Em B. C. Reis, & S. R. Magos, *Comunicação Política*.
- Puech, P.-F. (Julho de 2016). Real heroes never die –Dunkirk 1940 evacuation with the Aquabelle yacht and Spitfire N3200.
- Robalo, M., & Mata, M. (2005). *50 Grandes Discursos da História*. Lisboa: Edições Sílabo, LDA.
- Robbins, K. (1962). *Churchill*.
- Robbins, S. P. (2014). *Essentials of Organizational Behavior*. Boston.
- Roberts, A. (2013). Winston Churchill and Religion. *Finest Hour, The Journal of Winston Churchill*.
- Sandys, C. (2006). *Churchill pela sua neta Celia Sandys*.
- Santo, P. d., & Figueiras, R. (2010). Comunicação Eleitoral. Em J. C. Correia, G. B. Ferreira, & P. d. Santo, *Conceitos de Comunicação Política*.
- Santo, P. d., & Lisi, M. (2015). *Campanhas Eleitorais, Debates Televisivos e Propaganda*. Livros LabCom.
- Siljanovska, L. (Março de 2018). Political communication, leaders and local governance.
- Sondermann, R. (2013). *O discurso como arma de guerra e persuasão - Análise de discursos de Winston Churchill durante a Segunda Guerra Mundial*.
- Teles, F. (2012). Political Leaders: The Paradox of Freedom and Democracy. *Revista Enfoques Vol.X*, pp. 113-131.

- Teles, F. (Julho de 2012). Political Leaders: The Paradox of Freedom and Democracy.
- Thompson, J. B. (1995). *Ideologia e cultura moderna - Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.*
- Trapp, R. (2006). *Programming for Peace*. Springer.
- Triadafilopoulos, T. (1999). Politics, Speech, and the Art of Persuasion: Toward an Aristotelian Conception of the Public Sphere. *The Journal of Politics*, 741 - 757.
- Tucker, R. C. (1977). Personality and Political Leadership. *Political Science Quarterly*, Vol. 92, N. 3, 383-393.
- Vergara, S. C. (2000). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração.*
- Wheatcroft, G. (Maio de 2006). A Man so Various - The misappropriated Winston Churchill. *Harper's Magazine*.
- Yaseen, Z. K. (2014). Assessing Leadership Style: Political Leaders in the Middle East. *European Scientific Journal*.
- Yukl, G. (1981). *Leadership in Organizations*.
- Yukl, G. (1989). Managerial Leadership: A Review of Theory and Research. *Journal of Management*.
- Yukl, G. (2008). The Importance of Flexible Leadership.
- Yukl, G. (2012). Effective Leadership Behavior: What We Know and What Questions Need More Attention.
- Yukl, G. A. (1994). *Leadership in Organizations*.
- Yukl, G. A. (1998). *Leadership in organizations*. Nova Jersey.
- Yukl, G. A., & Fleet, D. D. (1982). Cross-situational, multimethod research on military leader effectiveness. *Organizational Behavior & Human Performance*, 87-108.
- Yukl, G., & Mahsud, R. (2010). Why Flexible and Adaptive Leadership Is Essential. *Consulting Psychology Journal Practice and Research*.
- Zaleznik, A. (1977). *Managers and Leaders: are They Different?*

# **Anexos**



## **Anexo 1 - “Sangue, Trabalho, Lágrimas e Suor” (1940a)**

Na noite da última sexta-feira, recebi a delegação de Sua Majestade para formar um novo governo. Foram evidentes os desejos e a vontade do Parlamento e da nação para que isso fosse concebido na base mais ampla possível e que incluísse todos os partidos, tanto aqueles que apoiaram o último governo quanto os da oposição.

Completei a parte mais importante desta tarefa.

Um Gabinete de guerra foi formado com cinco membros, representando, com os liberais da oposição, a unidade da nação. Foi necessário que isso tudo fosse feito em um único dia, por conta da urgência extrema e do rigor dos acontecimentos. Um bom número de outras posições, posições-chave, foi preenchido ontem – e estou submetendo uma lista adicional à sua Majestade hoje à noite. Espero completar a indicação dos principais ministros durante o dia de amanhã.

A indicação dos outros ministros normalmente leva um pouco mais de tempo, mas confio que, quando o Parlamento se reunir de novo, esta parte de minha tarefa estará completa – e o governo estará formado em todos os sentidos. Considerarei de interesse público que a Casa deveria ser convocada para se reunir hoje. Ao fim dos procedimentos de hoje será proposta a suspensão dos trabalhos do Parlamento até terça-feira, dia 21 de maio, incluindo naturalmente a provisão para uma reunião mais cedo, se houver necessidade. O assunto a ser considerado na próxima semana será notificado aos membros na primeira oportunidade.

Agora, solicito ao Parlamento, pela moção que está em meu nome, que confirme a sua aprovação às medidas que tomei e que declare sua confiança no novo governo.

Formar um governo desta escala e complexidade é em si mesmo uma tarefa séria, mas devemos lembrar que estamos no estágio preliminar de uma das mais duras batalhas da história, que estamos em ação em muitos outros - na Noruega e na Holanda -, que devemos nos preparar no Mediterrâneo, que a batalha aérea é contínua e que muitas providências – tais como as que foram indicadas pelo meu honrado representante e amigo das fileiras de baixo – têm de ser tomadas aqui.

Em meio a esta crise, espero ser perdoado se não me dirijo à Casa com detalhes do dia de hoje. Espero que qualquer um de meus amigos e colegas, ou antigos colegas,

influenciados pela reestruturação política, levem em conta e desconsiderem qualquer falta de cerimônia que tenha sido necessária para agirmos.

Digo à Câmara, como já o disse aos ministros que se juntaram a este governo, que nada mais tenho para oferecer do que sangue, labor, lágrimas e suor. Temos diante de nós um desafio dos mais graves. Temos diante de nós muitos, muitos e longos meses de luta e sofrimento.

Vocês perguntam: qual é o nosso plano de ação? Posso dizer: é travar a guerra pelo mar, pela terra e pelo ar, com todo o nosso poder e com toda a força que Deus nos possa dar; travar a guerra contra uma monstruosa tirania jamais suplantada nos registros sombrios e lamentáveis do crime humano. Esse é o nosso plano de ação.

Vocês perguntam: qual é o nosso objetivo? Posso responder numa palavra: é a vitória, a vitória a todo custo, a vitória a despeito de todo o terror, a vitória mesmo que a estrada seja longa e penosa – pois sem vitória não há sobrevivência.

Que isto seja entendido: sem vitória não há sobrevivência para o Império Britânico, não há sobrevivência para tudo aquilo que o Império Britânico tem representado, não há sobrevivência para os ímpetos e para os estímulos daquelas épocas em que a humanidade se move para a frente, em direção aos seus objetivos.

Assumo a minha tarefa com ânimo e esperança. Estou seguro de que a nossa causa não irá fracassar entre os homens. Neste momento, sinto-me autorizado a pedir a ajuda de todos, e digo: ‘Venham, vamos em frente juntos, com a força da nossa união’.

### **[Texto original]**

On Friday evening last I received from His Majesty the mission to form a new administration. It was the evident will of Parliament and the nation that this should be conceived on the broadest possible basis and that it should include all parties.

I have already completed the most important part of this task.

A war cabinet has been formed of five members, representing, with the Labour Opposition, and Liberals, the unity of the nation. It was necessary that this should be done in one single day on account of the extreme urgency and rigor of events. Other key

positions were filled yesterday. I am submitting a further list to the king tonight. I hope to complete the appointment of principal ministers during tomorrow.

The appointment of other ministers usually takes a little longer. I trust when Parliament meets again this part of my task will be completed and that the administration will be complete in all respects. I considered it in the public interest to suggest to the Speaker that the House should be summoned today. At the end of today's proceedings, the adjournment of the House will be proposed until May 21 with provision for earlier meeting if need be. Business for that will be notified to MPs at the earliest opportunity.

I now invite the House by a resolution to record its approval of the steps taken and declare its confidence in the new government.

To form an administration of this scale and complexity is a serious undertaking in itself. But we are in the preliminary phase of one of the greatest battles in history. We are in action at many other points-in Norway and in Holland-and we have to be prepared in the Mediterranean. The air battle is continuing, and many preparations have to be made here at home.

In this crisis I think I may be pardoned if I do not address the House at any length today, and I hope that any of my friends and colleagues or former colleagues who are affected by the political reconstruction will make all allowances for any lack of ceremony with which it has been necessary to act.

I say to the House as I said to ministers who have joined this government, I have nothing to offer but blood, toil, tears, and sweat. We have before us an ordeal of the most grievous kind. We have before us many, many months of struggle and suffering.

You ask, what is our policy? I say it is to wage war by land, sea, and air. War with all our might and with all the strength God has given us, and to wage war against a monstrous tyranny never surpassed in the dark and lamentable catalogue of human crime. That is our policy.

You ask, what is our aim? I can answer in one word. It is victory. Victory at all costs - Victory in spite of all terrors - Victory, however long and hard the road may be, for without victory there is no survival.

Let that be realized. No survival for the British Empire, no survival for all that the British Empire has stood for, no survival for the urge, the impulse of the ages, that mankind shall move forward toward his goal.

I take up my task in buoyancy and hope. I feel sure that our cause will not be suffered to fail among men. I feel entitled at this juncture, at this time, to claim the aid of all and to say, "Come then, let us go forward together with our united strength."

## **Anexo 2 - “Devemos lutar nas praias” (1940b)**

A partir do momento em que as defesas francesas, no Sedan, e no Meuse, foram quebradas, na segunda semana de maio, apenas a rápida retirada para Amiens e o Sul poderia salvar os exércitos franco-britânicos, que tinham corrido para a Bélgica, em resposta apelo do rei Leopoldo. Este feito estratégico não foi imediatamente reconhecido. O Estado Maior francês teve a esperança de que poderia fechar a lacuna. Os exércitos do Norte estavam sob suas ordens. Além disso, uma retirada dessa natureza teria significado, quase certamente, a destruição do excelente exército belga, de 20 divisões, e o abandono de toda a Bélgica. Entretanto, quando se conheceu a força e o alcance da penetração alemã e quando o generalíssimo francês investiu-se do comando, no lugar do general Gamelin, os exércitos francês e britânico fizeram um esforço para dar uma das mãos aos belgas e a outra ao novo exército francês que tinha que avançar pelo Somme, com todas as suas forças.

Não obstante, a invasão alemã processou-se como uma afiada foice no sul de Amiens, à retaguarda dos exércitos do norte, por 8 ou 9 divisões blindadas cada uma com uns 400 veículos blindados, de diferentes categorias, divididas em pequenas unidades autónomas. Esta força cortou todas as comunicações entre as nossas forças e o principal exército francês comunicações de- viveres' é munições. Atravessou depois Amiens, seguindo até Abbeville e a costa, até Boulogne e Calais e quase até Dunquerque. Atrás deste ataque blindado e mecanizado vinha certo número de divisões alemãs com camiões, que transportavam o grosso do exército regular alemão, os alemães sempre prontos a serem arrastados para devastar noutras terras as liberdades e as comodidades que nunca conheceram na sua.

Disse que esta foice blindada quase chegou a Dunquerque, quase mas não completamente. Boulogne e Calais foram o teatro de uma luta desesperada. As tropas defenderam Boulogne certo tempo e depois retiraram-se segundo ordens partida deste país. a deste país. A Brigada de fuzileiros, os fuzileiros do 16º Regimento (fuzileiros da Rainha Vitoria) com um batalhão de tanks britânicos e 1000 franceses – em total de 4000 homens – defenderam Calais até ao fim. O comandante britânico teve uma hora para se render. Repeliu a oferta. Houve 4 dias de intensos combates pelas ruas, até que o silêncio reinou em Calais, marcando o fim de uma memorável resistência.

Somente 30 soldados ilesos foram transportados pela nossa Marinha e desconhecemos a sorte dos seus camaradas. O seu sacrifício, entretanto, não foi em vão. Pelo menos duas divisões blindadas, que de outra sorte teriam sido lançadas contra as forças expedicionárias britânicas, foram enviadas para combater contra eles. Acrescentaram uma nova página às glórias das Divisões ligeiras. O tempo assim ganhou permitiu inundar as linhas, enquanto as tropas francesas sustentavam a frente, com o que se manteve o porto de Calais. Quando se viu ser impossível que os exércitos do Norte conseguissem comunicar-se novamente por Amiens com o exército francês, só ficou um caminho. Parecia, na realidade, uma situação de desespero. Os exércitos belgas, francês e britânico estavam quase rodeados. O seu único meio de retirada levava-os a um só porto e às suas praias vizinhas. Sofriam intensos ataques por todos os lados e no espaço estavam em grande desvantagem.

Quando, faz hoje justamente uma semana, pedi à Câmara que marcasse o dia de hoje para a declaração, receie ver-me na contingência de anunciar desta tribuna, o maior desastre militar de nossa História. Pensei – e houve entendidos que me acompanharam – que talvez pudessem embarcar 20.000 ou 30.000 homens, pois na realidade parecia que todo o Primeiro Exército francês e toda a força expedicionária britânica no norte da brecha Amiens-Abbevilla iam ser exterminados em campo aberto ou ver-se na iminência de capitular devido à falta de veículos e munições. Esta foi a grande notícia para a qual solicitei à Câmara e à Nação que se preparassem. A própria essência do exército britânico, qual conservamos e construiremos os grandes exércitos do porvir, parecia destinada a perecer no campo da batalha.

Era essa a perspectiva há uma semana, mas faltava ainda outro golpe, que pode ter sido definitivo. O rei da Bélgica pedira-nos que acudíssemos em seu auxílio. Se este governante e o seu governo não se tivessem desligado dos aliados que salvaram o seu país do extermínio, na guerra passada, se não tivessem procurado refúgio no que redundou numa "neutralidade fatal", os exércitos franceses e britânicos teriam salvo não só a Bélgica como talvez a Holanda.

No último momento, quando a Bélgica já estava invadida, o rei Leopoldo fez um apelo para que fossemos em seu auxílio, e ainda no último momento corremos em seu socorro. Ele e o seu valoroso e eficiente exército de quase 500.000 homens, defendiam o nosso flanco oriental, e desta forma mantinha-se aberta a nossa única retirada para o mar. De improviso, sem nenhuma consulta previa, sem o menor aviso, sem o conselho

dos seus ministros e sob a sua própria responsabilidade pessoal, enviou um plenipotenciário ao Comando Alemão e entregou o seu exército, deixando assim exposto o nosso flanco e os meios de uma retirada.

Pedi à Câmara, há uma semana, que se abstinhasse de toda a análise, porque os fatos não estavam claros. Agora não acredito que haja algum motivo para que não formemos as nossas próprias opiniões sobre este lastimável episódio. A rendição do exército belga obrigou o exército britânico a cobrir, num curto espaço de tempo, o seu flanco, até mais de 30 milhas de extensão, que de outra maneira teria sido cortado e todos teriam partilhado o destino ao qual o Rei Leopold **condenou** o seu exército.

Ao ser feito isso, fechando este flanco, perdeu-se inevitavelmente o contacto com os britânicos, com dois dos três corpos que formavam o primeiro exército francês, os quais estavam nessa ocasião mais próximos da costa do que nós.

O inimigo, desenvolvendo tremendo vigor e ferocidade atacava por todos os lados. Formações gigantescas do inimigo foram lançadas ao combate. As baterias alemãs disparavam ininterruptamente visando as praias que eram os únicos pontos de onde os navios aliados podiam aproximar-se. Foram lançadas minas magnéticas ao longo da costa e verdadeiras ondes de aviões numa formação gigantesca arremessavam chuvas de bombas sobre as praias, sobre as concentrações, visando impedir a todo transe a retirada. Os submarinos e as lanchas torpedeiras inimigas, desenvolvendo grande atividade, afundavam os navios que começavam a mover-se. Durante quatro ou cinco dias foi travada uma luta intensa. Todas as divisões blindadas, ou o que restava delas, apoiadas por grandes massas de infantaria e pela artilharia alemãs, lançaram-se violentamente contra a franja de terreno que os franceses e ingleses mantinham a todo custo, apesar de cada vez ficar mais reduzida.

Entretanto, a Armada Real, com a valorosa ajuda dos marinheiros mercantes nacionais e dos voluntários, consagrou todos os esforços para embarcar tropas britânicas e aliadas. As operações foram realizadas por 220 navios ligeiros de guerra e mais de 650 embarcações de outros tipos. Tiveram que se aproximar desta costa perigosa, a miude com tempo adverso, suportando uma quase incessante chuva de bombas e uma crescente concentração de fogo de artilharia. Os mares não estavam livres de minas e muito menos de torpedos. Foi nessas circunstâncias que os nossos soldados viveram sem o descanso necessário ou sem descanso algum, durante dias. Avançavam as embarcações em águas

perigosas trazendo os homens aos quais tinham salvo. O número transportado revela a sua dedicação e coragem. Navios hospitalares, tendo visivelmente assinalada a sua missão, foram alvo de bombas alemãs, mas os homens e as mulheres que viajavam a bordo dos mesmos, não esmoreceram no cumprimento do seu dever. Enquanto isso, as formações das forças reais aéreas, apesar de procederem de bases aéreas distantes, intervinham valentemente na luta que se desenrolava contra os aviões inimigos, cooperando eficazmente nas heroicas operações de retirada. Por breves momentos o estrondar da artilharia silenciou, mas foi só um breve lapso de tempo. O milagre, realizado em virtude do valor, da perseverança e da disciplina perfeita, evidenciava-se a todos.

O inimigo foi afastado pelas tropas franco-britânicas. Ficou tão desorganizado que não se atreveu a dificultar, seriamente, a partida. A aviação derrotou de modo concludente o grosso da força aérea alemã, infligindo-lhe uma perda de quatro para uma.

A armada, empregando quase 1000 navios de todas as categorias, transportou 335000 soldados, franceses e britânicos, livrando-os das garras da morte e levando-os ao seu país natal, para se dedicarem às tarefas que os aguardam. Devemos evitar que se atribua a esta libertação contornos de vitória. A guerra não se ganha com retiradas, mas houve uma vitória nesta libertação, que deve ser acentuada. Muitos dos nossos soldados, ao voltarem, não viram operar a força aérea. Só viram aviões de bombardeio que fugiam do ataque das forças aéreas, para protegê-los.

Foi esta uma prova, onde se mediu o valor das forças aéreas da Grã-Bretanha e da Alemanha. Podem os senhores imaginar um objetivo mais importante para o poder aéreo alemão que o de impossibilitar toda a evacuação, dessas praias, e afundar todos os navios, que se elevavam a um milhar? Poderia existir um incentivo de maior interesse e significação militar para todo o propósito de guerra? Esforçaram-se e foram derrotados. Frustrada a sua obra, livramos os exércitos e o inimigo pagou o quádruplo das perdas que nós sofremos.

Grandes formações de aviões alemães, ao serem atacados pelos aparelhos da Força Aérea Britânica – que totalizavam a quarta parte do número daquelas – foram dispersadas em diversas regiões. Dois aeroplanos deram caça a 12, tendo um destes caído ao mar em consequência de receber a carga de um avião britânico, cuja munição se havia esgotado. Todos os nossos tipos de aviões e todos os nossos pilotos foram vingados. Vingamos os nossos aparelhos *Spitfire*, *Hurricane* e *Defiant*.

Quando faço considerações a respeito da nossa vantagem em defender esta ilha, no espaço, contra os ataques de ultramar, encontro, nesses fatos, uma base segura sobre a qual descansam pensamentos práticos e reconfortantes e quero honrar esses nossos jovens aviadores. Não poderá ser a causa da civilização defendida por alguns milhares de aviadores? Acredito que em toda a história do mundo não se apresentou uma semelhante oportunidade à juventude.

Os cavaleiros da *Round Table*, os cruzados, todos pertencem a dias não somente distantes como históricos. Em troca, esses jovens que se lançam no espaço, todas as manhãs, com um instrumento de colossal poderio e fulminante nas mãos, os quais, podemos dizer, todas as manhãs correm um nobre risco, esses jovens merecem a nossa gratidão entre todos os homens que, de tantos modos e em tantas ocasiões, estão prontos e estarão prontos para dar a vida e tudo o que possuem pelo seu país natal.

Voltarei a ocupar-me do exército. Numa longe série de batalhas encarniçadíssimas, ora numa frente, ora noutra, às vezes em três, combates travados por 2 e 3 divisões contra um inimigo igual em número e às vezes mais numeroso, travadas com grande ardor nos antigos campos que nos conhecemos tão bem, nossas baixas ultrapassaram a 30.000. A Câmara expressa a sua simpatia por aqueles que perderam seres queridos ou que ainda anseiam por eles.

O presidente da Junta de Comércio, Sir Andrew Duncan, não se encontra presente no dia de hoje. O seu filho foi morto e muitos dos que aqui se encontram presentes sentiram esse golpe, mas devo dizer, a respeito dos desaparecidos – neste país um grande número de feridos regressou; a salvo, para casa – que muitos assim considerados regressarão algum dia ao lar. Na confusão que a partida produz, é inevitável que muitos sejam abandonados. Contra essa perda de mais de 30.000 homens podemos consolar-nos com as perdas muitíssimo mais fortes que, por certo, infligimos ao inimigo, mas as nossas perdas de material são enormes.

Perdemos talvez a terça parte dos homens que perdemos nos primeiros dias da batalha de 21 de março, de 1918, porém perdemos quase que uma igual quantidade de canhões, quase 1.000 canhões, todos os veículos blindados de transportes que possuía o exército do norte. Essas perdas tornaram a atrasar a futura expansão do nosso poderio militar. Essa expansão não se tem realizado com a rapidez que esperávamos. O melhor que tínhamos para dar entregámos às forças expedicionárias britânicas e, embora não

possuísem essas forças *tanks* e outros equipamentos necessários, constituíam um exército bem equipado. Esse exército recebeu os primeiros frutos que todas as nossas indústrias tiveram para dar. Tudo isso desapareceu e agora devemos enfrentar um novo retardamento.

Quanto tempo durará, até quando será? Tudo depende do esforço que façamos nesta ilha. Estamos a fazer um esforço como jamais se fez na nossa história. O trabalho prossegue noite e dia, durante todos os dias da semana, inclusive aos domingos. O capital e o trabalho puseram de lado os seus interesses para a causa comum. Neste momento, uma torrente de munições acaba de surgir. Não há razão alguma para que, dentro de poucos meses, não possamos reparar as inesperadas e graves perdas, cujas consequências foram unicamente o retardamento.

Não obstante apresentamos as nossas felicitações pela retirada do nosso exército com um tão grande número de homens e os agradecimentos dos seus entes queridos, que viveram uma semana de agonia, mas não devemos negar que os fatos ocorridos na França e na Bélgica constituem um enorme desastre militar.

O exército francês ficou debilitado, o belga perdido e grande parte daquelas linhas fortificadas nas quais se tinha tanta fé, juntamente com os seus ricos distritos fabris e de mineração, passaram para o poder do inimigo. Todos os portos do Canal, com todas as consequências estratégicas nas mãos, e devemos esperar que outro golpe, contra nós ou contra a França, se assente imediatamente.

Disseram-nos que Hitler tem planos para invadir as ilhas britânicas. Nisso já pensamos, mais de uma vez, em épocas anteriores. Quando Napoleão esteve em Boulogne, durante um ano, com os seus navios e os seus grandes exércitos, alguém que havia muita erva daninha na Inglaterra. Depois disso, são muitos os que voltaram.

Todo o problema de uma defesa contra a invasão está poderosamente afetado pelo facto de que atualmente há nesta ilha uma quantidade incomparavelmente maior de forças militares do que houve durante a última guerra, mas nós não nos contentaremos nem continuaremos na guerra defensiva. Temos um dever com os nossos aliados. Temos que reconstruir as nossas forças expedicionárias sob o valoroso comando de Lord Gort. Isto já está em andamento mas agora acreditamos que devemos colocar a defesa desta ilha num estado de organização tão perfeito que somente seja necessário o menor número para

oferecer uma segurança efetiva, de forma que fique em maior liberdade o mais poderoso esforço ofensivo.

Dito isto, estamos a tratar, atualmente, e seria muito conveniente que estudássemos este assunto em sessões secretas. O governo não tem, necessariamente, que revelar segredo militar algum, mas seria agradável para nós que as deliberações se processassem com toda a liberdade, sem as restrições importas pela circunstância de que, no dia seguinte, elas serão lidas pelo inimigo. O governo seria beneficiado por algumas opiniões que possam ser exteriorizadas na Câmara, pois presumo que serão feitas algumas insinuações sobre a questão, que serão prontamente aceites pelo governo. Achamos convenientes certas medidas não somente contra os estrangeiros inimigos ou indivíduos suspeitos de outras nacionalidades, como também contra cidadãos britânicos que se podem converter num perigo ou numa dificuldade, no caso em que a guerra seja transferida para o Reino Unido.

Sei que existe um grande número de pessoas que se acham atingidas pelas nossas medidas e que são apaixonados inimigos dos nazis e da Amanha. Sinto-o, mas nas presentes circunstâncias não podemos fazer todas as discriminações que desejaríamos. Se houver descidas de paraquedistas ou se se travarem intensos combates, é muito melhor que essas pessoas infelizes estejam afastadas, tanto no seu próprio bem, como no nosso. Entretanto, há outra classe pela qual não sinto a menor simpatia. O Parlamento concedeu-nos poderes para esmagar as atividades da "Quinta Coluna" com mão de ferro e usaremos estes poderes sujeitos à vigilância e referendo da Câmara sem hesitação, até que estejamos satisfeitos e mais do que satisfeitos de que este cancro foi exterminado, efetivamente, no nosso meio.

Voltando à questão da invasão: Nuno houve um período, durante todos estes longos séculos dos quais nos orgulhamos, em que se pudesse dar ao nosso povo uma garantia absoluta contra uma invasão e muito menos ainda, contra incursões verdadeiramente perigosas. Nos dias de Napoleão, os mesmos ventos que poderiam impelir as suas navas pelo canal, poderiam, do mesmo modo, dispersar a nossa frota. Sempre existe uma possibilidade, e é precisamente essa possibilidade que excitou as imaginações febris de muitos tiranos do Continente. Assegura-se que novos métodos serão adotados, e quando vemos a originalidade, a maldade, a malícia e a ingenuidade da agressão que o inimigo esboça, devemos, por certo, estar preparados para fazer face a toda a tática nova imaginável, a toda sorte de manobra brutal e traidora. Acho que não há

ideia, por ridícula que possa parecer, que não mereça ser levada em consideração e analisada detidamente.

Não devemos esquecer que as sólidas seguranças que nos oferece o nosso poder naval e as que derivam do nosso poder aéreo. Eu mesmo tendo a maior confiança em que, se todos cumprirem o seu dever e com os preparativos que se fazem, tal como se estão a fazer, demonstraremos, uma vez mais, que podemos defender a nossa ilha e os nossos lares, enfrentando as tempestades de guerra. Isto é o que vamos fazer. É o que resolveu o Governo de Sua Majestade e cada homem que o integra. Essa é a vontade do Parlamento da Nação.

O Império Britânico e a República Francesa uniram-se pela causa comum e defender-se-ão até à morte, ajudando-se mutuamente como bons amigos, no máximo das suas forças, apesar de que grandes secções da Europa e muitos antigos e famosos Estados caíram ou podem cair nas garras da Gestapo do domínio nazi. Não nos humilharemos, nem fracassaremos. Iremos avante, até ao fim. Lutaremos na França e nos mares. Lutaremos com crescente confiança e com crescente poderio no ar. Defenderemos a nossa ilha, custa o que custar. Lutaremos nas praias, nos pontos de desembarque, nos campos, nas ruas e nas colinas. Jamais nos estregaremos. E se este território ou uma grande parte do mesmo – no que não creio um só instante – fosse subjugado pela fome, então o nosso Império de Ultramar, armado e apoiado pela frota britânica, continuará a lutar até ao momento que Deus indicar, e o Novo Mundo, com todo o seu poderio, correrá para liberar e resgatar o Velho Mundo.

**[Texto original]**

From the moment that the French defenses at Sedan and on the Meuse were broken at the end of the second week of May, only a rapid retreat to Amiens and the south could have saved the British and French Armies who had entered Belgium at the appeal of the Belgian King; but this strategic fact was not immediately realized. The French High Command hoped they would be able to close the gap, and the Armies of the north were under their orders. Moreover, a retirement of this kind would have involved almost certainly the destruction of the fine Belgian Army of over 20 divisions and the abandonment of the whole of Belgium. Therefore, when the force and scope of the German penetration were realized and when a new French Generalissimo, General

Weygand, assumed command in place of General Gamelin, an effort was made by the French and British Armies in Belgium to keep on holding the right hand of the Belgians and to give their own right hand to a newly created French Army which was to have advanced across the Somme in great strength to grasp it.

However, the German eruption swept like a sharp scythe around the right and rear of the Armies of the north. Eight or nine armored divisions, each of about four hundred armored vehicles of different kinds, but carefully assorted to be complementary and divisible into small self-contained units, cut off all communications between us and the main French Armies. It severed our own communications for food and ammunition, which ran first to Amiens and afterwards through Abbeville, and it shore its way up the coast to Boulogne and Calais, and almost to Dunkirk. Behind this armored and mechanized onslaught came a number of German divisions in lorries, and behind them again there plodded comparatively slowly the dull brute mass of the ordinary German Army and German people, always so ready to be led to the trampling down in other lands of liberties and comforts which they have never known in their own.

I have said this armored scythe-stroke almost reached Dunkirk-almost but not quite. Boulogne and Calais were the scenes of desperate fighting. The Guards defended Boulogne for a while and were then withdrawn by orders from this country. The Rifle Brigade, the 60th Rifles, and the Queen Victoria's Rifles, with a battalion of British tanks and 1,000 Frenchmen, in all about four thousand strong, defended Calais to the last. The British Brigadier was given an hour to surrender. He spurned the offer, and four days of intense street fighting passed before silence reigned over Calais, which marked the end of a memorable resistance. Only 30 unwounded survivors were brought off by the Navy, and we do not know the fate of their comrades. Their sacrifice, however, was not in vain. At least two armored divisions, which otherwise would have been turned against the British Expeditionary Force, had to be sent to overcome them. They have added another page to the glories of the light divisions, and the time gained enabled the Graveline water lines to be flooded and to be held by the French troops.

Thus it was that the port of Dunkirk was kept open. When it was found impossible for the Armies of the north to reopen their communications to Amiens with the main French Armies, only one choice remained. It seemed, indeed, forlorn. The Belgian, British and French Armies were almost surrounded. Their sole line of retreat was to a

single port and to its neighboring beaches. They were pressed on every side by heavy attacks and far outnumbered in the air.

When, a week ago today, I asked the House to fix this afternoon as the occasion for a statement, I feared it would be my hard lot to announce the greatest military disaster in our long history. I thought-and some good judges agreed with me-that perhaps 20,000 or 30,000 men might be re-embarked. But it certainly seemed that the whole of the French First Army and the whole of the British Expeditionary Force north of the Amiens-Abbeville gap would be broken up in the open field or else would have to capitulate for lack of food and ammunition. These were the hard and heavy tidings for which I called upon the House and the nation to prepare themselves a week ago. The whole root and core and brain of the British Army, on which and around which we were to build, and are to build, the great British Armies in the later years of the war, seemed about to perish upon the field or to be led into an ignominious and starving captivity.

That was the prospect a week ago. But another blow which might well have proved final was yet to fall upon us. The King of the Belgians had called upon us to come to his aid. Had not this Ruler and his Government severed themselves from the Allies, who rescued their country from extinction in the late war, and had they not sought refuge in what was proved to be a fatal neutrality, the French and British Armies might well at the outset have saved not only Belgium but perhaps even Poland. Yet at the last moment, when Belgium was already invaded, King Leopold called upon us to come to his aid, and even at the last moment we came. He and his brave, efficient Army, nearly half a million strong, guarded our left flank and thus kept open our only line of retreat to the sea. Suddenly, without prior consultation, with the least possible notice, without the advice of his Ministers and upon his own personal act, he sent a plenipotentiary to the German Command, surrendered his Army, and exposed our whole flank and means of retreat.

I asked the House a week ago to suspend its judgment because the facts were not clear, but I do not feel that any reason now exists why we should not form our own opinions upon this pitiful episode. The surrender of the Belgian Army compelled the British at the shortest notice to cover a flank to the sea more than 30 miles in length. Otherwise all would have been cut off, and all would have shared the fate to which King Leopold had condemned the finest Army his country had ever formed. So in doing this and in exposing this flank, as anyone who followed the operations on the map will see,

contact was lost between the British and two out of the three corps forming the First French Army, who were still farther from the coast than we were, and it seemed impossible that any large number of Allied troops could reach the coast.

The enemy attacked on all sides with great strength and fierceness, and their main power, the power of their far more numerous Air Force, was thrown into the battle or else concentrated upon Dunkirk and the beaches. Pressing in upon the narrow exit, both from the east and from the west, the enemy began to fire with cannon upon the beaches by which alone the shipping could approach or depart. They sowed magnetic mines in the channels and seas; they sent repeated waves of hostile aircraft, sometimes more than a hundred strong in one formation, to cast their bombs upon the single pier that remained, and upon the sand dunes upon which the troops had their eyes for shelter. Their U-boats, one of which was sunk, and their motor launches took their toll of the vast traffic which now began. For four or five days an intense struggle reigned. All their armored divisions- or what was left of them-together with great masses of infantry and artillery, hurled themselves in vain upon the ever-narrowing, ever-contracting appendix within which the British and French Armies fought.

Meanwhile, the Royal Navy, with the willing help of countless merchant seamen, strained every nerve to embark the British and Allied troops; 220 light warships and 650 other vessels were engaged. They had to operate upon the difficult coast, often in adverse weather, under an almost ceaseless hail of bombs and an increasing concentration of artillery fire. Nor were the seas, as I have said, themselves free from mines and torpedoes. It was in conditions such as these that our men carried on, with little or no rest, for days and nights on end, making trip after trip across the dangerous waters, bringing with them always men whom they had rescued. The numbers they have brought back are the measure of their devotion and their courage. The hospital ships, which brought off many thousands of British and French wounded, being so plainly marked were a special target for Nazi bombs; but the men and women on board them never faltered in their duty.

Meanwhile, the Royal Air Force, which had already been intervening in the battle, so far as its range would allow, from home bases, now used part of its main metropolitan fighter strength, and struck at the German bombers and at the fighters which in large numbers protected them. This struggle was protracted and fierce. Suddenly the scene has cleared, the crash and thunder has for the moment-but only for the moment-died away. A

miracle of deliverance, achieved by valor, by perseverance, by perfect discipline, by faultless service, by resource, by skill, by unconquerable fidelity, is manifest to us all. The enemy was hurled back by the retreating British and French troops. He was so roughly handled that he did not hurry their departure seriously. The Royal Air Force engaged the main strength of the German Air Force, and inflicted upon them losses of at least four to one; and the Navy, using nearly 1,000 ships of all kinds, carried over 335,000 men, French and British, out of the jaws of death and shame, to their native land and to the tasks which lie immediately ahead. We must be very careful not to assign to this deliverance the attributes of a victory. Wars are not won by evacuations. But there was a victory inside this deliverance, which should be noted. It was gained by the Air Force. Many of our soldiers coming back have not seen the Air Force at work; they saw only the bombers which escaped its protective attack. They underrate its achievements. I have heard much talk of this; that is why I go out of my way to say this. I will tell you about it.

This was a great trial of strength between the British and German Air Forces. Can you conceive a greater objective for the Germans in the air than to make evacuation from these beaches impossible, and to sink all these ships which were displayed, almost to the extent of thousands? Could there have been an objective of greater military importance and significance for the whole purpose of the war than this? They tried hard, and they were beaten back; they were frustrated in their task. We got the Army away; and they have paid fourfold for any losses which they have inflicted. Very large formations of German aeroplanes-and we know that they are a very brave race-have turned on several occasions from the attack of one-quarter of their number of the Royal Air Force, and have dispersed in different directions. Twelve aeroplanes have been hunted by two. One aeroplane was driven into the water and cast away by the mere charge of a British aeroplane, which had no more ammunition. All of our types-the Hurricane, the Spitfire and the new Defiant-and all our pilots have been vindicated as superior to what they have at present to face.

When we consider how much greater would be our advantage in defending the air above this Island against an overseas attack, I must say that I find in these facts a sure basis upon which practical and reassuring thoughts may rest. I will pay my tribute to these young airmen. The great French Army was very largely, for the time being, cast back and disturbed by the onrush of a few thousands of armored vehicles. May it not also be that

the cause of civilization itself will be defended by the skill and devotion of a few thousand airmen? There never has been, I suppose, in all the world, in all the history of war, such an opportunity for youth. The Knights of the Round Table, the Crusaders, all fall back into the past-not only distant but prosaic; these young men, going forth every morn to guard their native land and all that we stand for, holding in their hands these instruments of colossal and shattering power, of whom it may be said that:

Every morn brought forth a noble chance  
And every chance brought forth a noble knight,  
deserve our gratitude, as do all the brave men who, in so many ways and on so many occasions, are ready, and continue ready to give life and all for their native land.

I return to the Army. In the long series of very fierce battles, now on this front, now on that, fighting on three fronts at once, battles fought by two or three divisions against an equal or somewhat larger number of the enemy, and fought fiercely on some of the old grounds that so many of us knew so well-in these battles our losses in men have exceeded 30,000 killed, wounded and missing. I take occasion to express the sympathy of the House to all who have suffered bereavement or who are still anxious. The President of the Board of Trade [Sir Andrew Duncan] is not here today. His son has been killed, and many in the House have felt the pangs of affliction in the sharpest form. But I will say this about the missing: We have had a large number of wounded come home safely to this country, but I would say about the missing that there may be very many reported missing who will come back home, some day, in one way or another. In the confusion of this fight it is inevitable that many have been left in positions where honor required no further resistance from them.

Against this loss of over 30,000 men, we can set a far heavier loss certainly inflicted upon the enemy. But our losses in material are enormous. We have perhaps lost one-third of the men we lost in the opening days of the battle of 21st March, 1918, but we have lost nearly as many guns — nearly one thousand-and all our transport, all the armored vehicles that were with the Army in the north. This loss will impose a further delay on the expansion of our military strength. That expansion had not been proceeding as far as we had hoped. The best of all we had to give had gone to the British Expeditionary Force, and although they had not the numbers of tanks and some articles of equipment which were desirable, they were a very well and finely equipped Army.

They had the first-fruits of all that our industry had to give, and that is gone. And now here is this further delay. How long it will be, how long it will last, depends upon the exertions which we make in this Island. An effort the like of which has never been seen in our records is now being made. Work is proceeding everywhere, night and day, Sundays and week days. Capital and Labor have cast aside their interests, rights, and customs and put them into the common stock. Already the flow of munitions has leaped forward. There is no reason why we should not in a few months overtake the sudden and serious loss that has come upon us, without retarding the development of our general program.

Nevertheless, our thankfulness at the escape of our Army and so many men, whose loved ones have passed through an agonizing week, must not blind us to the fact that what has happened in France and Belgium is a colossal military disaster. The French Army has been weakened, the Belgian Army has been lost, a large part of those fortified lines upon which so much faith had been reposed is gone, many valuable mining districts and factories have passed into the enemy's possession, the whole of the Channel ports are in his hands, with all the tragic consequences that follow from that, and we must expect another blow to be struck almost immediately at us or at France. We are told that Herr Hitler has a plan for invading the British Isles. This has often been thought of before. When Napoleon lay at Boulogne for a year with his flat-bottomed boats and his Grand Army, he was told by someone. "There are bitter weeds in England." There are certainly a great many more of them since the British Expeditionary Force returned.

The whole question of home defense against invasion is, of course, powerfully affected by the fact that we have for the time being in this Island incomparably more powerful military forces than we have ever had at any moment in this war or the last. But this will not continue. We shall not be content with a defensive war. We have our duty to our Ally. We have to reconstitute and build up the British Expeditionary Force once again, under its gallant Commander-in-Chief, Lord Gort. All this is in train; but in the interval we must put our defenses in this Island into such a high state of organization that the fewest possible numbers will be required to give effective security and that the largest possible potential of offensive effort may be realized. On this we are now engaged. It will be very convenient, if it be the desire of the House, to enter upon this subject in a secret Session. Not that the government would necessarily be able to reveal in very great detail

military secrets, but we like to have our discussions free, without the restraint imposed by the fact that they will be read the next day by the enemy; and the Government would benefit by views freely expressed in all parts of the House by Members with their knowledge of so many different parts of the country. I understand that some request is to be made upon this subject, which will be readily acceded to by His Majesty's Government.

We have found it necessary to take measures of increasing stringency, not only against enemy aliens and suspicious characters of other nationalities, but also against British subjects who may become a danger or a nuisance should the war be transported to the United Kingdom. I know there are a great many people affected by the orders which we have made who are the passionate enemies of Nazi Germany. I am very sorry for them, but we cannot, at the present time and under the present stress, draw all the distinctions which we should like to do. If parachute landings were attempted and fierce fighting attendant upon them followed, these unfortunate people would be far better out of the way, for their own sakes as well as for ours. There is, however, another class, for which I feel not the slightest sympathy. Parliament has given us the powers to put down Fifth Column activities with a strong hand, and we shall use those powers subject to the supervision and correction of the House, without the slightest hesitation until we are satisfied, and more than satisfied, that this malignancy in our midst has been effectively stamped out.

Turning once again, and this time more generally, to the question of invasion, I would observe that there has never been a period in all these long centuries of which we boast when an absolute guarantee against invasion, still less against serious raids, could have been given to our people. In the days of Napoleon the same wind which would have carried his transports across the Channel might have driven away the blockading fleet. There was always the chance, and it is that chance which has excited and befooled the imaginations of many Continental tyrants. Many are the tales that are told. We are assured that novel methods will be adopted, and when we see the originality of malice, the ingenuity of aggression, which our enemy displays, we may certainly prepare ourselves for every kind of novel stratagem and every kind of brutal and treacherous maneuver. I think that no idea is so outlandish that it should not be considered and viewed with a

searching, but at the same time, I hope, with a steady eye. We must never forget the solid assurances of sea power and those which belong to air power if it can be locally exercised.

I have, myself, full confidence that if all do their duty, if nothing is neglected, and if the best arrangements are made, as they are being made, we shall prove ourselves once again able to defend our Island home, to ride out the storm of war, and to outlive the menace of tyranny, if necessary for years, if necessary alone. At any rate, that is what we are going to try to do. That is the resolve of His Majesty's Government-every man of them. That is the will of Parliament and the nation. The British Empire and the French Republic, linked together in their cause and in their need, will defend to the death their native soil, aiding each other like good comrades to the utmost of their strength. Even though large tracts of Europe and many old and famous States have fallen or may fall into the grip of the Gestapo and all the odious apparatus of Nazi rule, we shall not flag or fail. We shall go on to the end, we shall fight in France, we shall fight on the seas and oceans, we shall fight with growing confidence and growing strength in the air, we shall defend our Island, whatever the cost may be, we shall fight on the beaches, we shall fight on the landing grounds, we shall fight in the fields and in the streets, we shall fight in the hills; we shall never surrender, and even if, which I do not for a moment believe, this Island or a large part of it were subjugated and starving, then our Empire beyond the seas, armed and guarded by the British Fleet, would carry on the struggle, until, in God's good time, the New World, with all its power and might, steps forth to the rescue and the liberation of the old.

### **Anexo 3 - “O Melhor Momento” (1940c)**

Falei no outro dia sobre o desastre militar colossal que ocorreu quando o alto comando francês não conseguiu retirar os exércitos do norte da Bélgica no momento em que eles sabiam que a frente francesa estava definitivamente destruída em Sedan e no Mosa. Esse atraso conduziu à perda de quinze ou dezasseis divisões francesas e colocou fora de ação, durante o período crítico, toda a Força Expedicionária Britânica. Esta perda levou, de forma inevitável, algumas semanas para ser reparada e, nas primeiras duas dessas semanas, a Batalha da França foi perdida.

Quando consideramos a heroica resistência feita pelo exército francês nesta batalha, contra todas as expectativas, as enormes perdas impostas sobre o adversário e a evidente exaustão do inimigo, é possível achar que as 25 divisões com treinamento e equipamentos melhores poderiam ter mudado a situação. Todavia, o general Weygand teve que lutar sem isso. Apenas três divisões britânicas ou o equivalente foram capazes de manter a linha com os camaradas franceses. Sofreram severamente, mas lutaram bem. Mandamos todos os homens que podíamos para França, tão rapidamente quanto foi possível reequiparmos e transportarmos à novas formações.

Não estou a narrar estes fatos com o propósito de recriminação. Julgo isso completamente fútil e mesmo prejudicial. Não nos podemos permitir isso. Eu relato-os a fim de explicar porque não tivemos, como poderíamos ter tido, entre 12 e 14 divisões britânicas a lutar nesta grande batalha, em vez de três. Agora deixo isso tudo de lado. Deixo na prateleira onde os historiados, quando tiverem tempo, irão selecionar os documentos para contar as suas histórias. Temos de pensar no futuro e não no passado e isso também se aplica, de alguma forma, aos nossos próprios assuntos domésticos. Há muitos que fariam um inquérito na Câmara dos Comuns sobre a conduta dos governos – e dos Parlamentos, pois eles também estão presentes – durante os anos que levaram a esta catástrofe. Eles procuram indicar aqueles que foram responsáveis pelo comando dos nossos assuntos. Isso também seria um processo insensato e pernicioso. Há muitos nisso. Vamos deixar que cada homem examine a sua própria consciência e os seus discursos. Eu examino os meus com frequência.

Tenho certeza de que, se abrirmos uma disputa entre o passado e o presente, descobriremos que perderemos o futuro. Portanto, não posso aceitar qualquer distinção

entre os membros do governo atual. Este foi formado num momento de crise, a fim de unir todos os partidos e todos os segmentos de opinião. Recebeu o apoio quase unânime de ambas as Câmaras do Parlamento. Os membros do governo vão permanecer unidos e, com base na autoridade da Câmara dos Comuns, vamos governar o país e lutar na guerra. É absolutamente necessário, num momento como este, que seja respeitado cada ministro que procure fazer o seu dever; e os seus subordinados devem saber que seus superiores não são homens sob ameaça, que podem estar aqui hoje e não amanhã, mas são homens cujas orientações devem ser obedecidas no momento certo e de forma fiel. Sem este poder concentrado não podemos enfrentar o que está diante de nós. Não seria vantajoso para a Câmara prolongar o debate nesta tarde, sob as atuais condições de tensão pública. Muitos fatos não estão claros, mas estarão claros no curto prazo. Vamos ter uma sessão secreta na quinta e penso que esta seria uma melhor oportunidade para as muitas e respeitadas considerações que os representantes desejam fazer e para a Câmara discutir assuntos vitais sem que os nossos perigosos inimigos leiam tudo nos jornais da manhã seguinte.

Os desastrosos fatos militares que ocorreram nos últimos 15 dias não chegaram a mim como surpresa. Na verdade, aponte à Câmara, há duas semanas, tão claramente como podia, que as piores possibilidades estavam abertas – e falei perfeitamente claro naquele momento que qualquer fato que ocorresse na França não faria nenhuma diferença na determinação da Grã-Bretanha e do Império Britânico em lutar, “se necessário por anos, se necessário sozinhos”. Durante os últimos dias, fomos bem-sucedidos em trazer a maior parte de nossas tropas que tínhamos na França; e 7/8 das tropas que mandamos para França desde o início da guerra – ou seja, em torno de 350 mil de um total de 400 mil homens – estão seguros de volta a este país. Outros ainda estão a lutar ao lado dos franceses e a lutar com considerável sucesso nos embates contra o inimigo. Trouxemos de volta uma grande quantidade de equipamentos, rifles e munições de toda espécie, que tinham sido reunidos na França durante os últimos nove meses.

Temos, portanto, nesta ilha, hoje em dia, uma força militar grande e poderosa. Esta força compreende todas as nossas tropas mais bem treinadas, incluindo dezenas de milhares daqueles que já mediram forças com os alemães e não ficaram em qualquer desvantagem. Temos, hoje, nesta ilha, um milhão, duzentos e cinquenta mil homens nas forças armadas, aproximadamente. Por trás deles, temos os voluntários da defesa local, em número de 500 mil, dos quais, no entanto, apenas uma porção já está armada com rifles ou outras armas de fogo. Incorporamos às nossas forças de defesa todos os homens

para os quais temos uma arma. Esperamos amplos acréscimos às nossas forças em um futuro próximo e, em preparação a isso pretendemos imediatamente convocar, organizar e treinar um número ainda maior de homens. Aqueles que não foram convocados ou estão a trabalhar na vasta produção de munições, em todos os segmentos desta – e as ramificações são inumeráveis - servirão melhor ao país permanecendo no trabalho até serem chamados. Temos também por aqui os exércitos dos domínios britânicos. Os canadenses desembarcaram, de facto, na França, mas já foram retirados com segurança, muito desapontados, mas em perfeita ordem, com artilharia e equipamento. E estas forças de alta qualidade, provenientes dos domínios irão agora tomar parte da defesa da pátria-mãe.

Temo que o relato que dei destas forças possa levantar a questão: por que não tomaram parte na grande batalha da França? Devo deixar claro que, à parte das divisões que estão a treinar e a organizar-se por aqui, apenas 12 estavam equipadas para lutar de forma que justificasse mandá-las ao exterior, e este era precisamente o número que os franceses foram levados a esperar como disponíveis à França no nono mês da guerra. O resto das nossas tropas é importante para a defesa interna, que se irá fortalecer a cada semana que passa. Portanto, a invasão da Grã-Bretanha exigiria, neste momento, o transporte pelo mar de exércitos hostis em grande escala que, depois de assim transportados, teriam de ser constantemente mantidos com a quantidade de munições e suprimentos exigidos por uma batalha contínua – porque esta certamente seria uma batalha contínua.

É aqui que chegamos à Marinha e, afinal de contas, temos uma Marinha. Algumas pessoas parecem esquecer que temos uma Marinha. Devemos recordá-los disso. Nos últimos 30 anos, estive envolvido em discussões sobre as possibilidades de uma invasão marítima e tomei a responsabilidade, em nome do Almirantado, no começo da última guerra, de permitir que todas as tropas regulares fossem mandadas para fora do País. Aquela foi uma decisão muito séria, uma vez que as nossas defesas tinham acabado de ser convocadas e estavam quase sem treino. Portanto, esta ilha esteve por vários meses particularmente despida de tropas. O Almirantado tinha confiança, na época, na sua habilidade de evitar uma grande invasão, ainda que os alemães tivessem uma magnífica frota de batalha na proporção de 10 para 16, embora fossem capazes de lutar diariamente um conflito. Agora, eles têm apenas um par de navio pesados dignos de ação – o Scharnhorst e o Gneisenau. A nós também nos foi dito que a Marinha Italiana irá surgir

e obter superioridade nos mares. Se a Itália pretende seriamente fazê-lo, diremos que ficaremos encantados em oferecer ao Sr. Mussolini uma passagem livre e protegida pelo estreito de Gibraltar, de modo que ele possa exercer o papel ao qual tanto aspira. Há uma curiosidade geral pela frota britânica em descobrir se os italianos se mantiveram no mesmo nível em que estavam na última guerra ou se decaíram ainda mais.

Portanto, no que diz respeito a uma invasão marítima em grande escala, estamos mais capacitados para enfrentá-la hoje do que estávamos em muitos momentos da última guerra e mesmo nos primeiros momentos desta guerra, antes que nossas tropas estivessem treinadas e enquanto a Força Expedicionária Britânica prosseguia no exterior. Agora, a Marinha nunca pretendeu ser capaz de evitar ataques de surpresa feitos por núcleos de cinco ou dez mil homens lançados repentinamente de vários pontos da costa numa noite escura ou numa manhã enevoadada. A eficácia do poder marítimo, especialmente sob condições modernas, depende de uma força invasora de grande porte, e esta tem de ser de grande porte, em vista da nossa força militar, para ter alguma utilidade, e sendo de grande porte, então a Marinha terá algo para achar, encontrar e, se assim for, atacar. Devemos recordar que cinco divisões, mesmo ligeiramente equipadas, irão exigir 200 a 250 navios – e, em função do reconhecimento aéreo moderno, com fotografia, não seria fácil juntar uma frota assim, organizá-la e conduzi-la pelo mar sem poderosas forças navais para acompanhá-la. Haveria amplas possibilidades, para não dizer algo pior, de que esta frota armada fosse interceptada antes de atingir a costa e de que todos os seus homens fossem afogados no mar ou, pior, desfeitos em pedaços com os seus equipamentos enquanto estivessem a desembarcar. Temos também um amplo sistema de campos minados, reforçados recentemente, por meio do qual só nós conhecemos as rotas. Se o inimigo tentar descobrir as passagens por meio dos campos minados, será tarefa da Marinha destruir os detetores de minas e quaisquer outras forças empregadas para protegê-los. Não deve haver nenhuma dificuldade nisso, tendo em vista a nossa superioridade no mar.

Estes são argumentos comuns, bem testados, bem demonstrados, com os quais temos contado durante muitos anos de paz e guerra. A pergunta é se há novos métodos pelos quais estas sólidas garantias possam ser burladas. Estranho como possa parecer, o Almirantado tem dado alguma atenção a isso, pois o seu principal dever é destruir qualquer ampla expedição marítima antes que esta atinja – ou no momento que esta atinja – as praias. Não seria bom entrar em detalhes sobre isso. Pode sugerir a outras pessoas ideias sobre as quais ainda não haviam pensado, pessoas que provavelmente não nos

dariam nenhuma ideia em troca. Tudo o que direi é que um incansável estado de vigilância e de exercício da mente deve ser dedicado sempre a este assunto, porque o inimigo é astuto, perspicaz e cheio de artimanhas e estratagemas. A Câmara pode ficar segura de que estamos a trabalhar com o máximo de engenhosidade e que a imaginação é invocada de grande número de oficiais competentes, bem treinados em táticas e perfeitamente atualizados, para medir e contraproduzir novas possibilidades. Um incansável estado de vigilância e de exercício da mente está a ser, e deve ser, dedicado ao assunto porque, é bom lembrar, o inimigo é esperto e não há jogo sujo que não seja capaz de fazer.

Algumas pessoas perguntarão porque é que a Marinha britânica não foi capaz de evitar o movimento de um amplo exército na Alemanha, na Noruega, pelo Skagerrak? As condições do Canal da Mancha e no Mar do Norte não são de modo algum como as que prevaleciam no Skagerrak. Por causa da distância, não podíamos dar suporte aéreo a nossos navios de superfície e, conseqüentemente, ficando como ficamos próximos do principal poder aéreo inimigo, fomos compelidos a usar apenas os nossos submarinos. Não pudemos impor um bloqueio decisivo, possível com navios de superfície. Os nossos submarinos sofreram perdas pesadas, mas não puderam evitar a invasão da Noruega. No Canal e no Mar do Norte, por outro lado, nossas superiores forças navais de superfície, ajudadas pelos nossos submarinos, irão operar com ajuda aérea próxima e efetiva.

Isto traz-me naturalmente à importante questão da invasão pelo ar e da iminente luta entre as forças aéreas da Grã-Bretanha e da Alemanha. Parece claro que nenhuma invasão, em escala acima da capacidade das nossas forças terrestres, possa acontecer pelo ar até que a nossa força aérea tenha sido definitivamente dominada. Por enquanto, pode haver ataques com tropas de paraquedistas e tentativas de desembarcar soldados transportados pelo ar. Nós devemos ser capazes de dar a esta turma uma recepção calorosa, tanto no ar como no solo, se chegarem em terra com alguma condição de continuar a disputa. Mas a grande pergunta é: podemos destruir o poder aéreo de Hitler? É uma pena, é claro, que não tenhamos uma força aérea pelo menos igual à do nosso mais poderoso inimigo, ao alcance de atacar as nossas costas. Mas temos uma força aérea muito poderosa, que se mostrou muito superior em qualidade – seja em homens ou em máquinas – à que encontramos até agora nas numerosas e ferozes batalhas aéreas que foram lutadas contra os alemães. Na França, onde estávamos em considerável desvantagem – perdemos muitas máquinas em terra estacionadas nos aeroportos – familiarizámo-nos com a imposição ao inimigo de perdas aéreas de até dois, ou dois e meio, para cada uma nossa.

Na luta em Dunquerque, que era uma espécie de terra de ninguém, vencemos indubitavelmente a força aérea alemã e ganhamos o domínio local dos céus, impondo, dia após dia, uma perda de três ou quatro para cada um. Qualquer um que olhe as fotografias publicadas há uma semana, mais ou menos, do embarque de retorno, que demonstram as tropas reunidas na praia, formando um alvo ideal por muitas horas, apercebe-se de que este embarque não teria sido possível a não ser que o inimigo tivesse renunciado a qualquer esperança de recuperar a superioridade aérea naquela hora e naquele lugar.

Na defesa desta ilha, as vantagens para os defensores serão muito maiores do que na luta em Dunquerque. Esperamos melhorar a taxa de três ou quatro perdas para cada uma nossa que foi conseguida em Dunquerque. Além disso, todas as nossas máquinas danificadas e respectivas tripulações, que descem com segurança – e, surpreendentemente, uma boa parte das máquinas danificadas e das tripulações atacadas pousam com segurança nos combates aéreos modernos - todas irão cair, num ataque contra estas ilhas, em solo amigo e viverão para combater outro dia, ao passo que as máquinas danificadas do inimigo serão perdas totais na guerra.

Durante a grande batalha da França demos uma ajuda intensa e contínua ao Exército Francês, tanto com aviões quanto com bombardeiros. Mas, a despeito de todo o tipo de pressão, jamais permitiríamos que toda a força metropolitana de combate da Força Aérea fosse consumida. Foi uma decisão dolorosa, mas correta, porque o destino da batalha da França não poderia ter sido influenciado, mesmo se tivéssemos colocado a nossa força completa de aviões de guerra. Aquela batalha foi perdida pela desgraça da estratégia (alemã) inicial, que tinha por base o extraordinário e imprevisível poder das colunas blindadas e a grande preponderância do Exército germânico em números. Os nossos aviões de guerra poderiam ter sido desperdiçados com um mero acidente naquela grande disputa – e então descobrir-nos-íamos em apuros muito sérios. Assim como está, estou contente de informar à Câmara que o nosso poder de combate aéreo é mais forte, no presente, em comparação ao dos alemães, que sofreram perdas terríveis, mais do que jamais tiveram. Consequentemente, acreditamos ser detentores da capacidade de continuar a Guerra nos céus sob melhores condições das que experimentamos antes. Aguardo com confiança pelas proezas dos nossos pilotos – estes homens esplêndidos, essa juventude brilhante - que terão a glória de salvar a terra natal, a ilha onde moram e tudo o que amam, do mais mortal de todos os combates.

Resta, é claro, o perigo dos ataques bombas, os quais certamente serão feitos em breve pelos bombardeiros inimigos. É verdade que a força germânica de bombardeiros é superior à nossa em número, mas temos também uma grande força de bombardeiros que usaremos para atacar, sem trégua, alvos militares na Alemanha. Não subestimo de modo algum a severidade do desafio que a nós se apresenta, mas acredito que os nossos compatriotas se vão mostrar capazes de enfrentá-lo, como fizeram os bravos homens de Barcelona. Serão capazes de enfrentá-lo e seguir em frente, a despeito disso, tão bem quanto qualquer outra pessoa no mundo. Muita coisa está em jogo. Todos os homens e mulheres terão a chance de exibir as melhores qualidades das suas raças e prestar os mais altos serviços às suas causas. Para todos nós nesta hora, qualquer que seja a nossa situação social, a nossa posição, a nossa ocupação, os nossos deveres, será uma ajuda lembrar os famosos versos: Ele não fez nem quis dizer nada comum, diante daquela cena memorável.

Achei que está certo, nesta ocasião, dar à Câmara e ao país alguma indicação a respeito dos fundamentos sólidos e práticos sobre os quais baseamos a nossa inflexível determinação para continuar a guerra. Há gente muito boa que diz: “Não interessa. Vencer ou perder, afundar ou nadar, é melhor morrer do que se submeter à tirania – e que tirania”. Não me dissocio deles. Mas, posso assegurá-los que profissionais das três forças armadas recomendaram em conjunto que devemos continuar a guerra e que há, no fim, esperanças boas e razoáveis de vitória. Temos informado e consultado todos os governos autônomos dos domínios britânicos, estas grandes comunidades, bem além dos oceanos, que foram construídas a partir das nossas leis e da nossa civilização. Estão completamente livres para escolher o seu caminho, mas estão completamente devotados também à antiga terra-mãe e sentem-se inspirados pelas mesmas emoções que me fazem apostar tudo no dever e na honra. Consultamos cada um deles e eu recebi dos seus Primeiros-Ministros, Sr. McKenzie King do Canadá, Sr. Menzies da Austrália, Sr. Fraser da Nova Zelândia e do General Smuts da África do Sul – aquele homem maravilhoso, com a sua imensa e profunda inteligência e olhos capazes de analisar à distância todo o panorama dos assuntos europeus - recebi de todos estes homens iminentes – todos representantes de governos eleitos, com votações amplas e que estão lá porque representam a vontade de seus povos, mensagens formuladas em termos comoventes, nas quais endossam a nossa decisão de lutar e se declaram prontos a partilhar o nosso destino e perseverar até o fim, e é isso o que vamos fazer.

Podemos perguntar a nós mesmos: de que forma a nossa posição piorou desde o início da guerra? Piorou pelo facto de que os alemães conquistaram grande parte da costa da Europa Ocidental e muitos países pequenos foram invadidos. Isso agrava as possibilidades de um ataque aéreo e soma-se às nossas preocupações navais. Isso não diminui de modo algum – pelo contrário, definitivamente aumenta – o poder do nosso cerco de longa distância. De modo semelhante, a entrada da Itália na guerra também aumenta o poder de nosso cerco de longa distância. Temos impedido, com isso, os piores furos. Não sabemos se a resistência militar vai durar na França, mas, se isso acontecer, então naturalmente os alemães serão capazes de concentrar as suas forças, tanto militares quanto industriais, sobre nós. Porém, pelas razões que mostrei à Câmara, essas forças não serão fáceis de ser empregadas. Se a invasão, por um lado, se tornou mais iminente, por outro, nós, ao ficarmos isentos da tarefa de manter um grande exército na França, passamos a ter forças mais numerosas e eficientes para enfrentar os alemães.

Se Hitler puder trazer para o seu despótico controle as indústrias dos países que conquistou, isso irá somar à sua já vasta produção de armamentos. Por outro lado, não ocorrerá imediatamente e nós estamos, neste momento, seguros do apoio intenso, contínuo e crescente do Estados Unidos – com suprimentos e todo o tipo de munição – e, especialmente, com aviões e pilotos dos domínios britânicos, que cruzam os oceanos provenientes de regiões fora do alcance dos bombardeiros inimigos.

Não vejo como qualquer um destes fatores possa agir em nosso prejuízo antes da vinda do inverno. E o inverno vai impor pressões sobre o regime nazi, com toda a Europa a suportar e a passar fome sob a sua cruel dominação, o que vai afetá-lo duramente, apesar de toda a sua brutalidade. Não podemos esquecer que, desde o momento em que declarámos guerra, a 3 de setembro, tem sido sempre possível à Alemanha atirar toda a sua Força Aérea contra este país justamente com outros mecanismos de invasão que pudesse conceber – e a França poderia ter feito pouco ou nada para evitar que isso acontecesse. Nós temos, portanto, convivido com o perigo desde o princípio e em formas sutilmente diferentes durante todos estes meses. Neste período, porém, melhorámos enormemente os nossos métodos de defesa e aprendemos algo que não tínhamos como imaginar no começo, ou seja, que o avião e o piloto britânicos têm uma superioridade certa e definida. Portanto, ao analisar este alarmante balanço e ao contemplar os nossos perigos com um olhar verdadeiro, vejo muitas razões para a intensa vigilância e esforço, mas nenhuma razão para pânico ou desespero.

Durante os primeiros quatro anos da última guerra, os aliados experimentaram apenas o desastre e o desapontamento. Este era o nosso medo constante: um golpe após outro, perdas terríveis, perigos horrendos. Tudo declinou. E, mesmo assim, ao fim daqueles quatro anos, a moral dos aliados estava mais alta do que a dos alemães, que iam de um precipício agressivo para outro, que em todos os lugares posavam de invasores triunfantes das terras que haviam violado. Durante aquela guerra, nós perguntávamos inúmeras vezes: como vamos vencer? Ninguém era capaz de responder com muita precisão, até que, no fim, quase repentinamente, quase inesperadamente, o nosso terrível inimigo desmoronou à nossa frente, e ficámos tão saturados com a vitória que, na nossa loucura, a deitámos fora.

Ainda não sabemos o que vai acontecer em França, ou se a resistência será prolongada, tanto na França quanto no Império Francês além-mar. O governo francês desperdiça grandes oportunidades e expõe o seu futuro ao acaso se não continuar a guerra, de acordo com as suas obrigações no tratado, pelo qual não nos sentimos capazes de liberá-los. A Câmara virá a ler a histórica declaração na qual, com o desejo de muitos franceses – e dos nossos próprios corações - proclamamos a nossa vontade, no momento mais negro da História francesa, de concluir uma união comum dos cidadãos nesse combate. Independentemente da forma como os assuntos caminham na França ou com o governo francês, ou com outros governos franceses, nesta ilha e no Império Britânico nunca iremos perder o nosso senso de camaradagem para com o povo francês. Se formos agora convocados para suportar o que eles têm sofrido, vamos imitar a sua coragem, e se a vitória final recompensar os nossos sacrifícios, eles irão partilhar os ganhos, sim, e a liberdade será restaurada para todos. Nós não diminuimos nada de nossas justas demandas, não vamos recuar nem um rabisco ou um traço. Checos, polacos, noruegueses, holandeses e belgas juntaram as suas causas à nossa. Todos serão recompensados.

Aquilo que o general Weygand chamou de “a batalha da França” acabou. A “batalha da Grã-Bretanha” está para começar. Desta batalha depende a sobrevivência da civilização cristã. Dela depende a própria vida britânica e a continuidade das nossas instituições e do nosso império. Toda a fúria e todo o poder inimigo devem muito em breve virar-se contra nós. Hitler sabe que terá de nos derrotar nesta ilha ou perder a guerra. Se nós pudermos enfrentá-lo, toda a Europa poderá ser livre e a vida do mundo poderá continuar na direção de campos amplos e ensolarados. Mas, se nós falharmos, o mundo inteiro – inclusive os Estados Unidos, inclusive todos os que conhecemos e com quem

nos importamos – irá afundar no abismo de uma nova Era de trevas, tornada mais sinistra e talvez mais prolongada, pelas luzes da ciência pervertida. Vamos, portanto, unir-nos em torno dos nossos deveres. E saber que, se o Império Britânico e a Comunidade dos Estados Britânicos (Commonwealth) durarem mil anos, os homens ainda dirão: Este foi o seu melhor momento.

**[Texto original]**

I spoke the other day of the colossal military disaster which occurred when the French High Command failed to withdraw the northern Armies from Belgium at the moment when they knew that the French front was decisively broken at Sedan and on the Meuse. This delay entailed the loss of fifteen or sixteen French divisions and threw out of action for the critical period the whole of the British Expeditionary Force. Our Army and 120,000 French troops were indeed rescued by the British Navy from Dunkirk but only with the loss of their cannon, vehicles and modern equipment. This loss inevitably took some weeks to repair, and in the first two of those weeks the battle in France has been lost.

When we consider the heroic resistance made by the French Army against heavy odds in this battle, the enormous losses inflicted upon the enemy and the evident exhaustion of the enemy, it may well be the thought that these 25 divisions of the best-trained and best-equipped troops might have turned the scale. However, General Weygand had to fight without them. Only three British divisions or their equivalent were able to stand in the line with their French comrades. They have suffered severely, but they have fought well. We sent every man we could to France as fast as we could re-equip and transport their formations.

I am not reciting these facts for the purpose of recrimination. That I judge to be utterly futile and even harmful. We cannot afford it. I recite them in order to explain why it was we did not have, as we could have had, between twelve and fourteen British divisions fighting in the line in this great battle instead of only three. Now I put all this aside. I put it on the shelf, from which the historians, when they have time, will select their documents to tell their stories. We have to think of the future and not of the past. This also applies in a small way to our own affairs at home. There are many who would

hold an inquest in the House of Commons on the conduct of the Governments-and of Parliaments, for they are in it, too-during the years which led up to this catastrophe. They seek to indict those who were responsible for the guidance of our affairs. This also would be a foolish and pernicious process. There are too many in it. Let each man search his conscience and search his speeches. I frequently search mine.

Of this I am quite sure, that if we open a quarrel between the past and the present, we shall find that we have lost the future. Therefore, I cannot accept the drawing of any distinctions between Members of the present Government. It was formed at a moment of crisis in order to unite all the Parties and all sections of opinion. It has received the almost unanimous support of both Houses of Parliament. Its Members are going to stand together, and, subject to the authority of the House of Commons, we are going to govern the country and fight the war. It is absolutely necessary at a time like this that every Minister who tries each day to do his duty shall be respected; and their subordinates must know that their chiefs are not threatened men, men who are here today and gone tomorrow, but that their directions must be punctually and faithfully obeyed. Without this concentrated power we cannot face what lies before us. I should not think it would be very advantageous for the House to prolong this Debate this afternoon under conditions of public stress. Many facts are not clear that will be clear in a short time. We are to have a secret Session on Thursday, and I should think that would be a better opportunity for the many earnest expressions of opinion which Members will desire to make and for the House to discuss vital matters without having everything read the next morning by our dangerous foes.

The disastrous military events which have happened during the past fortnight have not come to me with any sense of surprise. Indeed, I indicated a fortnight ago as clearly as I could to the House that the worst possibilities were open; and I made it perfectly clear then that whatever happened in France would make no difference to the resolve of Britain and the British Empire to fight on, 'if necessary for years, if necessary alone.' During the last few days we have successfully brought off the great majority of the troops we had on the line of communication in France; and seven-eighths of the troops we have sent to France since the beginning of the war-that is to say, about 350,000 out of 400,000 men-are safely back in this country. Others are still fighting with the French, and fighting with considerable success in their local encounters against the enemy. We have also brought

back a great mass of stores, rifles and munitions of all kinds which had been accumulated in France during the last nine months.

We have, therefore, in this Island today a very large and powerful military force. This force comprises all our best-trained and our finest troops, including scores of thousands of those who have already measured their quality against the Germans and found themselves at no disadvantage. We have under arms at the present time in this Island over a million and a quarter men. Behind these we have the Local Defence Volunteers, numbering half a million, only a portion of whom, however, are yet armed with rifles or other firearms. We have incorporated into our Defence Forces every man for whom we have a weapon. We expect very large additions to our weapons in the near future, and in preparation for this we intend forthwith to call up, drill and train further large numbers. Those who are not called up, or else are employed during the vast business of munitions production in all its branches-and their ramifications are innumerable-will serve their country best by remaining at their ordinary work until they receive their summons. We have also over here Dominion armies. The Canadians had actually landed in France, but have now been safely withdrawn, much disappointed, but in perfect order, with all their artillery and equipment. And these very high-class forces from the Dominions will now take part in the defence of the Mother Country.

Lest the account which I have given of these large forces should raise the question: Why did they not take part in the great battle in France? I must make it clear that, apart from the divisions training and organizing at home, only 12 divisions were equipped to fight upon a scale which justified their being sent abroad. And this was fully up to the number which the French had been led to expect would be available in France at the ninth month of the war. The rest of our forces at home have a fighting value for home defence which will, of course, steadily increase every week that passes. Thus, the invasion of Great Britain would at this time require the transportation across the sea of hostile armies on a very large scale, and after they had been so transported they would have to be continually maintained with all the masses of munitions and supplies which are required for continuous battle-as continuous battle it will surely be.

Here is where we come to the Navy-and after all, we have a Navy. Some people seem to forget that we have a Navy. We must remind them. For the last thirty years I have been concerned in discussions about the possibilities of oversea invasion, and I took the

responsibility on behalf of the Admiralty, at the beginning of the last war, of allowing all regular troops to be sent out of the country. That was a very serious step to take, because our Territorials had only just been called up and were quite untrained. Therefore, this Island was for several months particularly denuded of fighting troops. The Admiralty had confidence at that time in their ability to prevent a mass invasion even though at that time the Germans had a magnificent battle fleet in the proportion of 10 to 16, even though they were capable of fighting a general engagement every day and any day, whereas now they have only a couple of heavy ships worth speaking of—the Scharnhorst and the Gneisenau. We are also told that the Italian Navy is to come out and gain sea superiority in these waters. If they seriously intend it, I shall only say that we shall be delighted to offer Signor Mussolini a free and safeguarded passage through the Strait of Gibraltar in order that he may play the part to which he aspires. There is a general curiosity in the British Fleet to find out whether the Italians are up to the level they were at in the last war or whether they have fallen off at all.

Therefore, it seems to me that as far as sea-borne invasion on a great scale is concerned, we are far more capable of meeting it today than we were at many periods in the last war and during the early months of this war, before our other troops were trained, and while the B.E.F. had proceeded abroad. Now, the Navy have never pretended to be able to prevent raids by bodies of 5,000 or 10,000 men flung suddenly across and thrown ashore at several points on the coast some dark night or foggy morning. The efficacy of sea power, especially under modern conditions, depends upon the invading force being of large size; It has to be of large size, in view of our military strength, to be of any use. If it is of large size, then the Navy have something they can find and meet and, as it were, bite on. Now, we must remember that even five divisions, however lightly equipped, would require 200 to 250 ships, and with modern air reconnaissance and photography it would not be easy to collect such an armada, marshal it, and conduct it across the sea without any powerful naval forces to escort it; and there would be very great possibilities, to put it mildly, that this armada would be intercepted long before it reached the coast, and all the men drowned in the sea or, at the worst blown to pieces with their equipment while they were trying to land. We also have a great system of minefields, recently strongly reinforced, through which we alone know the channels. If the enemy tries to sweep passages through these minefields, it will be the task of the Navy to destroy the

mine-sweepers and any other forces employed to protect them. There should be no difficulty in this, owing to our great superiority at sea.

Those are the regular, well-tested, well-proved arguments on which we have relied during many years in peace and war. But the question is whether there are any new methods by which those solid assurances can be circumvented. Odd as it may seem, some attention has been given to this by the Admiralty, whose prime duty and responsibility is to destroy any large sea-borne expedition before it reaches, or at the moment when it reaches, these shores. It would not be a good thing for me to go into details of this. It might suggest ideas to other people which they have not thought of, and they would not be likely to give us any of their ideas in exchange. All I will say is that untiring vigilance and mind-searching must be devoted to the subject, because the enemy is crafty and cunning and full of novel treacheries and stratagems. The House may be assured that the utmost ingenuity is being displayed and imagination is being evoked from large numbers of competent officers, well-trained in tactics and thoroughly up to date, to measure and counterwork novel possibilities. Untiring vigilance and untiring searching of the mind is being, and must be, devoted to the subject, because, remember, the enemy is crafty and there is no dirty trick he will not do.

Some people will ask why, then, was it that the British Navy was not able to prevent the movement of a large army from Germany into Norway across the Skagerrak? But the conditions in the Channel and in the North Sea are in no way like those which prevail in the Skagerrak. In the Skagerrak, because of the distance, we could give no air support to our surface ships, and consequently, lying as we did close to the enemy's main air power, we were compelled to use only our submarines. We could not enforce the decisive blockade or interruption which is possible from surface vessels. Our submarines took a heavy toll but could not, by themselves, prevent the invasion of Norway. In the Channel and in the North Sea, on the other hand, our superior naval surface forces, aided by our submarines, will operate with close and effective air assistance.

This brings me, naturally, to the great question of invasion from the air, and of the impending struggle between the British and German Air Forces. It seems quite clear that no invasion on a scale beyond the capacity of our land forces to crush speedily is likely to take place from the air until our Air Force has been definitely overpowered. In the meantime, there may be raids by parachute troops and attempted descents of airborne

soldiers. We should be able to give those gentry a warm reception both in the air and on the ground, if they reach it in any condition to continue the dispute. But the great question is: Can we break Hitler's air weapon? Now, of course, it is a very great pity that we have not got an Air Force at least equal to that of the most powerful enemy within striking distance of these shores. But we have a very powerful Air Force which has proved itself far superior in quality, both in men and in many types of machine, to what we have met so far in the numerous and fierce air battles which have been fought with the Germans. In France, where we were at a considerable disadvantage and lost many machines on the ground when they were standing round the aerodromes, we were accustomed to inflict in the air losses of as much as two and two-and-a-half to one. In the fighting over Dunkirk, which was a sort of no-man's-land, we undoubtedly beat the German Air Force, and gained the mastery of the local air, inflicting here a loss of three or four to one day after day. Anyone who looks at the photographs which were published a week or so ago of the re-embarkation, showing the masses of troops assembled on the beach and forming an ideal target for hours at a time, must realize that this re-embarkation would not have been possible unless the enemy had resigned all hope of recovering air superiority at that time and at that place.

In the defence of this Island the advantages to the defenders will be much greater than they were in the fighting around Dunkirk. We hope to improve on the rate of three or four to one which was realized at Dunkirk; and in addition all our injured machines and their crews which get down safely-and, surprisingly, a very great many injured machines and men do get down safely in modern air fighting-all of these will fall, in an attack upon these Islands, on friendly soil and live to fight another day; whereas all the injured enemy machines and their complements will be total losses as far as the war is concerned.

During the great battle in France, we gave very powerful and continuous aid to the French Army, both by fighters and bombers; but in spite of every kind of pressure we never would allow the entire metropolitan fighter strength of the Air Force to be consumed. This decision was painful, but it was also right, because the fortunes of the battle in France could not have been decisively affected even if we had thrown in our entire fighter force. That battle was lost by the unfortunate strategical opening, by the extraordinary and unforeseen power of the armored columns, and by the great

preponderance of the German Army in numbers. Our fighter Air Force might easily have been exhausted as a mere accident in that great struggle, and then we should have found ourselves at the present time in a very serious plight. But as it is, I am happy to inform the House that our fighter strength is stronger at the present time relatively to the Germans, who have suffered terrible losses, than it has ever been; and consequently we believe ourselves possessed of the capacity to continue the war in the air under better conditions than we have ever experienced before. I look forward confidently to the exploits of our fighter pilots-these splendid men, this brilliant youth-who will have the glory of saving their native land, their island home, and all they love, from the most deadly of all attacks.

There remains, of course, the danger of bombing attacks, which will certainly be made very soon upon us by the bomber forces of the enemy. It is true that the German bomber force is superior in numbers to ours; but we have a very large bomber force also, which we shall use to strike at military targets in Germany without intermission. I do not at all underrate the severity of the ordeal which lies before us; but I believe our countrymen will show themselves capable of standing up to it, like the brave men of Barcelona, and will be able to stand up to it, and carry on in spite of it, at least as well as any other people in the world. Much will depend upon this; every man and every woman will have the chance to show the finest qualities of their race, and render the highest service to their cause. For all of us, at this time, whatever our sphere, our station, our occupation or our duties, it will be a help to remember the famous lines: He nothing common did or mean, Upon that memorable scene.

I have thought it right upon this occasion to give the House and the country some indication of the solid, practical grounds upon which we base our inflexible resolve to continue the war. There are a good many people who say, "Never mind. Win or lose, sink or swim, better die than submit to tyranny-and such a tyranny." And I do not dissociate myself from them. But I can assure them that our professional advisers of the three Services unitedly advise that we should carry on the war, and that there are good and reasonable hopes of final victory. We have fully informed and consulted all the self-governing Dominions, these great communities far beyond the oceans who have been built up on our laws and on our civilization, and who are absolutely free to choose their course, but are absolutely devoted to the ancient Motherland, and who feel themselves

inspired by the same emotions which lead me to stake our all upon duty and honour. We have fully consulted them, and I have received from their Prime Ministers, Mr. Mackenzie King of Canada, Mr. Menzies of Australia, Mr. Fraser of New Zealand, and General Smuts of South Africa-that wonderful man, with his immense profound mind, and his eye watching from a distance the whole panorama of European affairs-I have received from all these eminent men, who all have Governments behind them elected on wide franchises, who are all there because they represent the will of their people, messages couched in the most moving terms in which they endorse our decision to fight on, and declare themselves ready to share our fortunes and to persevere to the end. That is what we are going to do.

We may now ask ourselves: In what way has our position worsened since the beginning of the war? It has worsened by the fact that the Germans have conquered a large part of the coast line of Western Europe, and many small countries have been overrun by them. This aggravates the possibilities of air attack and adds to our naval preoccupations. It in no way diminishes, but on the contrary definitely increases, the power of our long-distance blockade. Similarly, the entrance of Italy into the war increases the power of our long-distance blockade. We have stopped the worst leak by that. We do not know whether military resistance will come to an end in France or not, but should it do so, then of course the Germans will be able to concentrate their forces, both military and industrial, upon us. But for the reasons I have given to the House these will not be found so easy to apply. If invasion has become more imminent, as no doubt it has, we, being relieved from the task of maintaining a large army in France, have far larger and more efficient forces to meet it.

If Hitler can bring under his despotic control the industries of the countries he has conquered, this will add greatly to his already vast armament output. On the other hand, this will not happen immediately, and we are now assured of immense, continuous and increasing support in supplies and munitions of all kinds from the United States; and especially of aeroplanes and pilots from the Dominions and across the oceans coming from regions which are beyond the reach of enemy bombers.

I do not see how any of these factors can operate to our detriment on balance before the winter comes; and the winter will impose a strain upon the Nazi regime, with almost all Europe writhing and starving under its cruel heel, which, for all their

ruthlessness, will run them very hard. We must not forget that from the moment when we declared war on the 3rd September it was always possible for Germany to turn all her Air Force upon this country, together with any other devices of invasion she might conceive, and that France could have done little or nothing to prevent her doing so. We have, therefore, lived under this danger, in principle and in a slightly modified form, during all these months. In the meanwhile, however, we have enormously improved our methods of defence, and we have learned what we had no right to assume at the beginning, namely, that the individual aircraft and the individual British pilot have a sure and definite superiority. Therefore, in casting up this dread balance sheet and contemplating our dangers with a disillusioned eye, I see great reason for intense vigilance and exertion, but none whatever for panic or despair.

During the first four years of the last war the Allies experienced nothing but disaster and disappointment. That was our constant fear: one blow after another, terrible losses, frightful dangers. Everything miscarried. And yet at the end of those four years the morale of the Allies was higher than that of the Germans, who had moved from one aggressive triumph to another, and who stood everywhere triumphant invaders of the lands into which they had broken. During that war we repeatedly asked ourselves the question: How are we going to win? and no one was able ever to answer it with much precision, until at the end, quite suddenly, quite unexpectedly, our terrible foe collapsed before us, and we were so glutted with victory that in our folly we threw it away.

We do not yet know what will happen in France or whether the French resistance will be prolonged, both in France and in the French Empire overseas. The French Government will be throwing away great opportunities and casting adrift their future if they do not continue the war in accordance with their Treaty obligations, from which we have not felt able to release them. The House will have read the historic declaration in which, at the desire of many Frenchmen-and of our own hearts-we have proclaimed our willingness at the darkest hour in French history to conclude a union of common citizenship in this struggle. However matters may go in France or with the French Government, or other French Governments, we in this Island and in the British Empire will never lose our sense of comradeship with the French people. If we are now called upon to endure what they have been suffering, we shall emulate their courage, and if final victory rewards our toils they shall share the gains, aye, and freedom shall be restored to

all. We abate nothing of our just demands; not one jot or tittle do we recede. Czechs, Poles, Norwegians, Dutch, Belgians have joined their causes to our own. All these shall be restored.

What General Weygand called the Battle of France is over. I expect that the Battle of Britain is about to begin. Upon this battle depends the survival of Christian civilization. Upon it depends our own British life, and the long continuity of our institutions and our Empire. The whole fury and might of the enemy must very soon be turned on us. Hitler knows that he will have to break us in this Island or lose the war. If we can stand up to him, all Europe may be free and the life of the world may move forward into broad, sunlit uplands. But if we fail, then the whole world, including the United States, including all that we have known and cared for, will sink into the abyss of a new Dark Age made more sinister, and perhaps more protracted, by the lights of perverted science. Let us therefore brace ourselves to our duties, and so bear ourselves that, if the British Empire and its Commonwealth last for a thousand years, men will still say, "This was their finest hour."

## **Anexo 4 - “Os Poucos” (1940d)**

Quase um ano já se passou desde que a guerra começou. E é natural para nós, eu penso, fazer uma pausa na nossa caminhada neste marco histórico e avaliar o contexto, amplo e sombrio. É também útil comparar o primeiro ano desta segunda guerra contra a agressão alemã com o seu equivalente de um quarto de século atrás. Embora esta guerra seja uma continuação da última, há amplas diferenças aparentes na sua natureza. Na última guerra, milhões de homens lutaram arremessando enormes quantidades de aço uns contra os outros. “Homens e balas” era o lema – e a consequência foi um prodigioso massacre.

Nesta guerra, nada de semelhante ocorreu até agora. É um conflito de estratégia, organização, aparato técnico, ciência, mecânica e moral. As baixas britânicas nos primeiros doze meses da Primeira Guerra chegaram a 365 mil. Nesta guerra, sou grato ao dizer que, os britânicos mortos, feridos, prisioneiros e desaparecidos, inclusive civis, não excederam 92 mil - e destes uma boa proporção está viva, mantida como prisioneiros de guerra. Olhando com extensão ao redor, pode-se dizer que, por toda a Europa, para cada homem ou ferido no primeiro ano, cinco foram mortos ou feridos em 1914-15.

O massacre é apenas uma pequena fração, mas as consequências para os beligerantes têm sido ainda mais mortais. Vimos grandes países, com poderosos exércitos, deixar de ter uma existência coerente em poucas semanas. Vimos a República Francesa e o renomado exército francês abatidos, em completa e total submissão, com um volume muito menor de baixas do que as sofridas em qualquer uma de meia dúzia de batalhas entre 1914 e 1918.

O corpo inteiro – quase a alma – da França sucumbiu a efeitos físicos incomparavelmente menos terríveis do que aqueles que foram suportados com heroísmo e destemida força de vontade há 25 anos atrás. Embora até ao momento a perda de vidas tenha sido menor, as decisões tomadas no curso do conflito são mais profundas sobre o destino das nações do que qualquer coisa que algum dia tenha acontecido, desde os tempos da barbárie. Movimentos são feitos em planos estratégicos e científicos, vantagens são obtidas por meios mecânicos. Como resultado, dezenas de milhões de homens se tornam incapazes de resistir, ou se julgam incapazes de resistir, e um terrível

jogo de xadrez, no qual pessoas infelizes parecem inevitavelmente envolvidas, segue do xeque ao xeque-mate.

Há uma outra diferença óbvia em relação a 1914. Tudo o que respeita às nações em guerra está envolvido, não apenas soldados, mas a população inteira, homens, mulheres e crianças. As frentes de batalha estão por toda parte. As trincheiras são cavadas nas cidades e nas ruas. Cada aldeia é fortificada. Cada estrada está fechada. A linha de frente passa pelas fábricas. Os trabalhadores são soldados com armas diferentes, mas a mesma coragem. Estas são diferenças amplas e bem distintas daquilo que muitos de nós vimos no combate há um quarto de século.

Ao que parece, tudo leva a crer que este novo tipo de guerra é bastante apropriado para a genialidade e os recursos da nação britânica e do Império Britânico. Uma vez que estamos adequadamente equipados e prontos, uma guerra deste tipo será mais favorável para nós do que os tristes massacres do Somme e de Passendale. Se é o caso de termos toda uma nação a lutar e a sofrer em conjunto, isso deve ser apropriado para nós – porque somos a mais unida de todas as nações, por que entramos na guerra pela vontade nacional e com os olhos abertos e porque fomos criados na liberdade e na responsabilidade individual e somos os produtos, não da uniformidade totalitária, mas da tolerância e da diferença.

Se as qualidades se voltam, como está a suceder, para as artes da guerra, podemos demonstrar coisas ao inimigo sobre as quais eles ainda não pensaram. Como os alemães expulsaram os judeus e assim baixaram os padrões técnicos, a nossa ciência está, definitivamente, à frente. A nossa posição geográfica, o comando do mar e a amizade com os Estados Unidos permitem-nos retirar recursos do mundo inteiro e manufaturar armas de todo tipo, particularmente as de qualidade superior, numa escala até aqui praticada apenas pela Alemanha Nazi.

Hitler está disperso por toda a Europa. As nossas fontes ofensivas estão, lentamente, a ser reduzidas. Devemos preparar-nos com resolução e de forma metódica para as campanhas de 1941 e 1942. Dois ou três anos não são muito tempo, mesmo nas nossas curtas e precárias vidas. Não são nada na História da nação. E enquanto estamos a fazer o que há de mais extraordinário no mundo, e temos a honra de ser o único defensor da liberdade em toda a Europa, não devemos ressentir-nos destes anos ou cansar-nos enquanto trabalhamos e lutamos. Isso não significa que, nos próximos anos, as nossas

energias sejam exclusivamente confinadas à nossa defesa e às nossas posses. Muitas oportunidades podem ser abertas no campo na força anfíbia – e devemos estar preparados para tirar vantagens delas.

Uma das maneiras de levar esta guerra a um fim rápido é convencer o inimigo não com palavras, mas com ações, de que temos a vontade e os meios – não só para continuar indefinidamente, mas também para realizar ataques pesados e inesperados. A estrada para a vitória pode não ser tão longa como se espera. Não temos, no entanto, nenhum direito de contar com isso. Seja longa ou curta, áspera ou suave, pretendemos chegar até ao fim.

É a nossa intenção manter e impor um cerco rígido não só à Alemanha mas à Itália, França e a todos os outros países que caíram sob o poder germânico. Leio nos jornais que Herr Hitler também proclamou um cerco rígido às ilhas britânicas. Ninguém pode queixar-se disso. Lembro-me do *Kaiser* fazer isso na última guerra. O que certamente poderia ser alvo de uma reclamação generalizada seria prolongar a agonia de toda a Europa, permitindo que alimentos fossem nutrir os nazis e ajudar o esforço de guerra, ou permitir que os alimentos chegassem aos povos subjugados porque, certamente, seriam roubados pelos conquistadores nazis.

Há muitas propostas, com base nos motivos mais nobres, de que deveria ser permitido aos alimentos passar pelo bloqueio, para o alívio destas populações. Lamento termos de recusar este pedido. Os nazis dizem que criaram uma nova economia unificada na Europa. Dizem, repetidamente, que possuem amplas reservas de alimentos e que podem alimentar os povos cativos.

Numa transmissão de rádio na Alemanha, a 27 de junho, foi dito que, apesar do plano do Sr. Hoover – para aliviar a situação na França, na Bélgica e na Holanda – ser merecedor de aplausos, as forças germânicas já tinham tomado as medidas necessárias. Sabemos que, na Noruega, quando chegaram as tropas alemãs, havia alimentos para um ano. Sabemos que a Polónia, embora não seja um país rico, normalmente produz comida suficiente para o povo. Além disso, nos outros países invadidos por Hitler, todos mantinham consideráveis mantimentos quando os alemães entraram – e são eles mesmos, os alemães, em muitos casos, produtores substanciais de alimentos. Se toda esta comida não está disponível agora, só pode ser porque foi retirada para alimentar o povo da Alemanha e para lhes dar provisões maiores – para variar – durante os últimos poucos meses.

Nesta estação do ano e nos próximos meses, não há a mínima chance de escassez, já que a colheita acabou de ser realizada. As únicas interferências que podem causar fome em qualquer parte da Europa, agora e durante o próximo inverno, são as extorsões ou falhas da Alemanha em distribuir os suprimentos que controla.

Há outro aspeto. Muitos dos alimentos mais valiosos são essenciais para a manufatura de material de guerra. Gorduras são utilizadas para explosivos. Batatas fazem o álcool utilizado na energia dos motores. Os materiais plásticos, agora tão amplamente utilizados na construção de aviões, são feitos de leite. Se os alemães usam estas mercadorias para ajudá-los a bombardear as nossas mulheres e crianças, ao invés de alimentar as populações que as produzem, podemos estar certos de que os alimentos importados iriam pelo mesmo caminho, direta ou indiretamente, ou então seriam empregados para aliviar o inimigo das responsabilidades que assumiu de forma tão imoral.

Vamos deixar que Hitler assuma as responsabilidades por completo. Vamos deixar que os povos da Europa, que gemem debaixo de opressão, colaborem da forma que for para a chegada do dia em que esta opressão será partida. Enquanto isso, nós podemos e vamos organizar-nos para uma entrada rápida de alimentos em qualquer área escravizada, no momento em que esta área estiver livre das forças alemãs e tiver recuperado novamente a liberdade. Vamos fazer o melhor para encorajar a formação de reservas de alimentos em todo o mundo, para que esteja sempre claro para os povos da Europa, incluindo – e digo deliberadamente – os povos da Alemanha e da Áustria, a certeza de que a ruína do poder nazi irá trazer comida, liberdade e paz.

Pouco mais de um trimestre passou desde que o novo governo chegou ao poder neste país. Que cascata de desastres desabou sobre nós deste então. Os holandeses confiantes subjugados; o seu amado e respeitado soberano levado ao exílio; a pacífica cidade de Roterdão palco de um massacre tão repugnante e brutal como qualquer outro na Guerra dos Trinta Anos. A Bélgica invadida e derrotada; a nossa Força Expedicionária, chamada pelo rei Leopoldo para seu socorro, bloqueada e quase capturada, escapando apenas por um milagre, e com a perda de todo o equipamento; o nosso aliado, a França, de fora; Itália contra nós; toda a França em poder do inimigo, com todo o seu arsenal e vastas quantidades de material militar, convertidas ou conversíveis, para uso do inimigo; um governo fantoche organizado em Vichy, que pode a qualquer momento ser forçado a ser nosso inimigo; a costa ocidental da Europa, desde o Cabo Norte até a fronteira

espanhola, nas mãos dos alemães; todos os portos e todos os aeroportos virados contra nós, como trampolins potenciais para uma invasão. Além disso, o poderio aéreo alemão, até agora numericamente superior ao nosso, foi encaminhado para tão perto da nossa ilha que aquilo que costumávamos temer já foi ultrapassado, e os bombardeiros hostis não só atingem a nossa costa em poucos minutos, e vindos de muitas direções, mas ainda são escoltados por caças.

Bem, senhores, se tivéssemos sido confrontados no começo em maio com tal perspectiva, teria parecido incrível que – ao fim do período de horror e desastre, ou neste momento, num período de horror e desastre – pudéssemos permanecer erguidos, seguros de nós mesmos, senhores do nosso destino e com a convicção da vitória final, queimando, de forma insaciável, os nossos corações. Poucos teriam acreditado que poderíamos sobreviver. Ninguém teria acreditado que nos sentiríamos não só mais fortes hoje como mais fortes do que éramos anteriormente.

Vejamos o que aconteceu do outro lado da moeda. A nação britânica e o Império Britânico, sozinhos, mantiveram-se firmes, sem medo do desastre. Ninguém se amedrontou ou tremeu. Pelo contrário – alguns que anteriormente pensavam na paz agora só pensam na guerra. O povo está unido e mais determinado do que nunca. A morte e a ruína tornaram-se coisas pequenas, comparadas com a vergonha da derrota e do fracasso no dever.

Não podemos dizer o que vem pela frente. Pode ser que até mesmo piores experiências estejam à nossa frente. Vamos enfrentar o que quer que venha até nós. Estamos seguros de nós próprios e da nossa causa, e este é o fator supremo que surgiu nestes meses de julgamento.

Ao mesmo tempo fortalecemos os nossos corações e a nossa ilha. Rearmamos e reconstruímos os exércitos num grau que seria considerado impossível há alguns meses. Transportámos pelo Atlântico, durante o mês de julho, graças aos nossos amigos do lado de lá, uma enorme quantidade de munições de todos os tipos: canhões, rifles, metralhadoras, cartuchos e balas, todos trazidos à terra com segurança, sem a perda de um revólver ou de uma bala. O produto de nossas fábricas, trabalhando como nunca trabalharam antes, está sendo alocado às nossas tropas. A totalidade do exército britânico está em casa. Hoje à noite, mais de dois milhões de homens determinados têm rifles e baionetas nas mãos – e três quartos estão em formações militares normais. Nunca antes,

na nossa ilha, tivemos exércitos como estes em tempos de guerra. A ilha inteira se enfurece contra invasores do mar ou do ar.

Como expliquei à Casa em meados de junho, quanto mais forte for o exército em casa, tanto maior pode ser a expedição invasora – e quanto maior a expedição invasora, mais fácil será a tarefa da Marinha de detetar o agrupamento e de interceptá-lo e destruí-lo em movimento; e maior ainda seria a dificuldade de alimentar e abastecer os invasores caso algum dia eles pousassem, no momento de um contínuo ataque naval e/ou aéreo às suas comunicações. Tudo isso é doutrina clássica e venerável. Como no tempo de Nelson, prevalece a máxima: ‘A nossa primeira linha de defesa é o porto inimigo’. Agora, o reconhecimento aéreo e a fotografia trouxeram para um velho princípio uma nova e poderosa ajuda.

A nossa Marinha está muito mais forte do que estava no início da guerra. O grande fluxo de novas construções iniciadas na deflagração da guerra começa a dar resultado. Esperamos que os nossos amigos do outro lado do oceano nos enviem um reforço tempestivo, para preencher o hiato entre as flotilhas da paz de 1939 e as flotilhas da guerra de 1941. Não há dificuldade em mandar esta ajuda. Os mares e os oceanos estão abertos. Os submarinos alemães estão contidos. A mina magnética tem sido, até à data, utilizada com eficiência. A tonelagem mercantil e sob bandeira britânica, depois de um ano de guerra contra os U-boats (submarinos), depois de oito meses de intenso ataque com minas, é maior do que quando começamos. Além disso, temos sob o nosso controlo quatro milhões de toneladas da marinha mercante dos países subjugados, que se refugiaram aqui ou nos portos do império. As nossas provisões de alimentos de todos os tipos são mais abundantes do que nos dias de paz, e um programa grande e crescente de produção de alimentos está de pé.

Por que digo tudo isso? Não é, seguramente, para ostentar. Não é, seguramente, para dar o mínimo de apoio à complacência. Os perigos que enfrentamos ainda são enormes, mas também assim são as nossas vantagens e os nossos recursos.

Faço estes relatos porque o povo tem direito em saber que há fundamentos sólidos para a confiança que sentimos e que temos boas razões para acreditar que somos capazes, como eu disse, há dois meses, perante um momento sombrio, de continuar a guerra ‘se necessário sozinhos, se necessário durante anos’. Digo também porque o facto do Império Britânico permanecer invencível – e de que ainda há resistência contra o reino

nazi – irá reacender a centelha de esperança no peito de centenas de milhões de homens e mulheres, humilhados ou desesperados por toda a Europa, além dos seus limites. Destas centelhas surgirá a chama que limpa e consome.

A grande batalha aérea que tem vindo a ser travada sobre esta ilha nas últimas semanas tornou-se, recentemente, mais intensa. É muito cedo para tentar prever seja a sua escala, seja a sua duração. Devemos esperar que o inimigo faça novos esforços acima de qualquer um que tenha feito até agora. Aeroportos hostis estão a ser construídos na França e nos Países Baixos, e a movimentação de esquadrilhas para nos atacar prossegue.

É óbvio que Hitler não admitiria uma derrota no ataque aéreo à Grã-Bretanha, sem incorrer num sério prejuízo. Se, depois de todas as ameaças e relatos lúgubres, de gelar o sangue, anunciados pelo mundo, sobre os danos que nos tem imposto – sobre o vasto número de aviões britânicos desfeitos, com tão pouca perda para si mesmo, segundo diz; se, depois de histórias sobre a Grã-Bretanha em pânico, esmagada, que amaldiçoava o Parlamento plutocrático que a levou ao apuro; se, depois de tudo isso, o ataque aéreo fosse forçado a retirar-se, a reputação do Führer e a veracidade das suas declarações podiam ficar seriamente impugnadas. Podemos estar certos, portanto, de que ele continuará a tentar, enquanto ainda tiver poder para o fazer, e enquanto as preocupações que possa ter a respeito da Força Aérea Russa ainda o permitam.

Por outro lado, as condições e a evolução do conflito têm sido, até agora, favoráveis para nós. Há dois meses, eu disse à Câmara que, se na França os nossos aviões de guerra eram capazes de impor perdas numa base de duas ou três para cada um sobre os alemães, e no conflito de Dunquerque – que era uma espécie de terra de ninguém – perdas de três ou quatro para uma, esperávamos que, num ataque contra a ilha, pudéssemos conseguir um resultado ainda melhor. Isto certamente tornou-se verdade. Devemos também lembrar que todas as máquinas e pilotos inimigos, derrubados na ilha ou nos mares que a circundam, ou são destruídos ou são capturados – enquanto que uma proporção considerável das nossas máquinas, e também dos nossos pilotos, é poupada, para, em muitos casos, voltar à ação.

Um vasto e admirável sistema de recuperação, dirigido pelo ministério da Produção Aérea, garante o mais rápido retorno das máquinas danificadas à linha de combate – e o mais cauteloso e rápido uso de todas as peças e materiais sobressalentes. Ao mesmo tempo, o espantoso – mais, o esplêndido – aumento na produção e no reparo

de aviões e motores britânicos, conseguido por Beavenbrook, com talento de organização e iniciativa – que parece magia – tem nos oferecido abundantes reservas de todos os tipos de avião e um fluxo sempre crescente de produção, tanto em quantidade como em qualidade.

O inimigo é, naturalmente, mais numeroso. Mas, a nossa nova produção, como me informam, já é superior – e a produção americana apenas agora começou a chegar. É um facto, como vejo pelos meus relatórios diários, que a nossa frota de bombardeiros e aviões de guerra é agora, após todo este combate, maior do que jamais fora. Seremos capazes de prosseguir na luta aérea indefinidamente, enquanto o inimigo quiser; e quanto mais continuar, mais rápido estaremos perto, primeiro da paridade e depois daquela superioridade nos céus que, em grande medida, define o destino da guerra.

A gratidão de cada casa na nossa ilha, no nosso império, e certamente de todo o mundo, exceto nas moradias dos culpados, vai para os pilotos britânicos que, sem temer as chances e incansáveis no desafio constante e no perigo mortal, mudam o curso dos acontecimentos da guerra, com valentia e devoção. Nunca, no campo do conflito humano, tanto foi devido por tantos a tão poucos.

Todo o nosso afeto vai para os pilotos, cujas ações brilhantes vemos com os nossos próprios olhos, dia após dia. Mas não devemos nunca esquecer de que o tempo todo, noite após noite, mês após mês, as divisões britânicas de bombardeiros viajam para o interior da Alemanha, encontram os alvos na escuridão, e com a mais elevada habilidade de navegação, miram os seus ataques com deliberado cuidado discriminatório – frequentemente sob fogo pesado, frequentemente com sérias perdas – e impõem golpes destrutivos sobre toda a estrutura técnica de guerra do poder nazi. Em nenhuma parte da Força Aérea Real o peso da guerra recai mais fortemente do que sobre os bombardeiros diurnos que desempenharão um papel inestimável no caso de invasão e cujo afeto inabalável foi, entretanto, necessário conter em várias ocasiões.

Podemos verificar os resultados dos bombardeamentos de alvos militares na Alemanha, não só por relatórios que nos chegam de várias fontes, mas também, claro, por fotografia. Não hesito em dizer que este processo de bombardear as indústrias militares, as comunicações da Alemanha e as bases aéreas e armazéns de depósitos a partir dos quais somos atacados – processo esse que continuará numa escada cada vez maior até o fim de guerra – e que pode atingir dimensões até então inimagináveis – oferece um dos

mais certos, senão o mais curto, de todos os caminhos para a vitória. Mesmo que as tropas nazis se posicionem triunfantes no Mar Negro, ou mesmo no Mar Cáspio, mesmo se Hitler estivesse nos portões da Índia, não teria nenhum lucro se, ao mesmo tempo, o aparato econômico e científico do poder de guerra alemão fosse despedaçado e pulverizado em casa.

O facto de que a invasão desta ilha se tornou uma operação muito mais difícil a cada semana que se passou desde que salvamos o Exército em Dunquerque – e devido à nossa grande preponderância no poder marítimo – permite-nos voltar os olhos e a força para o Mediterrâneo, contra aquele inimigo que, sem a mínima provocação, fria e deliberadamente, por ambição e lucro, golpeou a França pelas costas, no momento da sua agonia, e que agora marcha contra nós em África.

A derrota da França tem prejudicado profundamente a nossa posição no que é chamado, de um modo estranho, de Oriente Médio. Na defesa da Somália, por exemplo, contávamos com um ataque das poderosas forças francesas contra os italianos, a partir de Djibuti. Contávamos com o uso das bases aéreas e navais dos franceses no Mediterrâneo, particularmente na costa do norte da África. Contávamos com a frota francesa. Embora a França metropolitana fosse temporariamente invadida, não havia razão para que a Marinha Francesa, parte substancial do Exército Francês, a Força Aérea Francesa e o Império Francês no além-mar não continuassem a lutar ao nosso lado.

Protegida por um poder marítimo avassalador, possuidora de inestimáveis bases estratégicas e de amplos recursos, a França poderia ter permanecido como um dos grandes guerreiros no conflito. Ao fazê-lo, a França teria continuado viva e o Império Francês teria avançado com o Império Britânico para o resgate da independência e da integridade da pátria francesa.

No nosso caso, se tivéssemos sido colocados na terrível posição da França – uma contingência agora felizmente impossível - embora fosse dever de todos os líderes da guerra lutar até o fim, teria sido também o seu dever, como indiquei em meu discurso de 4 de junho, preparar-se tanto quanto possível para a segurança naval do Canadá e dos outros domínios, garantindo que estes tivessem os meios para continuar a luta além dos oceanos. A maioria dos outros países que foram invadidos pela Alemanha até ao momento preservaram-se com coragem e fidelidade. Os checos, os poloneses, os noruegueses, os holandeses, os belgas continuam em campo, de espada na mão, reconhecidos pela Grã-

Bretanha e pelos Estados Unidos com as únicas autoridades representativas e legítimos governos de cada Estado.

Que a França esteja destruída, neste momento, é um crime, não de uma grande e nobre nação, mas dos que são chamados “os homens de Vichy”. Temos uma profunda simpatia pelo povo francês. A nossa velha camaradagem com a França não está morta. Com o General De Gaulle e a sua corajosa equipa, esta camaradagem toma uma forma efetiva. Estes franceses livres foram condenados à morte por Vichy, mas o dia virá, tão certo como o sol nascerá amanhã, em que os seus nomes serão honrados e gravados em pedra nas ruas e aldeias da França restaurada, numa Europa liberada, em plena liberdade e em paz com a sua imagem histórica.

Mas esta convicção que tenho do futuro não pode influenciar os problemas imediatos com que nos confrontamos no Mediterrâneo e na África. Decidiu-se, antes do início da guerra, que não defenderíamos o protetorado da Somália. Esta política foi modificada quando os franceses se entregaram e as nossas pequenas forças ali instaladas – alguns batalhões, algumas armas – foram atacadas pelas tropas italianas, com duas divisões que antes tinham enfrentado os franceses em Djibuti, foi correto retirar os nossos destacamentos, virtualmente intactos, para que pudessem agir noutros lugares. Operações bem maiores, sem dúvida, são iminentes no teatro do Médio Oriente – e certamente não tentarei discutir ou profetizar sobre os seus prováveis rumos. Temos grandes exércitos e diversos meios para reforçá-los. Temos o completo comando do leste do Mediterrâneo. Pretendemos fazer o melhor para prestar contas sobre nós próprios e cumprir fiel e resolutamente todas as nossas obrigações e deveres naquela parte do mundo. Mais do que isso, creio que a Assembleia não gostaria que eu dissesse neste momento.

Muitas pessoas escreveram-me a pedir para fazer, nesta ocasião, uma declaração mais completa dos nossos propósitos na guerra – e do tipo de paz que queremos ter depois da guerra – do que aquela que está contida na considerável declaração feita no início do outono. Desde então, fizemos acordos com a Noruega, a Holanda e a Bélgica. Reconhecemos o governo no trecho do Doutor Benes e dissemos ao general De Gaulle que o nosso levará consigo a restauração da França.

Não acho que seja prudente no momento, enquanto a batalha é intensa e a guerra ainda está, talvez, no estágio inicial, embarcar em especulações sobre a forma futura que deve ser dada à Europa ou sobre as novas garantias que devem ser concebidas para que a

humanidade seja poupada das misérias de uma Terceira Guerra Mundial. O terreno não é novo, tem sido frequentemente analisado e explorado – e muitas ideias são tidas em comum por todos os homens bons e livres. Contudo, antes que possamos levar adiante a tarefa da reconstrução, temos não só de estar convencidos, mas também de convencer todos os outros países de que a tirania nazi será no fim derrotada.

O direito de guiar o curso da história mundial é o preço mais nobre da vitória. Ainda estamos na subida da montanha. Ainda não atingimos o topo. Ainda não podemos estudar a paisagem ou imaginar qual estará quando aquela tão esperada manhã chegar. A tarefa que está imediatamente à frente é mais prática, mais simples e mais severa. Espero – na verdade, rezo – para que não sejamos indignos da vitória se, depois de todo este trabalho e atribulação, esta nos for concedida. O que resta é que temos que vencer. Esta é nossa tarefa.

Há, no entanto, um caminho no qual é possível ver à frente de forma um pouco mais clara. Temos de pensar, não só por nós mesmos, mas pela segurança da causa e dos princípios pelos quais lutamos e pelo futuro da Comunidade dos Estados Britânicos.

Há alguns meses, chegamos à conclusão que os interesses dos Estados Unidos e do Império Britânico exigiam que os Estados Unidos tivessem instalações para a defesa naval e aérea do hemisfério ocidental, contra o ataque de um poder nazi que pudesse ter adquirido controle temporário, porém longo, de grande parte da Europa ocidental e dos seus recursos formidáveis.

Tínhamos decidido espontaneamente – sem ser solicitado ou sem receber qualquer incentivo – informar o governo dos Estados Unidos que ficaríamos contentes em colocar tais instalações de defesa à sua disposição, por intermédio de um arrendamento de lugares adequados, nas nossas possessões transatlânticas, para uma segurança mais garantida contra os perigos sem limites do futuro.

O princípio de união de interesses para objetivos comuns entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos desenvolveu-se antes da guerra. Vários acordos foram realizados em relação a algumas pequenas ilhas no Oceano Pacífico, que se tornaram importantes pontos de abastecimento aéreo. Perante toda esta linha de pensamento, encontramos-nos em perfeita harmonia com o governo do Canadá.

Atualmente, uma certa ansiedade é sentida nos Estados Unidos em relação à defesa aérea e naval da sua costa Atlântica – e o presidente Roosevelt recentemente deixou bem claro que gostaria de discutir conosco, com o domínio do Canada e de Newfoundland, o desenvolvimento de instalações navais e aéreas americanas em Newfoundland e nas Antilhas. Não há, logicamente, nenhuma questão relativa à transferência de soberania – isso nunca foi sugerido – ou a qualquer ação que possa ser tomada sem o consentimento ou contra a vontade das várias colônias envolvidas. Mas, de nossa parte, o governo de Sua Majestade está inteiramente de acordo em ceder instalações de defesa aos Estados Unidos, numa base de arrendamento por 99 anos – com a certeza de que os nossos interesses, não mais do que os deles, e os interesses das colônias do Canada e de Newfoundland, serão bem servidos com isso.

Estas são etapas importantes. Sem dúvida, este processo significa que estas duas grandes organizações democráticas de língua inglesa, o Império Britânico e os Estados Unidos, terão de estar interligadas em muitos assuntos para benefício geral e mútuo.

Da minha parte, e olhando para o futuro, não vejo este processo com nenhum temor. E não poderia impedi-lo se assim quisesse – ninguém pode impedi-lo. Como o Mississipi, apenas flui. Que continue fluindo. Que continue fluindo à plena correnteza, de forma inexorável, irresistível, benigna, em direção a terras mais amplas e dias melhores.

### **[Texto original]**

Almost a year has passed since the war began, and it is natural for us, I think, to pause on our journey at this milestone and survey the dark, wide field. It is also useful to compare the first year of this second war against German aggression with its forerunner a quarter of a century ago. Although this war is in fact only a continuation of the last, very great differences in its character are apparent. In the last war millions of men fought by hurling enormous masses of steel at one another. “Men and shells” was the cry, and prodigious slaughter was the consequence.

In this war nothing of this kind has yet appeared. It is a conflict of strategy, of organisation, of technical apparatus, of science, mechanics, and morale. The British casualties in the first 12 months of the Great War amounted to 365,000. In this war, I am thankful to say, British killed, wounded, prisoners, and missing, including civilians, do

not exceed 92,000, and of these a large proportion are alive as prisoners of war. Looking more widely around, one may say that throughout all Europe for one man killed or wounded in the first year perhaps five were killed or wounded in 1914-15.

The slaughter is only a small fraction, but the consequences to the belligerents have been even more deadly. We have seen great countries with powerful armies dashed out of coherent existence in a few weeks. We have seen the French Republic and the renowned French Army beaten into complete and total submission with less than the casualties which they suffered in any one of half a dozen of the battles of 1914-18.

The entire body – it might almost seem at times the soul – of France has succumbed to physical effects incomparably less terrible than those which were sustained with fortitude and undaunted will power 25 years ago. Although up to the present the loss of life has been mercifully diminished, the decisions reached in the course of the struggle are even more profound upon the fate of nations than anything that has ever happened since barbaric times. Moves are made upon the scientific and strategic boards, advantages are gained by mechanical means, as a result of which scores of millions of men become incapable of further resistance, or judge themselves incapable of further resistance, and a fearful game of chess proceeds from check to mate by which the unhappy players seem to be inexorably bound.

There is another more obvious difference from 1914. The whole of the warring nations are engaged, not only soldiers, but the entire population, men, women, and children. The fronts are everywhere. The trenches are dug in the towns and streets. Every village is fortified. Every road is barred. The front line runs through the factories. The workmen are soldiers with different weapons but the same courage. These are great and distinctive changes from what many of us saw in the struggle of a quarter of a century ago.

There seems to be every reason to believe that this new kind of war is well suited to the genius and the resources of the British nation and the British Empire and that, once we get properly equipped and properly started, a war of this kind will be more favourable to us than the sombre mass slaughters of the Somme and Passchendaele. If it is a case of the whole nation fighting and suffering together, that ought to suit us, because we are the most united of all the nations, because we entered the war upon the national will and with our eyes open, and because we have been nurtured in freedom and individual

responsibility and are the products, not of totalitarian uniformity but of tolerance and variety.

If all these qualities are turned, as they are being turned, to the arts of war, we may be able to show the enemy quite a lot of things that they have not thought of yet. Since the Germans drove the Jews out and lowered their technical standards, our science is definitely ahead of theirs. Our geographical position, the command of the sea, and the friendship of the United States enable us to draw resources from the whole world and to manufacture weapons of war of every kind, but especially of the superfine kinds, on a scale hitherto practised only by Nazi Germany.

Hitler is now sprawled over Europe. Our offensive springs are being slowly compressed, and we must resolutely and methodically prepare ourselves for the campaigns of 1941 and 1942. Two or three years are not a long time, even in our short, precarious lives. They are nothing in the history of the nation, and when we are doing the finest thing in the world, and have the honour to be the sole champion of the liberties of all Europe, we must not grudge these years of weary as we toil and struggle through them. It does not follow that our energies in future years will be exclusively confined to defending ourselves and our possessions. Many opportunities may lie open to amphibious power, and we must be ready to take advantage of them.

One of the ways to bring this war to a speedy end is to convince the enemy, not by words, but by deeds, that we have both the will and the means, not only to go on indefinitely but to strike heavy and unexpected blows. The road to victory may not be so long as we expect. But we have no right to count upon this. Be it long or short, rough or smooth, we mean to reach our journey's end.

It is our intention to maintain and enforce a strict blockade not only of Germany but of Italy, France, and all the other countries that have fallen into the German power. I read in the papers that Herr Hitler has also proclaimed a strict blockade of the British Islands. No one can complain of that. I remember the Kaiser doing it in the last war. What indeed would be a matter of general complaint would be if we were to prolong the agony of all Europe by allowing food to come in to nourish the Nazis and aid their war effort, or to allow food to go in to the subjugated peoples, which certainly would be pillaged off them by their Nazi conquerors.

There have been many proposals, founded on the highest motives, that food should be allowed to pass the blockade for the relief of these populations. I regret that we must refuse these requests. The Nazis declare that they have created a new unified economy in Europe. They have repeatedly stated that they possess ample reserves of food and that they can feed their captive peoples.

In a German broadcast of 27th June it was said that while Mr. Hoover's plan for relieving France, Belgium, and Holland deserved commendation, the German forces had already taken the necessary steps. We know that in Norway when the German troops went in, there were food supplies to last for a year. We know that Poland, though not a rich country, usually produces sufficient food for her people. Moreover, the other countries which Herr Hitler has invaded all held considerable stocks when the Germans entered and are themselves, in many cases, very substantial food producers. If all this food is not available now, it can only be because it has been removed to feed the people of Germany and to give them increased rations – for a change – during the last few months.

At this season of the year and for some months to come, there is the least chance of scarcity as the harvest has just been gathered in. The only agencies which can create famine in any part of Europe now and during the coming winter, will be German exactions or German failure to distribute the supplies which they command.

There is another aspect. Many of the most valuable foods are essential to the manufacture of vital war material. Fats are used to make explosives. Potatoes make the alcohol for motor spirit. The plastic materials now so largely used in the construction of aircraft are made of milk. If the Germans use these commodities to help them to bomb our women and children, rather than to feed the populations who produce them, we may be sure that imported foods would go the same way, directly or indirectly, or be employed to relieve the enemy of the responsibilities he has so wantonly assumed.

Let Hitler bear his responsibilities to the full and let the peoples of Europe who groan beneath his yoke aid in every way the coming of the day when that yoke will be broken. Meanwhile, we can and we will arrange in advance for the speedy entry of food into any part of the enslaved area, when this part has been wholly cleared of German forces, and has genuinely regained its freedom. We shall do our best to encourage the building up of reserves of food all over the world, so that there will always be held up before the eyes of the peoples of Europe, including – I say deliberately – the German and

Austrian peoples, the certainty that the shattering of the Nazi power will bring to them all immediate food, freedom and peace.

Rather more than a quarter of a year has passed since the new Government came into power in this country. What a cataract of disaster has poured out upon us since then. The trustful Dutch overwhelmed; their beloved and respected Sovereign driven into exile; the peaceful city of Rotterdam the scene of a massacre as hideous and brutal as anything in the Thirty Years' War. Belgium invaded and beaten down; our own fine Expeditionary Force, which King Leopold called to his rescue, cut off and almost captured, escaping as it seemed only by a miracle and with the loss of all its equipment; our Ally, France, out; Italy in against us; all France in the power of the enemy, all its arsenals and vast masses of military material converted or convertible to the enemy's use; a puppet Government set up at Vichy which may at any moment be forced to become our foe; the whole Western seaboard of Europe from the North Cape to the Spanish frontier in German hands; all the ports, all the air-fields on this immense front, employed against us as potential springboards of invasion. Moreover, the German air power, numerically so far outstripping ours, has been brought so close to our Island that what we used to dread greatly has come to pass and the hostile bombers not only reach our shores in a few minutes and from many directions, but can be escorted by their fighting aircraft.

Why, Sir, if we had been confronted at the beginning of May with such a prospect, it would have seemed incredible that at the end of a period of horror and disaster, or at this point in a period of horror and disaster, we should stand erect, sure of ourselves, masters of our fate and with the conviction of final victory burning unquenchable in our hearts. Few would have believed we could survive; none would have believed that we should to-day not only feel stronger but should actually be stronger than we have ever been before.

Let us see what has happened on the other side of the scales. The British nation and the British Empire finding themselves alone, stood undismayed against disaster. No one flinched or wavered; nay, some who formerly thought of peace, now think only of war. Our people are united and resolved, as they have never been before. Death and ruin have become small things compared with the shame of defeat or failure in duty.

We cannot tell what lies ahead. It may be that even greater ordeals lie before us. We shall face whatever is coming to us. We are sure of ourselves and of our cause and that is the supreme fact which has emerged in these months of trial.

Meanwhile, we have not only fortified our hearts but our Island. We have rearmed and rebuilt our armies in a degree which would have been deemed impossible a few months ago. We have ferried across the Atlantic, in the month of July, thanks to our friends over there, an immense mass of munitions of all kinds, cannon, rifles, machine-guns, cartridges, and shell, all safely landed without the loss of a gun or a round. The output of our own factories, working as they have never worked before, has poured forth to the troops. The whole British Army is at home. More than 2,000,000 determined men have rifles and bayonets in their hands to-night and three-quarters of them are in regular military formations. We have never had armies like this in our Island in time of war. The whole Island bristles against invaders, from the sea or from the air.

As I explained to the House in the middle of June, the stronger our Army at home, the larger must the invading expedition be, and the larger the invading expedition, the less difficult will be the task of the Navy in detecting its assembly and in intercepting and destroying it on passage; and the greater also would be the difficulty of feeding and supplying the invaders if ever they landed, in the teeth of continuous naval and air attack on their communications. All this is classical and venerable doctrine. As in Nelson's day, the maxim holds, "Our first line of defence is the enemy's ports." Now air reconnaissance and photography have brought to an old principle a new and potent aid.

Our Navy is far stronger than it was at the beginning of the war. The great flow of new construction set on foot at the outbreak is now beginning to come in. We hope our friends across the ocean will send us a timely reinforcement to bridge the gap between the peace flotillas of 1939 and the war flotillas of 1941. There is no difficulty in sending such aid. The seas and oceans are open. The U-boats are contained. The magnetic mine is, up to the present time, effectively mastered. The merchant tonnage under the British flag, after a year of unlimited U-boat war, after eight months of intensive mining attack, is larger than when we began. We have, in addition, under our control at least 4,000,000 tons of shipping from the captive countries which has taken refuge here or in the harbours of the Empire. Our stocks of food of all kinds are far more abundant than in the days of peace and a large and growing programme of food production is on foot.

Why do I say all this? Not assuredly to boast; not assuredly to give the slightest countenance to complacency. The dangers we face are still enormous, but so are our advantages and resources.

I recount them because the people have a right to know that there are solid grounds for the confidence which we feel, and that we have good reason to believe ourselves capable, as I said in a very dark hour two months ago, of continuing the war “if necessary alone, if necessary for years.” I say it also because the fact that the British Empire stands invincible, and that Nazidom is still being resisted, will kindle again the spark of hope in the breasts of hundreds of millions of downtrodden or despairing men and women throughout Europe, and far beyond its bounds, and that from these sparks there will presently come cleansing and devouring flame.

The great air battle which has been in progress over this Island for the last few weeks has recently attained a high intensity. It is too soon to attempt to assign limits either to its scale or to its duration. We must certainly expect that greater efforts will be made by the enemy than any he has so far put forth. Hostile air fields are still being developed in France and the Low Countries, and the movement of squadrons and material for attacking us is still proceeding.

It is quite plain that Herr Hitler could not admit defeat in his air attack on Great Britain without sustaining most serious injury. If, after all his boastings and blood-curdling threats and lurid accounts trumpeted round the world of the damage he has inflicted, of the vast numbers of our Air Force he has shot down, so he says, with so little loss to himself; if after tales of the panic-stricken British crushed in their holes cursing the plutocratic Parliament which has led them to such a plight; if after all this his whole air onslaught were forced after a while tamely to peter out, the Fuehrer's reputation for veracity of statement might be seriously impugned. We may be sure, therefore, that he will continue as long as he has the strength to do so, and as long as any preoccupations he may have in respect of the Russian Air Force allow him to do so.

On the other hand, the conditions and course of the fighting have so far been favourable to us. I told the House two months ago that whereas in France our fighter aircraft were wont to inflict a loss of two or three to one upon the Germans, and in the fighting at Dunkirk, which was a kind of no-man's-land, a loss of about three or four to one, we expected that in an attack on this Island we should achieve a larger ratio. This

has certainly come true. It must also be remembered that all the enemy machines and pilots which are shot down over our Island, or over the seas which surround it, are either destroyed or captured; whereas a considerable proportion of our machines, and also of our pilots, are saved, and soon again in many cases come into action.

A vast and admirable system of salvage, directed by the Ministry of Aircraft Production, ensures the speediest return to the fighting line of damaged machines, and the most provident and speedy use of all the spare parts and material. At the same time the splendid, nay, astounding increase in the output and repair of British aircraft and engines which Lord Beaverbrook has achieved by a genius of organisation and drive, which looks like magic, has given us overflowing reserves of every type of aircraft, and an ever-mounting stream of production both in quantity and quality.

The enemy is, of course, far more numerous than we are. But our new production already, as I am advised, largely exceeds his, and the American production is only just beginning to flow in. It is a fact, as I see from my daily returns, that our bomber and fighter strength now, after all this fighting, are larger than they have ever been. We believe that we shall be able to continue the air struggle indefinitely and as long as the enemy pleases, and the longer it continues the more rapid will be our approach, first towards that parity, and then into that superiority in the air, upon which in a large measure the decision of the war depends.

The gratitude of every home in our Island, in our Empire, and indeed throughout the world, except in the abodes of the guilty, goes out to the British airmen who, undaunted by odds, unwearied in their constant challenge and mortal danger, are turning the tide of the world war by their prowess and by their devotion. Never in the field of human conflict was so much owed by so many to so few.

All hearts go out to the fighter pilots, whose brilliant actions we see with our own eyes day after day; but we must never forget that all the time, night after night, month after month, our bomber squadrons travel far into Germany, find their targets in the darkness by the highest navigational skill, aim their attacks, often under the heaviest fire, often with serious loss, with deliberate careful discrimination, and inflict shattering blows upon the whole of the technical and war-making structure of the Nazi power. On no part of the Royal Air Force does the weight of the war fall more heavily than on the daylight

bombers who will play an invaluable part in the case of invasion and whose unflinching zeal it has been necessary in the meanwhile on numerous occasions to restrain.

We are able to verify the results of bombing military targets in Germany, not only by reports which reach us through many sources, but also, of course, by photography. I have no hesitation in saying that this process of bombing the military industries and communications of Germany and the air bases and storage depots from which we are attacked, which process will continue upon an ever-increasing scale until the end of the war, and may in another year attain dimensions hitherto undreamed of, affords one at least of the most certain, if not the shortest of all the roads to victory. Even if the Nazi legions stood triumphant on the Black Sea, or indeed upon the Caspian, even if Hitler was at the gates of India, it would profit him nothing if at the same time the entire economic and scientific apparatus of German war power lay shattered and pulverised at home.

The fact that the invasion of this Island upon a large scale has become a far more difficult operation with every week that has passed since we saved our Army at Dunkirk, and our very great preponderance of sea-power enable us to turn our eyes and to turn our strength increasingly towards the Mediterranean and against that other enemy who, without the slightest provocation, coldly and deliberately, for greed and gain, stabbed France in the back in the moment of her agony, and is now marching against us in Africa.

The defection of France has, of course, been deeply damaging to our position in what is called, somewhat oddly, the Middle East. In the defence of Somaliland, for instance, we had counted upon strong French forces attacking the Italians from Jibuti. We had counted also upon the use of the French naval and air bases in the Mediterranean, and particularly upon the North African shore. We had counted upon the French Fleet. Even though metropolitan France was temporarily overrun, there was no reason why the French Navy, substantial parts of the French Army, the French Air Force and the French Empire overseas should not have continued the struggle at our side.

Shielded by overwhelming sea-power, possessed of invaluable strategic bases and of ample funds, France might have remained one of the great combatants in the struggle. By so doing, France would have preserved the continuity of her life, and the French Empire might have advanced with the British Empire to the rescue of the independence and integrity of the French Motherland.

In our own case, if we had been put in the terrible position of France, a contingency now happily impossible, although, of course, it would have been the duty of all war leaders to fight on here to the end, it would also have been their duty, as I indicated in my speech of 4th June, to provide as far as possible for the Naval security of Canada and our Dominions and to make sure they had the means to carry the struggle from beyond the oceans. Most of the other countries that have been overrun by Germany for the time being have preserved valiantly and faithfully. The Czechs, the Poles, the Norwegians, the Dutch, the Belgians are still in the field, sword in hand, recognised by Great Britain and the United States as the sole representative authorities and lawful Governments of their respective States.

That France alone should lie prostrate at this moment, is the crime, not of a great and noble nation, but of what are called "the men of Vichy." We have profound sympathy with the French people. Our old comradeship with France is not dead. In General de Gaulle and his gallant band, that comradeship takes an effective form. These free Frenchmen have been condemned to death by Vichy, but the day will come, as surely as the sun will rise to-morrow, when their names will be held in honour, and their names will be graven in stone in the streets and villages of a France restored in a liberated Europe to its full freedom and its ancient fame.

But this conviction which I feel of the future cannot affect the immediate problems which confront us in the Mediterranean and in Africa. It had been decided some time before the beginning of the war not to defend the Protectorate of Somaliland. That policy was changed when the French gave in, and when our small forces there, a few battalions, a few guns, were attacked by all the Italian troops, nearly two divisions, which had formerly faced the French at Jibuti, it was right to withdraw our detachments, virtually intact, for action elsewhere. Far larger operations no doubt impend in the Middle East theatre, and I shall certainly not attempt to discuss or prophesy about their probable course. We have large armies and many means of reinforcing them. We have the complete sea command of the Eastern Mediterranean. We intend to do our best to give a good account of ourselves, and to discharge faithfully and resolutely all our obligations and duties in that quarter of the world. More than that I do not think the House would wish me to say at the present time.

A good many people have written to me to ask me to make on this occasion a fuller statement of our war aims, and of the kind of peace we wish to make after the war,

than is contained in the very considerable declaration which was made early in the Autumn. Since then we have made common cause with Norway, Holland, and Belgium. We have recognised the Czech Government of Dr. Benes, and we have told General de Gaulle that our success will carry with it the restoration of France.

I do not think it would be wise at this moment, while the battle rages and the war is still perhaps only in its earlier stage, to embark upon elaborate speculations about the future shape which should be given to Europe or the new securities which must be arranged to spare mankind the miseries of a third World War. The ground is not new, it has been frequently traversed and explored, and many ideas are held about it in common by all good men, and all free men. But before we can undertake the task of rebuilding we have not only to be convinced ourselves, but we have to convince all other countries that the Nazi tyranny is going to be finally broken.

The right to guide the course of world history is the noblest prize of victory. We are still toiling up the hill; we have not yet reached the crest-line of it; we cannot survey the landscape or even imagine what its condition will be when that longed-for morning comes. The task which lies before us immediately is at once more practical, more simple and more stern. I hope – indeed I pray – that we shall not be found unworthy of our victory if after toil and tribulation it is granted to us. For the rest, we have to gain the victory. That is our task.

There is, however, one direction in which we can see a little more clearly ahead. We have to think not only for ourselves but for the lasting security of the cause and principles for which we are fighting and of the long future of the British Commonwealth of Nations.

Some months ago we came to the conclusion that the interests of the United States and of the British Empire both required that the United States should have facilities for the naval and air defence of the Western hemisphere against the attack of a Nazi power which might have acquired temporary but lengthy control of a large part of Western Europe and its formidable resources.

We had therefore decided spontaneously, and without being asked or offered any inducement, to inform the Government of the United States that we would be glad to place such defence facilities at their disposal by leasing suitable sites in our Transatlantic possessions for their greater security against the unmeasured dangers of the future.

The principle of association of interests for common purposes between Great Britain and the United States had developed even before the war. Various agreements had been reached about certain small islands in the Pacific Ocean which had become important as air fuelling points. In all this line of thought we found ourselves in very close harmony with the Government of Canada.

Presently we learned that anxiety was also felt in the United States about the air and naval defence of their Atlantic seaboard, and President Roosevelt has recently made it clear that he would like to discuss with us, and with the Dominion of Canada and with Newfoundland, the development of American naval and air facilities in Newfoundland and in the West Indies. There is, of course, no question of any transference of sovereignty – that has never been suggested – or of any action being taken, without the consent or against the wishes of the various Colonies concerned, but for our part, His Majesty's Government are entirely willing to accord defence facilities to the United States on a 99 years' leasehold basis, and we feel sure that our interests no less than theirs, and the interests of the Colonies themselves and of Canada and Newfoundland will be served thereby.

These are important steps. Undoubtedly this process means that these two great organisations of the English-speaking democracies, the British Empire and the United States, will have to be somewhat mixed up together in some of their affairs for mutual and general advantage.

For my own part, looking out upon the future, I do not view the process with any misgivings. I could not stop it if I wished; no one can stop it. Like the Mississippi, it just keeps rolling along. Let it roll. Let it roll on full flood, inexorable, irresistible, benignant, to broader lands and better days.